

Túlio Campos

**PEQUENOS TRABALHADORES NOS SINAIS E SUAS EXPERIÊNCIAS
NO COTIDIANO DA RUA: entre o “espetáculo” do malabares e as
brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado**

**Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2010**

Túlio Campos

**PEQUENOS TRABALHADORES NOS SINAIS E SUAS EXPERIÊNCIAS
NO COTIDIANO DA RUA: entre o “espetáculo” do malabares e as
brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre. Área de Concentração: Lazer, Cultura e Educação.

Linha de Pesquisa: Lazer, Cidade e Grupos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Co-Orientador: Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2010

C198p Campos, Túlio
2010 Pequenos trabalhadores nos sinais e suas experiências no cotidiano da rua: entre o “espetáculo” do malabares e as brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado. [manuscrito] / Túlio Campos – 2010.
144 f., enc.:il.

Orientador: Walter Ernesto Ude Marques
Co-orientador: José Alfredo Oliveira Debortoli

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 127-136

1. Crianças. 2. Menores - Emprego . 3. Espaço urbano. I. Marques, Walter Ernesto Ude. II. Debortoli, José Alfredo Oliveira. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. IV. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Mestrado em Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação intitulada ***Pequenos trabalhadores nos sinais e suas experiências no cotidiano da rua: entre o "espetáculo" do malabares e as brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado*** de autoria do mestrando **Túlio Campos** defendida e aprovada em 28 de junho de 2010, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques (Orientador)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli (Co-orientador)

Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Joel Orlando Belivaqua Marin

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Rurais

Prof. Dr. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais

Para as *crianças* e os *jovens* que aceitaram
compartilhar esta experiência.

AGRADECIMENTOS

Às crianças e aos jovens participantes deste estudo, que aceitaram compartilhar suas experiências de vida.

A todos os professores do curso de mestrado. Em especial, gostaria de agradecer aos professores: Andrea Moreno, Christianne Luce Gomes, Victor Andrade de Melo e Sérgio Martins, pela troca de experiências e conhecimentos.

Ao professor Hélder Ferreira Isayama, que me acompanhou durante os caminhos trilhados no curso de Educação Física e pelos projetos compartilhados.

Ao CELAR, ao PET e ao “Projeto do Hospital”, pela formação acadêmica e humana.

Aos professores e amigos do Núcleo de Educação Física do Centro Pedagógico Amanda, Gregório e Leonardo, pelo apoio e pela compreensão nas minhas ausências.

À amiga Cristiane Pisani, por compartilhar comigo conhecimentos, angústias, alegrias e muitos momentos de tessitura deste trabalho.

Aos amigos Marcos Filipe Guimarães Pinheiro e Gabriela Baranowski Pinto, pelo companheirismo e pelas vivências ao longo da nossa formação acadêmica.

À Cinira Veronésia, pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções na secretaria do mestrado.

Aos professores que compuseram a qualificação do projeto: Profa. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes (FAE/UFMG) e Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva (UFSC/DEF), que contribuíram de modo fundamental para essa dissertação.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido para a pesquisa de campo e minha participação em eventos científicos durante o curso.

A todos que contribuíram para a realização e conclusão desta dissertação, mesmo não nomeados aqui, minha afetiva gratidão.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Aos professores Walter Ernesto Ude Marques e José Alfredo Oliveira Debortoli, pela dedicação e sensibilidade nas orientações deste trabalho, principalmente pela acolhida e confiança. Aos meus dois grandes amigos, meu carinhoso agradecimento.

À Fabiane Flores, por compreender minhas ausências neste percurso de trabalho. Amor, obrigado pela paciência, apoio e carinho.

Aos meus pais, pela presença em minha vida.

Aos meus irmãos Fontaine, Prímula e Rhanderson, por estarem sempre por perto.

Aos meus amigos Rafael Pezzuti Dias e Flávio Júnior, pela amizade compartilhada durante anos de convivência.

À música, sempre presente comigo.

Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha.

Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

Manoel de Barros. O livro das ignoranças.

RESUMO

Esta dissertação propõe compreender como os pequenos trabalhadores que desenvolvem o malabares nos sinais de trânsito vivenciam suas experiências no cotidiano do trabalho explorado em uma grande metrópole. O *Lócus* do estudo realizado foi a regional Centro-Sul de Belo Horizonte. A bibliografia estudada buscou dados nas áreas das ciências humanas e sociais, em especial nos estudos da sociologia da infância e na antropologia urbana, no intuito de entender alguns significados impressos no fenômeno que envolveu as crianças e a realidade pesquisada. A *etnografia*, metodologia adotada nesta pesquisa, possibilitou averiguar que os significados conferidos à prática do malabares nos sinais, ocasionados pela aproximação/associação desta atividade com o circo e/ou teatro, não raro, tomado enquanto espetáculo pelos diferentes sujeitos que compõem o contexto pesquisado, provocou reflexões referentes ao “ocultamento” da exploração do trabalho infantil no âmbito urbano. A “imagem” ou “mensagem” que o malabares transmite como um show/espetáculo foi entendido enquanto uma das estratégias de trabalho realizadas pelos sujeitos, dentre outras observadas ao longo da pesquisa de campo. Os dados coletados assinalaram para uma grande diversidade de brincadeiras compartilhadas entre as crianças e os jovens nos sinais durante a prática do malabares, de modo que não foi possível perceber uma separação nítida entre o *brincar* e o *trabalho*. Constatou-se ainda que a rua configura-se enquanto um espaço de *sedução* e *perigo* para os pequenos trabalhadores nos sinais, o que nos ajudou a compreender a complexidade envolvida na atividade do malabares. Além disso, o espaço analisado se caracterizou como um território predominantemente masculino, indicando possíveis relações que podem ser estabelecidas entre *rua* e *virilidade*. Por fim, este estudo, aponta que a discussão da temática proposta aqui não pode ficar circunscrita apenas às situações de risco enfrentadas pelos sujeitos que se encontram submetidos a esse tipo de atividade, indicando que há uma complexa teia de relações envolvidas nesse contexto. Nesse sentido, a opção pela etnografia, como metodologia de aproximação dessa realidade, permitiu novos olhares e interpretações nas relações estabelecidas entre as crianças e os jovens, os transeuntes e os motoristas no tempo-espaço de suas ações no contexto do malabares nos sinais.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Infância. Exploração do Trabalho Infantil. Rua. Espaço Urbano.

ABSTRACT

This work aims to understand how the little workers who develop juggling at traffic lights experience their experiences in daily work explored in a major metropolis. The location studied was the regional center-south of Belo Horizonte. The applied literature looked for data in the areas of humanities and social sciences, especially, the studies of the sociology of childhood and urban anthropology to understand meanings from phenomenon which involved children and the reality studied. The ethnography, methodology adopted in this research, allowed to ascertain the meaning given to the practice of juggling in the traffic lights, caused by the approach / association of this activity with the circus and / or theater, often, taken as a spectacle by the different subjects that make up the context studied, caused reflections relating to "concealment" of the exploration of child labor in the urban scenario. The "image" or "message" that juggling transmits while show / spectacle was understood as one of the strategies of work performed by the subjects, and others observed during the fieldwork. The collected data pointed to a wide variety of jokes shared among children and young people at traffic lights during the practice of juggling, thus it was not possible to perceive a clear separation between *work* and *play*. It was further observed that the street is seen as a space of *seduction* and *danger* to small workers at traffic lights, which helped us to understand the complexity which is involved in the activity of juggling. Additionally, the space examined was characterized as a male space, mainly, indicating possible relationships that can be established between *street* and *virility*. Finally, this study point out that the discussion of the proposed theme cannot be confined only to situations of risk faced by individuals who are undergoing this type of activity, indicating that there is a complex web of relationships involved in this context. On this way, the choice of ethnography as a methodology for approximation of that reality, allowed new views and interpretations in the relationship between children and young people, pedestrians and drivers in the space-time of their actions in the context of juggling at traffic lights.

KEYWORDS: Children. Childhood. Exploration of Child Labor. Street. Urban Space.

LISTA DE SIGLAS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FECTIPA/MG – Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente do Estado de Minas Gerais

FNPETI – Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MET – Ministério do Emprego e Trabalho

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SMAAS – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Imagens do circo “espetáculo” – Circo Du Soleil – e das crianças nos sinais...	69
FIGURA 2 – Momento de recolhimento do dinheiro: “Jóia”	74
FIGURA 3 – Momento de recolhimento do dinheiro: Estendendo a mão.....	74
FIGURA 4 – Panfleto distribuído nos sinais.....	77
FIGURA 5 – Panfleto distribuído nos sinais (2).....	77
FIGURA 6 – Pirâmide de quatro pessoas.....	80
FIGURA 7 – Momento de recolhimento do dinheiro (3).....	82
FIGURA 8 – Adedanha.....	85
FIGURA 9 – O jogo do adedanha na organização do trabalho. O brincar e o trabalho se confundem.....	91
FIGURA 10 – Momento em que uma das crianças brinca de “bafão” utilizando fragmentos das folhas da grama do canteiro central e uma moeda.....	95
FIGURA 11 – Desenho realizado por uma das crianças no caderno de campo, na qual revela um dos espaços onde realizavam o malabares.....	99
FIGURA 12 – Desenho realizado por uma das crianças no caderno de campo, em que ressalta aspectos presente no cotidiano nos sinais.....	99
FIGURA 13 – Momento em que uma das crianças fotografa o seu dinheiro: “O gosto pelo dinheiro”.....	105
FIGURA 14 – Momento em que uma das crianças fotografa o colega deitado próximo ao asfalto: “O viver perigosamente”	112
FIGURA 15 – Momento em que as crianças e os jovens fazem a formação da pirâmide. “Sobrecarga de trabalho”	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
I A CIDADE E SEUS SINAIS: <i>a construção de uma pesquisa com as crianças</i>	21
1.1 Na Rua: <i>tecendo os lugares</i>	26
1.2 As crianças e a Cidade: <i>aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em questão</i>	29
1.2.1 A Observação Participante.....	32
1.2.2 Os Sujeitos.....	34
1.2.3 O Bairro: <i>algumas características do universo das crianças e jovens dos sinais</i>	35
1.3 A Entrada no Campo.....	36
1.3.1 Estranhando o Familiar: <i>a escolha do lócus a partir de uma experiência pessoal e contextual</i>	38
1.3.2 Observando Alguns Aspectos da Metrópole.....	40
1.3.3 Primeiras Aproximações: <i>criando estratégias</i>	43
1.3.4 O Lócus e suas Definições a Partir dos Sujeitos.....	46
II A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA RUA: <i>o malabares nos sinais e os sinais do malabares</i>	50
2.1 Nos “Sinais” da Cidade: <i>o contexto do malabares</i>	54
2.1.1 Nos Finais de Semana: <i>tensões entre o tempo do trabalho e o tempo da escola</i>	55
2.1.2 O Tempo de Trabalho nos Finais de Semana das Crianças e Jovens nos Sinais.....	61
2.2 O Malabares nos Sinais e os Sinais do Malabares: <i>algumas questões referentes às estratégias de trabalho</i>	64
2.2.1 “Olha o Show Pessoal!”: <i>a espetacularização enquanto estratégia de trabalho</i>	65
2.2.2 Nos Sinais as Crianças com Seus “Sinais”	71
2.2.3 A Organização do Trabalho: <i>a presença de uma “matemática” do espaço e do tempo</i>	79

2.2.4 "A-DE-DA-NHA!": <i>entre estratégia e solidariedade</i>	84
III ENTRE TRABALHAR E BRINCAR: <i>a rua e suas tensões</i>	88
3.1 A Criança que Trabalha é a Mesma que Brinca?.....	89
3.1.1 Expressões do Brincar: <i>imagens, sentido e sinais</i>	92
3.2 Permanecer na Rua: <i>entre vínculos, aprendizados, riscos e seduções</i>	100
3.2.2 Cuidado, Perigo! <i>o cotidiano nos sinais</i>	109
3.3 A Rua e a Construção do Masculino: <i>a lei do mais forte</i>	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS.....	138
ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Crianças entre 7 e 12 anos.....	138
ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais ou responsáveis das Crianças entre 7 e 12 anos.....	140
ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais ou responsáveis dos adolescentes entre 13 e 17 anos.....	142
ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes entre 13 e 17 anos.....	144

INTRODUÇÃO

No contexto da nossa sociedade atual, constatamos um sentimento de grande inquietação e indignação frente às transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo e seus efeitos sobre a vida, a cultura, o trabalho e as relações sociais (KRAMER, 2001; PEREIRA, 2007). Na vida cotidiana avaliamos que este contexto tem gerado o embrutecimento ou, nas palavras de Martins (1993, 2007), a “brutalização” das relações sociais em decorrência da forma assumida pelo modo de produção capitalista, exacerbado pelo expressivo aumento da concentração de renda de maneira globalizada e pelas novas tecnologias, como pode ser averiguado nos infundáveis e espantosos quadros de violência expressos no dia-a-dia em diferentes meios de comunicação. Concomitantemente, observa-se a crescente fragilização dos laços conjugais, a explosão urbana com todas as dificuldades decorrentes de viver em grandes cidades, a valorização da vida privada, a globalização cultural, entre outros (KRAMER, 2001; MARQUES 2001; GRACIANI, 2005; PRIORE, 2002).

Por sua vez, a perplexidade e a apreensão tomam conta do nosso cotidiano. Em decorrência de inúmeras transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, em um curto espaço de tempo, os sujeitos são incessantemente impulsionados a lidar com um ritmo de vida na qual o consumo ganha papel central em suas vidas, um “incondicional apreço pela novidade” (PEREIRA, 2002; SARLO, 2000). Desde a Revolução Industrial, beneficiado pelo ideário da modernidade, de superação, de eficiência e de progresso, o capitalismo, nas suas entranhas, tem gerado relações de produção e consumo.

Diante disso, na contemporaneidade, vivemos num ritmo de vida incessante, marcado pela era da velocidade, na qual a “avidez pela novidade” (PEREIRA, 2002) constrói novas formas de experimentar o mundo, “uma realidade instável e fragmentária” (SARLO, 2000, p. 30). Nesse aspecto, as relações pessoais e as ações dos sujeitos se metamorfoseiam em atos pautados na “efemeridade”, na “superficialidade” e na “trivialidade” (CARLOS, 2001; PEREIRA, 2002; SEABRA, 1996). Considerando novamente as palavras de Pereira e colaboradoras (2007, p.101), “hoje, as relações que mantemos com as coisas – e também com as pessoas – conferem marca ao tempo em que vivemos: relações fugazes, flexíveis, dinâmicas e descartáveis” (p. 101).

Nesse cenário, a situação da criança empobrecida no Brasil e no mundo torna-se preocupante. No que tange à temática, quando se trata da situação de crianças brasileiras,

encontramos situações aviltantes de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, nos quais estão envolvidos fatores de natureza política, ética, estética, cultural, histórica, econômica e de organização social.

Esta dissertação tem como ponto de partida minha participação nas diversas ações junto ao Programa de Educação Tutorial¹ (PET) Educação Física e Lazer durante o curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse percurso, minha participação junto ao projeto “Animação Cultural no contexto hospitalar: vivências da Educação Física e do Turismo com crianças em Clínica de Hematologia do Hospital das Clínicas da UFMG”² trouxe-me as primeiras indagações a respeito das ações das crianças no mundo. No PET, o contato com os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais – em especial, os Estudos do Lazer – despertou-me um grande interesse em estudar as crianças. Assim, no ano de 2004, iniciei minha primeira pesquisa cujo o eixo temático estava norteado pela questões referentes à exploração do trabalho infantil e ao lazer. A partir desse momento aproximei-me mais dos estudos das infâncias e das crianças.

O trabalho desenvolvido junto ao PET, intitulado: *Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências do lazer nas ruas de Belo Horizonte*³, teve como objetivo principal a investigação das possibilidades e impossibilidades de vivências de lazer de crianças no cotidiano do trabalho explorado. Incursões durante a pesquisa de campo em vários pontos da cidade de Belo Horizonte ajudaram-me a conhecer um pouco mais de perto a realidade de algumas crianças em situação de trabalho nas ruas, a destacar: vendedoras de balas nos ônibus, nos sinais e nos bares, estátua humana nas feiras de artesanatos, malabaristas nos sinais de trânsito, vigias e lavadoras de carros, dentre outras.

1 O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O PET – Educação Física e Lazer – caracteriza-se como um grupo que propõe estudar de forma interdisciplinar as questões referentes à Educação Física e ao Lazer, proporcionando aos bolsistas diversas possibilidades de pesquisa, ensino e extensão, em diálogo com as Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/pet/>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

2 Projeto de extensão desenvolvido no ambulatório Borges da Costa do Hospital das Clínicas da UFMG, realizado por estudantes de Educação Física e Turismo, durante o período de 2003 a 2007. Seu objetivo principal era ampliar e diversificar as possibilidades de vivências lúdicas para as crianças que freqüentam o ambiente hospitalar, minimizar a distância entre os sujeitos e os espaços urbanos de interesse turístico, na tentativa de promover uma ressignificação do ambiente hospitalar e da hospitalização.

3 Artigo com as principais questões da pesquisa está disponível na Revista Licere, volume 10 - número 1 – abril de 2007. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufjr.br/licere/pdf/licereV10N01_a7.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010.

Várias indagações surgiram nesse percurso, tais como uma tensão entre ser criança e ter que trabalhar; práticas sociais em um contexto que é arraigado de preconceitos; a busca de visibilidade social das crianças a partir de um lugar de pedintes; e, nesse contexto, como tentar perceber, num processo de pesquisa, a significação e a ressignificação dos espaços sociais da cidade por meio das ações desses sujeitos.

O estudo alinhavou uma rica aproximação com as questões teórico-metodológicas, nos quais os estudos da Antropologia – em especial, a Antropologia Urbana –, e da Sociologia da Infância levaram às temáticas Infância, Lazer e Trabalho para um rico diálogo com o tema proposto e um entendimento mais aprofundado do fenômeno em questão. Com isso, ficou evidenciado que era necessário contribuir com outras pesquisas, na tentativa de ampliar as discussões referentes às crianças no contexto urbano e no cotidiano do trabalho nas ruas das grandes cidades, para que suas ações não fossem interpretadas como atos banais e/ou naturalizados, consequentemente, ampliando o trabalho de profissionais que atuam junto a esses sujeitos, na direção de políticas e processos de formação humana que apontem para uma inserção social mais digna na nossa sociedade.

Nesse sentido, dando continuidade às reflexões desenvolvidas, relativas às experiências de infâncias na cidade, resolvi propor, como pesquisa de mestrado, um estudo que interrogasse as relações desses sujeitos em situação de trabalho infantil explorado em uma grande metrópole durante a prática do malabares nos sinais de trânsito.

Tendo como referência trabalhos anteriores⁴ foi possível constatar a existência de um volume considerável de estudos produzidos referentes à realidade do trabalho de crianças no cotidiano rural e urbano. Alguns autores, como Silva (2003) e Marques (2001), destacam em seus estudos que, na maioria das pesquisas que tratam do tema da exploração do trabalho infantil, a ênfase apresenta-se circunscrita aos aspectos jurídicos, econômicos e demográficos, em detrimento aos estudos de cunhos sociais, históricos e culturais. Como assinala Silva (2002, p. 29), raramente os estudos, principalmente sobre o mundo do trabalho, reconhecem o significado social de suas contribuições para a construção dos elementos “*macro e microsociais da vida cotidiana*”⁵.

Frente a isso, tais apontamentos levaram-me a problematizar como as crianças, – entendidas como uma categoria social –, realizam suas experiências no contexto da cidade, principalmente nos aspectos que se referem à exploração do trabalho infantil. Sendo assim,

⁴ Sobre a temática do trabalho infantil, destacam-se: Corrêa & Gomes (2003); Marin (2005, 2006); Marques, Neves & Neto (2006); Oliveira (1994); Marques (2001); Martins (1993); Silva (2003, 2005, 2007); Priore (1999). Apontam-se também estudos realizados pela OIT e UNICEF, dentre outros.

⁵ Grifos meus.

este estudo procurou também compreender a dinâmica do cotidiano dos pequenos trabalhadores⁶ no que se refere aos usos e apropriações do espaço urbano.

Dando sequência à minha trajetória acadêmica e profissional, este mestrado representa uma tentativa de compreensão da forma como foi apropriado o espaço urbano da cidade de Belo Horizonte por crianças e jovens que realizavam a prática do malabares nos sinais de trânsito. Para tal, este estudo propôs como objetivo *compreender como as crianças e jovens vivenciam suas experiências no cotidiano do trabalho explorado de uma grande metrópole*. No entanto, outros objetivos mais específicos foram tratados no estudo, tais como: (a) *contribuir para um melhor reconhecimento dos pequenos trabalhadores e das realidades que marcam seus trajetos no contexto urbano, na expectativa de provocar discussões a respeito das experiências de infância na metrópole contemporânea*; (b) *analisar as possíveis relações e tensões que podem ser estabelecidas entre o ser criança, o trabalho e o espaço urbano*; (c) *descrever e compreender em que medida a condição de pequeno trabalhador dificulta, compromete ou anula a condição da criança como sujeito social, portadora de direitos*.

Para enfrentar o desafio proposto, o processo de construção desta pesquisa adotou como referenciais teóricos os estudos de diferentes áreas do conhecimento, tais como: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação, História, Filosofia, dentre outras. Em especial, destacaram-se, nesta pesquisa, a Antropologia Urbana e a Sociologia da Infância. Dessa maneira, acredito que a abordagem interdisciplinar construída, tendo em vista os objetivos delineados, me ajudou a desenvolver um estudo, filosoficamente e epistemologicamente, mais fundamentado e coerente com as produções que nos auxiliam nas reflexões e nos questionamentos dos acontecimentos do mundo contemporâneo.

A metodologia adotada neste estudo, a *etnografia*, possibilitou a compreensão dos aspectos históricos, sociais e culturais presentes no contexto de vida das crianças e jovens nos sinais, além de revelar aspectos que circunscrevem a exploração do trabalho infanto-juvenil nas ruas da metrópole pesquisada, acreditando que “os estudos das crianças a partir de si mesmas permite descortinar uma outra realidade social” (SARMENTO; PINTO, 1997, p. 25). Concomitantemente, destacou-se a importância do constante diálogo entre a bibliografia consultada e as questões que emergiram das observações de campo. Nesse aspecto, cabe apontar que “em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana” (GEERTZ, 1989, p. 380).

⁶ Termo utilizado por Marques (2000a).

Diante disso, o estudo realizado se configurou em três capítulos, numa abordagem qualitativa do contexto estudado, na qual procuro discutir os aspectos envolvidos na prática do malabares nos sinais da cidade, desenvolvida por crianças e jovens.

No **primeiro capítulo**, apresento os aspectos metodológicos adotados, revelando que as observações de campo, sustentada na etnografia, possibilitaram compreender os aspectos da dinâmica urbana e da realidade das crianças e dos jovens nos sinais. Questões presentes na contexto pesquisado nortearam a elaboração de estratégias de aproximação junto ao grupo pesquisado, possibilitando novos processos de interpretação e de coletas de dados, que não ocorreram em momentos insulados, mas simultâneos e complementares.

No **segundo capítulo**, trato do primeiro eixo temático: *A Prática do Malabares: algumas características do trabalho das crianças e jovens nos sinais*, no qual desenvolvo, em um primeiro momento, algumas considerações referentes à exploração do trabalho infanto-juvenil no cotidiano da rua, dialogando com questões que tratam da “aproximação”/apropriação da atividade do malabares com o universo circense e suas possibilidades de ocultamento do trabalho explorado. Já no segundo momento, abordo questões relacionadas à organização da prática do malabares pelas crianças e jovens nos sinais, no que se refere à divisão de tarefas e estratégias de organização do trabalho.

No **terceiro capítulo**, aponto o *segundo* e o *terceiro* eixos temáticos delineados nesta pesquisa. No segundo eixo, intitulado: *Nos “Sinais” o Malabares: tensões entre o trabalho e o brincar*, procuro compreender de que forma o trabalho e a brincadeira estabeleceram suas relações no cotidiano das crianças e jovens nos sinais, bem como a presença do brincar enquanto possibilidade de uso e apropriação do espaço da cidade. E no terceiro eixo, intitulado: *A Rua: entre malabares e brincadeiras, o fascínio e o perigo no contexto do malabares*, busco colocar considerações referentes ao contexto da rua vivenciado pelos sujeitos pesquisados, abordando quais os motivos que os levaram para a prática do malabares nos sinais e quais os perigos enfrentados por esses sujeitos na atividade do trabalho infantil explorado. Além disso, procuro destacar observações referentes à rua como lócus da masculinidade, já que foi possível evidenciar, ao longo do percurso da pesquisa de campo, dados que permitiram abordar a presença de uma virilidade marcante entre os participantes deste estudo.

Nas **considerações finais**, apresento a síntese dos principais achados do estudo realizado e indicadores para novas pesquisas neste campo de investigação. Destaco ainda a pertinência das abordagens teóricas e da metodologia adotada, além de indicar questões

referentes às políticas públicas relacionadas à exploração do trabalho infanto-juvenil e à apropriação do espaço da rua.

Por fim, acredito que esta investigação possa ajudar as pessoas a compreender algumas tramas envolvidas no fenômeno do trabalho explorado nas ruas de Belo Horizonte, em especial, das crianças e dos jovens do malabares nos sinais.

I A CIDADE E SEUS SINAIS: *a construção de uma pesquisa com as crianças*

A partir do meu estudo de graduação, realizado em 2007, já citado anteriormente, percebi muitas possibilidades de pesquisas *com* crianças no contexto da metrópole Belo Horizonte, bem como as relações entre o sujeito e o espaço. Diante da diversidade de práticas sociais realizadas pelas crianças em diferentes espaços/tempos da cidade, inspirei-me na construção deste novo trabalho.

O *lócus* deste estudo se situa na Regional Centro-Sul⁷ da capital mineira, a qual possui, segundo fontes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), cerca de 2,4 milhões de habitantes, configurando-se entre os maiores centros urbanos do país.

No caso da realidade pesquisada – uma metrópole – constatei a tensão entre ser criança e sua relação com o mundo do trabalho explorado. Pesquisas relacionadas à temática – Infância e Trabalho – destacam que a presença da criança no cotidiano do trabalho explorado compromete o tempo de sua infância, “sonegam o tempo para o lúdico, afeta a escolarização e, consecutivamente, detona situações de constrangimentos que repercutem na construção da identidade da criança” (SILVA, 2001, p. 10).

O levantamento bibliográfico realizado revelou a existência de trabalhos científicos importantes acerca do assunto que apontam para esse tipo de conclusão. Nesse aspecto, destacam-se os trabalhos de autores como Corrêia e Gomes (2003); Graciani (2005); Marin (2005, 2006); Marques, Neves e Neto (2006); Marques (2001); Martins (1993); Oliveira, O. (1994); Silva (2003, 2005, 2007); Priore (1999), dentre outros. Esses estudos consideram que a exploração do trabalho de crianças em diferentes contextos sociais envolve aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos, sociais, éticos e estéticos, afetando as dinâmicas familiares e as identidades das crianças.

Não obstante, foi essencial para este estudo basear-se no pensamento de que “o trabalho nunca está dissociado da vida da criança” (MEDEIROS, 1986, p. 57). Nesse sentido, considere relevante assinalar que o trabalho, como momento fundante de sociabilidade humana (MARX, 1983), faz parte da vida das crianças, está presente nas brincadeiras, nas formas como a criança imita o adulto, na produção concreta da vida, nas práticas sociais etc. Portanto, condição para sua existência e ponto de partida do processo de humanização do ser social, como nos afirma Marx (1983, p. 149):

⁷ Segundo a administração municipal, a capital mineira está subdividida em 9 regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2009.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.

Nesse aspecto, o sujeito cria símbolos e cultura na sua interação com a natureza e contém valor de utilidade para a sociedade, em um duplo processo de transformação (ANTUNES, 2004): “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1983, p. 149). Nas palavras de Antunes (2004, p. 227), “por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho e por outro lado, os objetos da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho. Diante disso, compete aqui uma questão: *Por que o trabalho dos adultos e das crianças se tornou explorado?*”

O mesmo autor afirma que o trabalho quando envolto em relações capitalistas transfigura-se e transforma-se. No processo de trabalho na sociedade capitalista tem-se como resultante a “desrealização do ser social”. Nesse sentido, o produto aparece ao trabalhador com um ser alheio e estranho ao produtor (ANTUNES, 2004, p. 229). Segundo Marx (1983), o processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos peculiares: *no primeiro*, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho; e *no segundo*, o produto é propriedade do capitalista e não do produtor direto, do trabalhador. São apontamentos que atravessam este estudo e que merece mais nossa atenção.

No mundo contemporâneo, a exploração do trabalho infanto-juvenil⁸ constitui uma temática destacada por diferentes órgãos internacionais. No entanto, diante dos expressivos avanços tecnológicos, das importantes conquistas no campo jurídico e dos movimentos sociais de combate à presença da criança e do adolescente no mundo do trabalho, esse tipo de atividade ainda se faz presente em diversos setores produtivos, que vão desde a agricultura até a grande indústria, passando, também, pelos diferentes contextos sociais, como nos grandes centros urbanos (MARQUES, 2000; SILVA 2007). No Brasil, estima-se que os números ultrapassam os 5,1 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, perigoso e insalubre (SILVA, 2007; OIT, 2009).

⁸ Para fins de esclarecimento e em consonância com as observações apontadas por Silva (2007), neste estudo optou-se por adotar o termo “exploração do trabalho infantil”, já que existe, ainda, no senso comum, tanto na academia, nas instituições e órgãos oficiais, bem como, na mídia e na população em geral, concernente à temática, uma idéia de que todo trabalho infantil é explorado, sem uma análise mais crítica das atividades realizadas no contexto do trabalho realizado por crianças. Maiores detalhes serão expostos no segundo capítulo.

Contudo, em decorrência das ações lideradas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) as estatísticas revelam quedas dos números de crianças inseridas no trabalho explorado⁹. Contraditoriamente, nesse contexto, outros estudos¹⁰ têm evidenciado renovadas formas de inserção de crianças e jovens neste tipo de atividade, quase nunca apontadas nas pesquisas realizadas pelos governos, de modo que se constata um crescimento no número de pequenos trabalhadores e de seus familiares em busca de estratégias para o complemento da renda familiar, como tentativa de manter a sobrevivência do grupo (CAMPOS; ALVERGA, 2001; MARIN, 2006; MARQUES, 2001; RIZZINI, 2002). Nessa perspectiva, Silva (2007) destaca o chamado “trabalho clandestino e invisível”, quais sejam: trabalhadores em casas de farinha e em lixões; lavadores de carros; sacoleiras; malabares e vendedores de balas em semáforos das grandes e médias cidades; trabalhadores domésticos, sobretudo, feminino; dentre outras atividades ilícitas.

Junto a isso, cabe assinalar que os estudos referentes à temática do “Espaço Urbano” ajudaram a construir, nessa pesquisa, um novo olhar acerca das ações das crianças na cidade. Nesse sentido, no trabalho de campo, pude perceber que os processos de renovação na metrópole Belo Horizonte – MG - acontecem de forma desenfreada e descontínua, fragmentando os espaços e os tempos dos sujeitos. Nesse aspecto, “o cidadão se re-adapta, resiste ou produz novas estratégias para os usos dos lugares” (CARLOS, 2001, p. 52).

A partir da presença das crianças na cidade, foi possível perceber também que a rua, *locus* desta pesquisa, faz-se marcada enquanto tempo e espaço de convivência e confronto com o diferente, onde há subversão de ordens e hierarquias sociais (KRAMER, 2001; GOMES; GOUVEA, 2008). Além da conotação de lugar de passagem, do perigo, do desvio, da violência e do medo, do trânsito de veículos, da ordem, da racionalização e do consumo (LEFEBVRE, 2002), a rua apresenta-se como um relevante espaço/tempo de práticas de sociabilidade entre pares (SARMENTO, 2005; GOMES; GOUVEA, 2008). Nesse sentido, cabe aqui apontar a seguinte passagem de Lefebvre (2002, p. 29-30, grifo do autor):

A favor da rua: Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma

⁹ Segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílio (2007), do contingente de 44,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 4,8 milhões estavam trabalhando. De acordo com os dados encontrados, a estimativa apontou redução em relação a 2006, quando existiam, no País, 5,1 milhões de trabalhadores nesta faixa etária. Maiores detalhes estão disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

¹⁰ Nessa perspectiva, destacamos: Martins (1991), Marques (2001), Silva (2003, 2005), Graciani (2005), Marin (2005, 2006), dentre outros.

obsessão, da circulação um objeto prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. [...] A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a ruas e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. [...]. A rua contém funções negligenciadas por Le Corbusier: a função Informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. [...]. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado.

As novas formas assumidas pela metrópole Belo Horizonte revelam transformações nos modos de uso, apropriação, reprodução do lugar, refletindo e explicando as alterações da sociedade, enquanto possibilidade de interpretação na sua multiplicidade de formas e conteúdos.

Nos últimos anos, debates e discussões concernentes às atuais configurações do espaço urbano tem mobilizado diferentes áreas do conhecimento, tais como geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, antropólogos, gestores, técnicos e autoridades que trabalham diretamente com o planejamento e a organização da vida cotidiana em cidades de todo o planeta (CAMPOS, 2004). O enfoque interdisciplinar dessa temática pode ser analisado no Fórum das Culturas, que tematizou: “Cidade: espaço de convivência”¹¹. Entre as principais pautas de análise e discussão presentes no Fórum destaca-se o entendimento da diversidade de realidades urbanas atuais dentro de um marco paradigmático, denominado de “crise do neoliberalismo”, na tentativa de compreensão das possibilidades de “persistência, resistência e metamorfoses” necessárias para a manutenção da convivência das sociedades urbanas e uma melhor qualidade das cidades no século XXI (CAMPOS, 2004).

Nesta pesquisa a cidade é compreendida “como forma e concretização do social, *inscrita no solo*, constituída por relações socioespaciais que a transformam e a (re)produzem” (DEBORTOLI; MARTINS; MARTINS, 2008, p. 12) levando-nos a considerar e a destacar as ações (os usos e as apropriações) das crianças nesse tempo-espaço, enfatizando seu lugar social de sujeito, protagonistas de experiências concretas e mágicas, mesmo que expostas a situações de constrangimentos e perigos presentes no cotidiano do trabalho.

De acordo com Castro (2001a), as atividades realizadas por crianças e jovens nas cidades são realçadas de forma bastante negativizada diante dos grandes problemas urbanísticos, como, por exemplo, a violência, os roubos, o caos no trânsito, as pichações, as depredações, etc. Nessa perspectiva, a autora destaca (*Ibidem*, p. 38):

¹¹ “Cidade: espaço de convivência” de Antonio Carlos Campos (2004) é um texto que relata os principais pontos debatidos no diálogo *La ciudad, entorno de convivencia*, dentro das atividades didático-científicas do Fórum das Culturas, realizado entre os dias 08 e 12 de setembro de 2004, em Barcelona.

[...] por ex., quando os muros e prédios da cidade aparecem pichados, eles, então aparecem como personificações do caos e da desordem citadina; ou, quando se inicia o ano letivo escolar, e as ruas aparecem congestionadas de carros, então crianças e jovens aparecem como ‘o problema de trânsito’.

Paradoxalmente, são, positivamente, destacados enquanto consumidores em potencial. De certa forma, outros espaços, como, por exemplo, os *shoppings centers*, vêm ocupando grande parte do tempo desses sujeitos destinados a ordenar e homogeneizar suas ações por meio do consumo de produtos que estão na “moda” (CASTRO, 2001a; PEREIRA, 2002; SARLO, 2000). Contraditoriamente, não rara, a participação social das crianças e jovens apresenta-se pouco reconhecida frente aos aspectos etários e desconsiderados como atores sociais, sendo, portanto, excluídos do exercício da cidadania¹² e, conseqüentemente, da construção da sociedade e da cultura (KRAMER, 2001). No tocante, Castro (2001a, p. 36) contribui afirmando que:

[...] a presença das crianças no mundo e na vida social se torna obstacularizada: em primeiro lugar, a cultura contemporânea de consumo perfaz um isolamento destes sujeitos valorizando identificações ‘separadas’ e ‘individualizadas’; em segundo lugar, as condições estruturais de inserção da criança no mundo não lhe favorece uma participação mais imediata e legitimada, uma vez que, enclausuradas nos espaços de aprendizagem e proteção, elas são vistas como ainda aguardando uma posição ulterior de participação e responsabilidade.

Além disso, segundo Debortoli, Martins e Martins (2008), no que diz respeito às infâncias e suas práticas no espaço urbano, parece implicar como problemática a (im)possibilidade de experiências no processo de construção social das infâncias. Nesse aspecto, afirmam (*Ibidem*, p.16):

Evidencia-se ora uma prescrição restritiva universalizando e homogeneizando as infâncias, ora o abandono e o isolamento das crianças, relegando-se a relações próprias aos grupos de pares que, ao mesmo tempo em que abandonam e isolam, multiplicam uma infância fragmentada e privatizada que perde, cada vez mais, o sentido do público e das relações sociais, especialmente no espaço da cidade.

Para além do pensamento pormenorizado, referente às ações das crianças e dos jovens na cidade, acredito que a imensidão da metrópole, tanto na sua diversidade espacial e

¹² De acordo com Pais (2005, p. 111-112, grifo do autor), a cidadania não pode ser apenas vinculada ao discurso da ‘integração’, “importa também explorar os movimentos juvenis de expressão cultural, sem esquecer os *sentimentos de pertença* e as subjetividades que se investem nas relações de sociabilidade”. Dessa forma, cidadania necessita estar abarcada também no ‘reconhecimento da diversidade’. Para Castro (2001b), a cidadania pode ser desdobrada em direitos civis, políticos e sociais, sendo que o cidadão usufruiria destes três direitos, fundamentais para a participação nos rumos da sociedade, para a liberdade de expressão, manifestação e mobilidade e para a vida e igualdade perante a lei.

temporal, quanto na sua complexidade, apresenta-se como um rico campo da ação e da experiência do viver coletivo (CASTRO; CORREA, 2005; GOMES; GOUVEA, 2008). No que se refere aos usos e às apropriações dos espaços da cidade, crianças e jovens vêm redesenhando sua participação de diversas formas por meio de práticas espaciais e sociais, tais como dos *hip-hoppers*, dos *grafiters*, dos *skaters*, dos malabaristas, dentre outras, que não são ou estão conformadas exclusivamente com o “espaço geométrico” (CERTEAU, 1994; CASTRO; CORREA, 2005; DEBORTOLI *et. al.*, 2008).

Diante dessas considerações iniciais, procurei organizar uma explanação dos itens desenvolvidos neste capítulo: infância, trabalho e espaço urbano, a partir do contexto da pesquisa em consonância com a bibliografia levantada e delineada por este estudo. Seguindo esse rumo, parto para o destaque das questões que subsidiaram as escolhas teórico-metodológicas, tendo como principais protagonistas desse debate as crianças. São elas que motivaram os escritos e os caminhos dessa dissertação no intuito de construir, como sugerem Pinto e Sarmiento (1997), “o estudo das crianças a partir de si mesmas”, revelando fenômenos sociais que o olhar do adulto deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Sendo assim, nos próximos itens, apresento uma discussão acerca das crianças e da cidade, levando em consideração os aspectos da metodologia construída ao longo deste estudo.

1.1 Na Rua: *tecendo os lugares*

Essa história começa ao rés do chão, com passos. São eles o número, mas um número que não constitui uma série. Não se pode contá-lo, porque cada uma de suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão tátil de apropriação cinésica. Sua agitação é um inumerável de singularidades. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares (CERTEAU, 1994, p. 176).

Este estudo parte do princípio de que a rua representa palco da diversidade (CASTRO; CORREA, 2005), sendo reivindicada pelas crianças e jovens como espaço de criatividade e emancipação, um contexto que se faz com a presença de sujeitos singulares que constroem as pluralidades do espaço citadino, tornando-se espaço da produção e da reprodução social (KRAMER, 2002; LEFEBVRE, 2002). A vida urbana – no caso, o cotidiano das crianças nos sinais – fez-se marcada pelo campo das relações sociais inusitadas, pela característica do

diverso, do diferente que é apresentado e representado em seu cotidiano. A “vivência compartilhada” com as crianças nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte mostrou-me que, como aponta Marques (2000, p. 37):

[...] apesar de estarem submetidas a condições que violam seus direitos sociais, esses pequenos trabalhadores convivem com um mundo simbólico vasto e complexo, e que, além de comporem um campo imaginário que os cercam, criam situações que visam burlar representações negativas que lhes são impingidas.

A princípio, nesta pesquisa torna-se possível ponderar que as crianças e suas relações com o trabalho, no contexto da Metrópole, fez-se marcada por um universo de acontecimentos, tais como a utilização de estratégias de vendas; os perigos de atropelamento e de assaltos; humilhações; a exposição corporal ao sol, à chuva, ao asfalto quente, ao peso sobreposto às costas e aos ombros no momento das atividades; a presença do brincar; a subversão de ordens e hierarquias; a resignificação dos tempos e espaços da cidade, dentre outras questões que serão apontadas ao longo desses escritos.

Aqui cabe apontar que a presença de crianças e jovens no cotidiano do trabalho explorado nas ruas da metrópole Belo Horizonte vem causando grande inquietação aos diferentes órgãos que tematizam a problemática, tais como a prefeitura do município, fóruns regionais e nacionais¹³, comissões no interior do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e órgãos internacionais, como a OIT e UNICEF entre outros. Nesse sentido, na nossa capital, diversas linguagens midiáticas abordam o assunto com o intuito de conscientizar a população de que as crianças e jovens nessa condição estão em situação de grande risco social, comprometendo sua trajetória escolar e profissional.

De acordo com o estudo¹⁴ realizado pela Gerência de Inserção Especial da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social pertencente à Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foram identificados, no ano de 2004, 1.099 crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas da Metrópole. Segundo os dados, desses, 793 (72,2%) residiam no município de Belo Horizonte; 296 (26,9%) eram provenientes da Região Metropolitana e 10 (0,9%) de outras cidades (SMAAS, 2004). Já no ano de 2006, foram

¹³ Nesse aspecto destaca-se em âmbito nacional o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) que é uma estratégia não-governamental de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade brasileira na luta pela prevenção e o fim da exploração do trabalho de milhões de crianças e pela proteção ao adolescente trabalhador no Brasil. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2009. Em âmbito estadual, destaca-se o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente do Estado de Minas Gerais (FECTIPA/MG), composto por diversas instituições sob coordenação da Delegacia Regional do Trabalho.

¹⁴ Trabalho de campo desenvolvido durante sete dias consecutivos na última semana de junho de 2004. Dados apresentados na *Revista Pensar BH*, n. 12, 2006.

constados 1.752 casos, sendo que, 1.025 residiam na capital (59%); 395 (23%) na Região Metropolitana; 12 (1%) de cidades do interior e 319 (18%) não informadas (SMAAS, 2006). Como se nota, houve um aumento de 62,72% entre os anos de 2004 e 2006. Dentre às atividades exercidas, destacam-se as de: vendedores ambulantes, 20,63%; pedintes, 15,98%; vigias e lavadores de carros, 9,08%; malabares, 6,69%; distribuidores de panfletos, 6,22%, dentre outras.

Durante a elaboração deste trabalho foi possível perceber nos meios de comunicação que circulam na cidade uma preocupação em retirar as crianças em situação de trabalho nas ruas. Nesse sentido, foi possível observar a distribuição de panfletos e propagandas nos pontos de ônibus, entre algumas das estratégias utilizadas para chamar a atenção de motoristas e pedestres. Na mídia o assunto destacou-se nos principais telejornais, como é possível observar nas manchetes anunciadas abaixo:

Eles fizeram de ruas e avenidas, locais de trabalho. Ganham a vida, de carro em carro, vendendo doces ou fazendo malabarismos. São crianças e adolescentes que, segundo os especialistas, abandonaram a sala de aula ou estão com o rendimento escolar comprometido (MGTV 2º Edição, 14/06/2008).

Nas ruas de Belo Horizonte é comum encontrar crianças que vendem balas no sinal ou pedem dinheiro na porta de bares (MGTV 1º Edição, 03/08/2009).

No estudo realizado durante a minha participação junto ao PET¹⁵, entre os anos de 2005 e 2007, constatamos a presença de crianças trabalhando em diferentes locais pela cidade de Belo Horizonte. Os pequenos trabalhadores foram observados, em distintos momentos do dia ou da semana, nos sinais de trânsito e em outros espaços como ruas, morros, praças, parques, transporte coletivo, feiras, etc. Na pesquisa percebemos um aumento do número de crianças e adolescentes desempenhando diversas funções, tais como: vendedores de balas; catadores de papel e latinhas; estátuas vivas; vigias e lavadores de carros; além de malabaristas (CAMPOS; DEBORTOLI, 2007).

Dentre os motivos que levavam as crianças à prática de trabalho na cidade, destacou-se no estudo: a busca de melhores condições de vida para as famílias, o complemento da renda familiar, a necessidade de sobrevivência, a possibilidade de criar novos vínculos de amizade, o deslocar-se do bairro até o local das práticas de trabalho, o ficar com os amigos e o brincar no local. Outro fator de importante destaque foi que as crianças trabalhavam nas ruas

¹⁵ Campos e Debortoli (2007). Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências de lazer nas ruas de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N01_a7.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2009.

em diferentes horários e dias da semana, abrangendo os finais de semana, feriados e também horários noturnos, sendo que alguns adentravam pela madrugada, em dias de grande necessidade financeira. Junto a isso, estavam expostas a diversas situações de perigo que enfrentavam no seu cotidiano. Foram verificadas várias circunstâncias ameaçadoras que colocavam a dignidade pessoal e a vida em situações alarmantes, como: assédio sexual, furto, humilhação, brigas, atropelamentos, assalto, exploração sexual e sequestros (CAMPOS; DEBORTOLI, 2007; MARIN, 2006; MARQUES, 2001).

Esses resultados obtidos e outras questões que abrangem as temáticas propostas foram essenciais para a construção dos aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa, apresentados a seguir.

1.2 As Crianças e a Cidade: *aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em questão*

As questões discutidas emergiram das temáticas: Infância, Trabalho e Espaço Urbano. Dada a abrangência dos elementos que as envolvem, a orientação teórica adotada para tentar compreender a presença e as experiências das crianças nos sinais de trânsito foi baseada nos estudos da Antropologia, da Sociologia, da Educação, da Psicologia, da História, da Geografia, da Filosofia, em especial, nos estudos da Sociologia da Infância e da Antropologia Urbana. Nesse aspecto, Kramer (2002, p. 45) afirma que “a infância é hoje um campo temático de natureza interdisciplinar”.

Num primeiro momento da pesquisa, os estudos da Antropologia e da Sociologia da Infância foram essenciais para a construção de ricos encontros com as crianças nos sinais. Como mencionado, essa escolha foi evidenciada pelas contribuições que ambas as áreas de conhecimento ofereceram à pesquisa desenvolvida durante minha graduação em Educação Física. Mesmo com a experiência de aproximação junto às crianças em situação de trabalho na cidade de Belo Horizonte, fiquei muito apreensivo durante as idas ao campo. Desse modo, o contato com as literaturas fizeram surgir novas indagações, tais como: (a) *Com quais crianças a pesquisa seria construída?* (b) *Por que realizar uma pesquisa com as crianças em Belo Horizonte?* (c) *Por onde começar?* (d) *Qual local escolher?* (e) *Como elegê-lo?* (f) *Como elaborar estratégias metodológicas que não colocassem as crianças e o pesquisador em algum tipo de risco?* (g) *Qual postura tomar diante das crianças?* (h) *O que seria observado?*

(i) *O que anotar no caderno de campo?* (j) *Como proceder eticamente com as crianças?* entre outras.

Na perspectiva da Sociologia da Infância parti do desafio e da necessidade de ressignificar a visão e o lugar ocupados socialmente pelas crianças na sua formação e desenvolvimento, bem como nas suas aprendizagens e compreensão de mundo. Nesse aspecto, o campo da Sociologia da Infância contribuiu significativamente para meu estudo, uma vez que, de acordo com Delgado e Müller (2005), esse tema tem ocupado um espaço significativo no cenário internacional¹⁶, por propor um grande e importante debate teórico-metodológico ao considerar as crianças como atores sociais, diferentemente de abordagens que as concebem como um dado universal e natural. As referidas autoras afirmam, baseadas em Corsaro (1997), que a perspectiva sociológica não deve considerar somente as adaptações e internalizações dos processos de socialização, mas também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução que são realizados pelas crianças. Essa visão de socialização tornou-se fundamental para meu estudo, já que considera a construção e reconstrução da cultura por meio das ações coletivas, sendo que as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares. Tudo isso, permitiu “compreender que o sujeito é constituído com o outro e no contexto, sendo ao mesmo tempo ativo e criativo neste processo” (KRAMER, 2002, p. 44).

Além das considerações elencadas a partir da Sociologia da Infância, outras literaturas indicavam caminhos para a pesquisa. Graças à disciplina *Urbanização, Vida Cotidiana e Lazer*¹⁷, durante o segundo semestre de 2008, pude entrar em contato com a produção de importantes autores que conduziram grande parte das discussões e considerações a respeito da temática “Sujeito e Espaço Urbano”, fundamentando as observações de campo e tornando evidentes os objetivos da pesquisa. O contato com os trabalhos de Henri Lefebvre (1991, 2002, 2008), Michel de Certeau (1994), Marshall Berman (1989), Otília Beatriz Fiori Arantes (2000), Ana Fani Alessandri Carlos (2001), dentre outros, além de diversos eixos temáticos elencados durante a disciplina, como - espaço e tempo na metrópole, vida cotidiana, urbanização, apropriação e uso do espaço, sujeito e espaço da cidade, mundo moderno, cidadania, direito à cidade - pude perceber a importância e o imprescindível surgimento de novos debates e diálogos referentes às práticas no espaço urbano pelo sujeito contemporâneo, principalmente pelas crianças e por sua presença na cidade.

¹⁶ Segundo as autoras, existem diversas associações e universidades que se dedicam a contribuir para a pesquisa sociológica e interdisciplinar sobre a infância.

¹⁷ Disciplina optativa ofertada pelo programa de Mestrado Multidisciplinar em Lazer no segundo semestre de 2008, ministrada pelo professor Sérgio Martins.

Tomando a cidade como tema de estudo, parti do pressuposto de que um olhar antropológico permitiria não só o reconhecimento e registro da diversidade cultural, mas também a busca do significado das experiências humanas, sejam elas de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade, de lazer, “que só aparecem exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido” (MAGNANI, 2000, p. 18). Nesse aspecto, o mesmo autor, baseado em Lévi-Strauss (1962), afirma que o objeto da antropologia não é propriamente o estudo de um determinado tipo de sociedade, mas que “enquanto as maneiras de ser ou agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças [...]” (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 26 *apud* MAGNANI, 2000, p. 17).

Diante disso, compartilhei da idéia de que “a antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas” (MAGNANI, 2003, p. 83). A escolha desse campo do conhecimento enquanto aporte teórico-metodológico para sustentar os diálogos da análise das ações das crianças na cidade justifica-se, também, na medida em que possibilita “o descentramento do olhar do adulto” (PINTO; SARMENTO, 1997). Nesse sentido, cabe destacar a seguinte passagem de Kramer (2002, p. 44, grifo do autor):

A *antropologia* fornece também elementos importantes: enfatizando a dimensão da cultura, a necessidade de pesquisar a diversidade, de estranhar o familiar e de compreender o outro nos seus próprios termos, a antropologia muda radicalmente a reflexão sobre educação e os estudos da infância em particular.

Com o objetivo de tentar compreender as ações das crianças no espaço urbano de uma metrópole, tendo o malabares como sua principal atividade nos sinais de trânsito, utilizei a *etnografia* como metodologia de aproximação dessa realidade. Nessa perspectiva de investigação *com* crianças, autores como Sarmiento (1997, 2004, 2005, 2008), Pinto (1997), Kramer (2008), Ferreira, M. (2008), Delgado e Müller (2005), Castro (2001), Sirota (2001), Montandon (2001), Corsaro (2005), Cohn (2005), dentre outros, destacam a antropologia e a etnografia como ricas possibilidades de novos olhares e interpretações nas relações estabelecidas entre as crianças e seus pares, bem como o tempo-espaço de suas ações no cotidiano. Nesse sentido, esses autores destacam que para o reconhecimento das crianças como atores capazes de criar e modificar culturas é necessário pensar em referenciais teórico-metodológicos mais desafiantes, “que realmente tenham foco em suas vozes, olhares,

experiências e pontos de vista” (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 353). Desse modo, a observação participante foi a escolha metodológica para o estudo proposto, como destaque no próximo item.

1.2.1 A Observação Participante

No desafio de construir um estudo pautado no contexto em que as crianças dos sinais vivenciam seu cotidiano, utilizei como procedimento metodológico a *observação participante*. Ao longo do trabalho de campo realizei anotações em um caderno no qual registrei: o cotidiano da cidade; anotações minhas e das crianças; as ações das crianças no *lôcus* do estudo e desenhos (meus e das crianças). Em conjunto com as observações de campo foram elaboradas outras duas propostas: na *primeira*, uma oficina de fotografia onde as crianças realizaram o registro de fotos e vídeos de suas práticas no espaço da cidade; na *segunda*, uma “entrevista” tendo como foco principal um relato das crianças e jovens a partir dos seus registros fotográficos.

A oficina de fotografia foi realizada em meados do mês de abril de 2009, na qual, com uma câmera fotográfica nas mãos, o grupo recolheu imagens e vídeos de suas práticas no espaço onde realizavam as atividades do malabares. Ao longo dos encontros sempre destacava para as crianças e jovens a possibilidade de realizarmos fotografias – fato que causava certa apreensão no grupo – uma vez que a principal preocupação deles era se o rosto iria aparecer, como apontado nas falas: **“Não vai aparecer o rosto não né!”**, **“Tem que colocar aquela faixa no olho”**¹⁸ (Caderno de campo, abril de 2009). Constantemente procurava destacar para eles as questões éticas envolvidas na pesquisa. Entretanto, com o tempo, que não foi pouco, a confiança na minha pessoa por parte do grupo fortaleceu-se, até o momento em que considerei ser o mais propício para a realização da proposta. Cheguei a esta conclusão a partir de pedidos realizados por alguns dos sujeitos, como na fala de uma das crianças: **“Que dia você vai trazer a máquina para tirar as fotos?”** (Caderno de Campo, abril de 2009).

Durante alguns meses refleti sobre a forma mais legítima de realizar os registros fotográficos, pensando na perspectiva de “[...] aprender a retratar toda a riqueza das vidas das crianças nos inúmeros contextos em que elas se movem” (GRAUE; WALSH, 2003, p. 22).

¹⁸ Caro leitor, ao longo deste trabalho, as falas dos sujeitos serão destacadas em **negrito**.

Assim, tomei a decisão de no dia da oficina não tirar nenhuma foto, a não ser a pedido das crianças e jovens. Então, entreguei a máquina ao grupo com o pedido de se registrar fotos e vídeos da forma que achassem mais interessante. Dessa maneira, as fotos e os vídeos foram realizados com raras intervenções de minha parte. Somente em alguns momentos o grupo pediu para que eu tirasse algumas fotos e filmasse: **“Tira uma foto nossa aqui”**. (Caderno de campo, 24/05/2009, p. 178).

As entrevistas, que a partir deste instante chamarei de “narrando os retratos”, constituiu, neste estudo, uma rica partilha de relatos/narrações das crianças e jovens a partir de seus registros fotográficos. Como proposta, revelei¹⁹ todas as fotografias tiradas pelo grupo, agrupei-as em sete categorias²⁰ elencadas no caderno de campo e convidei-os para relatar o que conseguiam me dizer acerca da fotografia tirada por eles próprios. Neste dia, quatro sujeitos dos seis que realizaram a oficina de fotografia aceitaram participar. O local da atividade foi em uma rua próxima ao local onde ocorriam as observações de campo. A princípio, havia sido definido o local para realizar a atividade, contudo o grupo sugeriu um espaço nas proximidades. Considerei a sugestão do grupo, mas confesso que fiquei apreensivo com minha decisão, pois como sugerem alguns autores, deseja-se que as entrevistas sejam realizadas em local com pouco barulho e movimento, não distraindo ou interferindo os entrevistados e o entrevistador (BURGESS, 2001; LAVILLE; DIONNE, 1999; MINAYO, 1994). Todavia, ao levar em consideração o desejo do grupo e a proposta da pesquisa, acredito ter tomado a decisão correta, uma vez que este estudo propôs uma investigação *com* as crianças e não *sobre* as crianças (CORSARO, 2005).

Por fim, o grupo sugeriu a calçada de uma rua fechada e pouco movimentada. Fizemos uma roda, coloquei as fotos no chão e as crianças iniciaram os relatos, narrando os retratos. Nesta proposta, apostei que o inusitado se tornaria o cerne da pesquisa. Ao final da atividade, as fotos foram disponibilizadas para que todos pudessem levar consigo. Nesse aspecto, apresento a seguir algumas características dos sujeitos que participaram do estudo.

¹⁹ Algumas fotos em que o rosto das crianças e jovens não eram identificados foram reveladas, sendo demonstrada para eles a forma com apareceriam no texto final do trabalho.

²⁰ As categorias foram elaboradas a partir das análises do caderno de campo. As categorias são: Tempo e Espaço na Metrópole; (In)visibilidades sociais; Prática do malabares; Motivos para irem aos sinais; Suportes de permanência; Riscos do trabalho; Minha presença no cotidiano da cidade junto ao grupo.

1.2.2 Os Sujeitos

A inserção no campo permitiu acompanhar um total de 22 crianças e jovens, sendo três entre 9 e 10 anos; quatorze entre 13 e 14 anos; três entre 15 e 17 anos; duas entre 18 e 19 anos. É importante apontar que todos os sujeitos são do sexo masculino, fato que mereceu destaque nesta pesquisa com a construção do item “*A Rua e a Construção do Masculino*”, desenvolvido no último capítulo desta dissertação.

Um dos grandes desafios durante o contato com os sujeitos da pesquisa foi a criação de vínculos, uma vez que muitos deles frequentavam por pouco tempo os espaços, cujos encontros eram muito imprevisíveis e dinâmicos. Constantemente chegavam novos membros no grupo. Consegui acompanhar alguns deles durante os aproximados 12 meses propostos pela pesquisa. Todavia, outros permaneciam meses, se ausentavam e, em alguns casos, retornavam. Houve episódios em que alguns sujeitos apareceram somente em um único dia e não retornaram mais. Nesse aspecto, constituiu uma grande provocação conseguir estabelecer relações mais próximas com aqueles que não estavam presentes mais firmemente. Cotidianamente era suspeito de pertencer a algum órgão fiscalizador, tal como o Conselho Tutelar e/ou “Policia disfarçado”. Nas vezes em que fui apresentado a um novo membro do grupo, este logo me indagava: **“Você é policial disfarçado, né?”** ou **“Você não é dos tutelares não, né?”** Essas foram algumas das interrogações ouvidas durante muitos momentos da pesquisa.

O fato de estar sempre sob suspeita, além de revelar o caráter de uma atividade ilícita realizada pelas crianças e jovens participantes desta pesquisa, levou-me a desenvolver algumas estratégias de aproximação junto aos sujeitos como, por exemplo, mostrar cotidianamente minha carteira de identidade estudantil e da biblioteca da universidade e, também, disponibilizar as anotações que realizava no caderno de campo. Assim os registros eram constantemente lidos e, não raro, solicitavam que a ilustração dos dados fosse complementada com desenhos confeccionados por eles próprios. Essa inusitada experiência constituiu, neste estudo, um importante instrumento de aproximação e interação com os sujeitos.

Todo esse processo contribuiu para o fortalecimento dos nossos vínculos e para a construção de uma confiança compartilhada. Após alguns encontros, logo que me aproximava das crianças e dos jovens, mais especificamente do outro lado da avenida, sempre me convidavam para me juntar a eles nos espaços onde estavam. Obviamente que o

estabelecimento dos vínculos não foi uma tarefa fácil. Houve situações de desconfiança e de constantes testagens sobre minha intenção com esta pesquisa. Essas desconfianças e dúvidas não foram suficientes para impedir o processo da pesquisa. Percebia que tinham interesse em falar a respeito de suas experiências de vida na cidade e no bairro.

Outro aspecto relevante foi o fato de todos serem residentes de um mesmo bairro da cidade, referenciado pelos sujeitos como “Serra”. Desse modo, assinalam-se, a seguir, algumas características do referido bairro.

1.2.3 O Bairro: *algumas características do universo das crianças e jovens dos sinais*

Durante vários momentos na pesquisa de campo, tive a oportunidade de conversar com as crianças e jovens a respeito do bairro²¹ onde residiam. Na sua maioria, relatavam aspectos do cotidiano no bairro, nos quais a violência e o tráfico estavam sempre presentes. As guerras entre os traficantes de vilas vizinhas eram relatadas constantemente. Além desses episódios, outro fato interessante de ser apontado foi as narrações das crianças e jovens a respeito das experiências que tinham no bairro. Quando conversavam entre si, no instante em que o semáforo estava fechado, comentavam episódios dos momentos de lazer no bairro. Entre vários²², o mais comentado era o “som”, local onde se encontravam com outras crianças e jovens para escutar música, beber e paquerar as garotas.

No que se refere ao bairro, o Aglomerado da Serra, segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte²³, é uma favela que está situada na região centro-sul de Belo Horizonte, na encosta da Serra do Curral. O Aglomerado da Serra faz limite com os terrenos da Fundação Benjamin Guimarães (Hospital da Baleia), Parque das Mangabeiras e com os bairros Paraíso, Santa Efigênia, São Lucas e Serra.

O bairro é integrado por seis vilas: Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas e Santana do Cafezal. A população, de acordo com dados de 1998, é de 46.086 moradores, distribuídos em 13.462 moradias, numa área de 1.470.483 m². As vilas do Aglomerado estão localizadas em terreno de acentuada declividade. A região é cortada por nascentes e córregos em encostas íngremes,

²¹ A noção de bairro adotada neste estudo é entendida como sendo aquele que permite que sejam estabelecidas relações de *vizinhança* e *pertencimento* (DEBORTOLI *et. al.*, 2008).

²² Os mais relatados foram jogar bola, soltar pipa e andar pelo bairro para encontrar amigos.

²³ Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Acesso em: 19 out. 2009.

algumas áreas apresentam risco geológico classificados em graus alto e muito alto. Tudo isso faz com que a maior parte dos acessos às moradias seja formada por becos estreitos e ladeiros, o que além de dificultarem a locomoção, principalmente de veículos, encarece a construção de moradias mais estruturadas. O aglomerado é o maior de Belo Horizonte e se divide em vilas, as quais são conhecidas pelos seus próprios nomes criados pelos moradores, tais como, Chácara e Del Rey. Outros fatos, no que diz respeito à vida no bairro, apontados pelas crianças e jovens que participaram da pesquisa serão abordados nos capítulos posteriores.

Posto isto, cabe aqui ponderar que a observação participante configurou-se um instrumento significativo para este estudo, enquanto possibilidade de uma aproximação sucessiva junto aos sujeitos pesquisados (MARQUES, 2001). Nesse sentido, Laville e Dionne (1999, p. 176) ponderam que: “A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos pessoas, emitimos juízos sobre elas”. Quanto a isso, Burgess (2001, p. 86) afirma que:

[...] a vantagem de ser um observador participante reside na oportunidade de estar disponível para recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação de contextos naturais. Além disso, o observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias.

Foi com esses referenciais teóricos e empíricos levantados até o momento que me dirigi ao “terreno desta pesquisa” (MARQUES, 2001). Na rua, pude conviver com um cotidiano de ricas experiências, sejam nas caminhadas em companhia das crianças e dos jovens e/ou em outros momentos da vida pessoal. Todas as considerações supracitadas foram imprescindíveis para a entrada no campo, como explicito a seguir.

1.3 A Entrada no Campo

Tendo como referência as considerações ponderadas nos itens anteriores, no outono de 2008, mais precisamente, em meados do mês de maio, iniciei a pesquisa – a princípio como um estudo exploratório – na cidade de Belo Horizonte, com o intuito de identificar um espaço

propício à investigação proposta. Inicialmente, busquei pontos mais centrais²⁴ da capital para a realização do estudo, observando também os que possuísem o maior número de crianças no local praticando o malabares. Assim, a partir do estudo da SMAAS (2006), as primeiras observações de campo foram realizadas na Regional Centro-Sul²⁵.

Cabe apontar que ao longo da dissertação utilizo a expressão “malabares²⁶”, como sugerido por um dos sujeitos da pesquisa ao relatar o que fazem nos sinais: **“Anota aí, malabares!”**.

Na tentativa de clarificar o trabalho, optei por trazer a definição do que é o malabares/malabarismo a partir de Bortoleto e Mallet (2008, p. 41 *apud* De BLAS, 2000):

Malabarismo: executar um desafio complexo visual ou fisicamente, usando um ou mais objetos. Desafio que muita gente não saberia realizar, que ademais, não tenha outro propósito que o entretenimento, e em que os métodos de manipulação não sejam misteriosos (como na mágica). Ex: lançar e receber coisas.

Dito isso, ao sair pelas ruas da cidade, em diferentes dias da semana, consegui observar algumas crianças e jovens praticando o malabares nos sinais de trânsito, especialmente em determinados pontos em torno da área central, delimitada pela Avenida do Contorno. Os objetos mais encontrados nas práticas do malabares entre essas crianças e jovens foram bolas e bastões²⁷. Algumas práticas eram realizadas em conjunto com equilibrismos sobre as costas e/ou ombros dos companheiros. Entretanto, curiosamente, foi nos finais de semana que apareceu o maior número de crianças e em mais pontos da cidade na região central da capital. Fato este que pode ser associado à frequência das crianças à escola, assunto que será abordado com mais detalhes nos próximos escritos.

Nesse primeiro momento da pesquisa deslocava-me pela metrópole de ônibus, a pé e, às vezes, de carro. Em certos locais, observava por um tempo algumas crianças, não ultrapassando uma hora. Nas observações procurei ter uma visão geral dos locais: *atento ao tempo dos semáforos, à quantidade de carros e pessoas que circulavam nos espaços, à*

²⁴ Para fins de esclarecimento, a região central de Belo Horizonte possui uma área denominada hipercentro, que funciona como eixo integrador com os demais espaços metropolitanos. A área é delimitada pela Avenida Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária.

²⁵ Como já apontado, de acordo com a SMAAS, no ano de 2006, foi constatado cerca de 1.025 crianças e adolescentes em situação de trabalho infanto-juvenil na capital, sendo que a Regional Centro-Sul da capital obteve 18%, representando um total de 185 crianças e adolescentes, constituindo-se o maior índice entre as regionais.

²⁶ Segundo Bortoleto e Duprat (2008), o termo “malabares” é tomado da costa de Malabar (região do sudoeste da Índia), local onde seus habitantes manipulam com destreza determinados objetos.

²⁷ A prática do malabares pode ser realizada com diferentes objetos, como bolinhas, rebote, contato, claves, aros, diabôlo, *devil stick*, bastão (*staff*), *poi*, massa (*swing*), lenço, faca, laço, *footbag*, chapéu, *cigar*, *box*, *spinning*, bandeira, meteoro, prato, *flair* (garrafa), cubo olímpico, entre outros, de acordo com Bortoleto e Duprat (2008).

*estrutura arquitetônica do local e onde meu olhar alcançasse*²⁸ (Caderno de Campo, 21 de junho de 2008).

Nessas circunstâncias iniciais, a tomada de decisão a cerca de qual grupo observar e dar início às anotações, bem como possíveis aproximações geravam em mim apreensão e ansiedade. Tendo a etnografia como metodologia do estudo, não se tratava de prever a generalização por meio de amostragens, mas por tudo aquilo que o contexto revelasse enquanto possibilidades de escolhas a serem feitas correspondentes à seleção dos sujeitos, por meio da análise dos diferentes casos e de uma criteriosa escolha (LAVILLE; DIONE, 1999; MINAYO, 1994). Sendo assim, as imprevisibilidades faziam parte do caminho da pesquisa e eram esperadas, especialmente em se tratando do conturbado²⁹ espaço da rua. Não bastava simplesmente escolher um grupo de crianças e/ou o local e deles esperar “emergir” tudo o que se buscava, enquanto objetivo da pesquisa, mesmo porque isso seria uma posição reducionista em relação aos sujeitos e ao próprio contexto escolhido para realizar o estudo.

Durante essa trajetória da pesquisa, levei essas questões comigo todas as vezes em que saía de casa para observar a cidade. Desse modo, exponho, a seguir, os motivos da escolha do *lôcus* da pesquisa.

1.3.1 Estranhando o Familiar: a escolha do *lôcus* a partir de uma experiência pessoal e contextual

Inesperadamente, numa linda manhã de domingo, avistei dois garotos em um sinal de uma movimentada avenida da capital. De carro, neste dia, estava a caminho da minha residência quando decidi passar por outro trajeto, não muito rotineiro nas vezes em que retornava da casa da minha namorada. Não saí com a intenção de realizar a pesquisa exploratória, foi tudo uma surpresa para mim [...]. (Caderno de Campo, 22/06/2008)

No dia relatado acima, logo que cheguei à minha casa, tomei meu bloco de anotações e, a pé, fui até as proximidades do local para realizar algumas observações. A poucos quarteirões da minha residência, não demorei mais do que 5 minutos para chegar à *passarela*. Este foi o primeiro lugar em que parei para iniciar as observações de forma mais

²⁸ Caro leitor, a partir deste momento os textos destacados em *itálico* correspondem às anotações e destaques do caderno de campo elaborado durante o estudo.

²⁹ A palavra utilizada expressa o sentido de diversidade do contexto da rua, suas imprevisibilidades, seus sujeitos, seus acontecimentos, etc (GRACIANE, 2005; CASTRO, 2001).

sistematizada. Diferentemente de outros locais frequentados durante a pesquisa exploratória, daquela passarela conseguia ter uma visão panorâmica das avenidas próximas, seus traçados, trajetos, sinalizações, os movimentos dos carros, os edifícios próximos, os tempos dos semáforos e a quantidade de crianças e de pessoas que circulavam pelas redondezas.

Fiquei muito apreensivo com tudo o que observava. Habitualmente, passava todos os dias na passarela ao retornar da universidade, já que representava um caminho familiar para mim. Porém, quando parei na passarela para observar os espaços e tempos da metrópole “estranhei o familiar” (MAGNANI, 2002; GEERTZ, 1989). Parei em um ponto daquele passadouro e, apoiado no corrimão, dali fazia minhas anotações. Algumas pessoas passavam por mim e me olhavam com estranhamento. Continuei as anotações e de repente percebi que a passarela tremia, produzindo uma sensação incrível. Logo me indaguei: *Como nunca havia percebido isto antes? Nossa, passo por aqui todos os dias!* Nesse momento afirmei: *É, na verdade **passo** por aqui e não **paro** por aqui em momento nenhum!* Logo me veio à reflexão de Larrosa (2002 p. 21): “[...] a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”.

Nesta perspectiva, continuei observando os tempos e espaços do local:

[...] logo que cheguei avistei dois garotos, um mais alto (aparentemente mais velho) e outro mais baixo (aparentemente mais novo). No momento em que o semáforo fechava, o garoto mais alto agachava e o mais novo subia em suas costas e realizava ‘manobras’ com o bastão. Depois de aproximadamente 15 segundos, ambos se dirigiam aos carros mais próximos e faziam o ‘gesto de pedinte’. (do ponto onde observava não conseguia ouvir direito o que eles gritavam no início das manobras e nem a reação dos motoristas). [...]. Pouco tempo depois, avisto outros três garotos no sinal 3, sentido oposto da outra pista onde estavam os outros dois garotos. (Caderno de Campo, 22/06/2008)

Após fixar o olhar sobre os garotos por alguns minutos, procurei observar também outros aspectos do local. Daquela passarela, foi possível avistar dois grandes estacionamentos, uma calçada com bancos de cimento, árvores recém-plantadas ao longo de sua extensão e, um pouco mais à frente, pontos de ônibus e alguns edifícios. Havia também nas proximidades do local um pequeno edifício do Tribunal de Justiça, um Batalhão de Rondas da Polícia Militar, uma pequena praça (apenas gramada e com poucos bancos na sua extremidade), um edifício no qual a parte inferior é utilizada como estacionamento, uma igreja, prédios que abrigam os shoppings populares e viadutos. Em cada sentido da avenida há cinco faixas de trânsito³⁰, sendo duas exclusivas para ônibus. O canteiro que divide as duas pistas é largo, possuindo

³⁰ Anterior à construção do Boulevard Arrudas, cada sentido da pista possuía três faixas de trânsito.

grades de concreto rentes ao chão na parte central e gramas nas extremidades. Foi possível observar também a presença de inúmeros semáforos e placas de sinalização em diferentes pontos da avenida principal, indicando os caminhos da cidade: de um lado, acesso à Avenida Antônio Carlos e à Avenida Cristiano Machado – principal via de acesso à Rodovia MG-010 e ao Aeroporto Internacional – e de outro, acesso às principais Avenidas centrais da cidade e a alguns bairros da região Centro-Sul da capital. Também há placas referenciando espaços turísticos da cidade, tais como a Praça da Estação e o Museu de Artes e Ofícios.

Em seguida, decidi descer a passarela e caminhar pelas avenidas e ruas próximas, atento às placas indicativas de trânsito, às direções, aos sujeitos que por ali passavam e, por fim, aos movimentos da cidade. Depois de aproximadamente três horas de observação retornei à minha residência e retomei as notas de campo. Diante de tantos fatos observados no dia coloquei-me a seguinte questão metodológica: por que escolher este *lôcus* para realizar o estudo? Foi observando o contexto da metrópole que construí subsídios para a escolha do local mais propício para a realização dessa pesquisa, como tento mostrar no próximo tópico deste trabalho.

1.3.2 Observando Alguns Aspectos da Metrópole

Iniciei o segundo momento da pesquisa em junho de 2008. A escolha do local para a realização do estudo foi motivada por fatores pessoais – aquilo que toca, sensibiliza o pesquisador, o faz “sofrer uma experiência” – e também por fatores do contexto a ser estudado (CASTRO, 2001; FARIA, 2008). Particularmente, o fato de sentir/perceber a passarela tremer naquele dia mexeu muito comigo. Por ser morador das proximidades, fato este que certamente traria maior comodidade a mim durante o estudo, e sempre de passagem pela região, algo me fez parar, estranhar o que me era familiar, rotineiro, passageiro. Graças a um ato pouco costumeiro de minha parte, creio eu, como ocorre com a maioria das pessoas, percebi que dali em diante poderia construir uma etnografia na cidade, “a partir de uma experiência pessoal” (GOLDMAN, 2008) e contextual.

Observando o contexto da cidade, reparei que ali estava instaurado todo um pensamento moderno de reestruturação, de revitalização e requalificação das grandes metrópoles, ou, nas palavras de Arantes (2000, p. 14), “os conhecidos processos de *gentrification*”. Atualmente, a Metrópole Belo Horizonte vem apresentando uma série de

projetos e ações de ampliação, duplicação e requalificação das suas principais Avenidas, nas quais destacam-se neste trabalho a requalificação do centro da capital, denominado “Centro Vivo”, e a Linha Verde.

O programa Centro Vivo, criado em 2003 pela Prefeitura de Belo Horizonte, visa à recuperação da área central da capital com a requalificação dos espaços públicos, ruas e avenidas, preservação do patrimônio e obras de melhoria e manutenção da infraestrutura. Também contempla a melhoria das condições de funcionamento do comércio local, de mobilidade, de segurança, da qualidade ambiental e da valorização da paisagem urbana. De acordo com a Prefeitura Municipal³¹, o programa tem garantido, por meio de ações que estimulam o comércio e geram emprego e renda, avanços importantes para a economia da capital mineira.

Já a Linha Verde é considerada pelos seus idealizadores (Governo do Estado e Prefeitura de Belo Horizonte) um dos maiores conjuntos de obras dos últimos anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Seu principal objetivo é propiciar “*acesso rápido e seguro*”³² às regiões norte e nordeste de Belo Horizonte e ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves”³³. Além do Boulevard Arrudas já citado anteriormente, outros dois conjuntos de obras fazem parte do empreendimento: o primeiro, na Avenida Cristiano Machado, e o segundo, na Rodovia MG-010.

Tudo isso me fez refletir a respeito desses espaços como locais de trânsito dos veículos, de novas vias de acesso rápido e cada vez menos de apropriação/uso dos espaços da cidade, modificando as relações dos sujeitos com os tempos e os espaços. Nessa perspectiva, cabe aqui trazer a seguinte passagem de Carlos (2001, p. 329):

A constante renovação-transformação do espaço urbano por meio das mudanças das formas da cidade – produz transformações nos tempos urbanos da vida cotidiana, das relações de vizinhança, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços públicos, por exemplo, da rua.

De posse dessas inquietações, os escritos deste trabalho apontam questões que me sensibilizaram enquanto pesquisador e morador da Metrópole Belo Horizonte. Nessa perspectiva, o contato com a literatura indicou caminhos para pensar nos aspectos que abarcam as modificações no tempo e espaço do urbano, ampliando o olhar no contexto pesquisado.

³¹ Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>>. Acesso em: 12 out. 2009.

³² Grifos meus.

³³ Fonte: CODEMIG. Disponível em: <<http://www.codemig.com.br/site/>>. Acesso em: 19 out. 2009.

Nesse sentido, um outro aspecto que me chamou muita atenção nas observações da região foi a presença do trabalho/comércio informal em alguns pontos da região, na qual se destacaram, além dos garotos nos sinais, os vendedores ambulantes e guerreiros³⁴, realizando o comércio de diversificados produtos e atuando em diferentes pontos das avenidas próximas. É possível perceber também a presença dos *shoppings* populares Oiapoque e Xavantes Pop Shopping. Ambos fortificam a ação desse tipo de comércio na região.

De acordo com Neves, Jayme e Zambelli (2009), a partir das primeiras intervenções do Programa Centro Vivo, foram realizadas em julho de 2003, por meio da sanção do Código de Posturas elaborado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, o início da retirada dos camelôs das ruas e calçadas da região central. Posteriormente, em agosto do mesmo ano, por meio do decreto n. 11.424, iniciou-se a criação dos *shoppings* populares na capital com o objetivo de recolocar camelôs e *toreros* em atividade no centro da cidade. Esses foram encaminhados para os *shoppings* populares: Oiapoque, Tupinambás, Xavante Pop Shopping, Caetés, Araguari e Tocantins, sendo todos localizados na região do hipercentro.

A região ao redor dos *shoppings* é geralmente considerada uma zona perigosa e degradante, por parte da maior população que transita pela região central da cidade. Isso ocorre por ser frequentada por um público marginalizado, como alcoolistas, prostitutas, traficantes e ladrões, tornando-se raramente um ponto atrativo para o público de classe média. Nessa perspectiva, de acordo com Vainer (2000, p. 82 *apud* BORJA; CASTELLS, 1997, p. 133), a “pobreza urbana e a marginalização, como parte do que chamam de entorno social, condicionam ou influem consideravelmente nas decisões dos agentes econômicos, na atratividade da cidade”. Todavia, como afirmado por Neves, Jayme e Zambelli (2009), a revitalização da Rua Oiapoque, o aumento da sinalização, a reforma das calçadas, a implantação de uma estação de ônibus BHBUS e o aumento do policiamento facilitou o acesso à região, inclusive do público da classe média, para fins de consumo dos produtos vendidos na região, predominantemente no *shopping* Oiapoque³⁵.

³⁴ Os trabalhadores do setor informal da capital mineira são classificados em quatro categorias: camelôs, caracterizados como comerciantes informais com garantias legais para o exercício de suas atividades, oficializados pelo departamento de Controle Urbano por meio de processos de licitação; toreros, atuam nas ruas com licença provisória, em áreas alternativas, chamadas minifeiras; ambulantes e guerreiros, vistos como uma subcategoria em virtude da alta rotatividade. Os ambulantes trabalham em bancas improvisadas e comercializam geralmente um ou dois produtos em pequena quantidade. Já os guerreiros não possuem bancas, porém ocupam ruas de maior movimentação e comercializam produtos sazonais (NEVES, JAYME E ZAMBELLI, 2009).

³⁵ Diferente dos outros *shoppings* populares, o *shopping* Oiapoque, mais conhecido como *shopping* Oi, é o que apresenta a maior variedade de produtos (eletroeletrônicos de alto valor comercial, com tecnologia avançada, como computadores portáteis, filmadoras, equipamentos para som automotivo, câmaras digitais, celulares etc.) e também uma melhor estrutura (setores distribuídos em vários corredores e identificados com cores, praça de alimentação e banheiros com uso cobrado para os consumidores). *Ibidem* (2009, p. 112).

A partir das intervenções do Programa Centro Vivo, a região do hipercentro da capital passou a ter novos atrativos para a economia da cidade, uma vez que a retirada dos camelôs e *toreros* das calçadas facilitou a circulação de novos consumidores, principalmente da classe média, graças, também, ao discurso de que as ruas do centro ficaram mais “limpas” e menos violentas.

Todas essas considerações perpassam por todos os capítulos deste trabalho. Diante disso, digo que os primeiros olhares direcionados aos espaços e aos sujeitos me sensibilizaram a retornar ao local em outros momentos, em especial nos finais de semana³⁶, condicionado diante da presença das crianças e jovens no espaço. A partir daí fui elaborando as primeiras estratégias de aproximação junto às crianças e jovens, como podem ser constatadas no item seguinte.

1.3.3 Primeiras Aproximações: *criando estratégias*

Atento aos “sinais” da cidade, ir ao campo revelou-se desafiador a cada dia. A passarela era o local privilegiado em que parava para observar e, depois de certo tempo, caminhava em direção ao local próximo onde estava o grupo. Aos poucos fui me aproximando mais dos participantes desta pesquisa. Em seguida, assentava nos bancos da calçada que fica na avenida principal. A ansiedade tomava conta de mim, uma vez que tinha a sensação de também estar sendo observado por eles. Nesse contexto, um fato que me trouxe desconforto foi observar as crianças sem elas saberem o que eu fazia ali. Dessa forma, toda vez que chegava e me assentava no banco da calçada, arriscava um cumprimento aos garotos, balançando a cabeça e/ou dando um “jóia”³⁷. Algumas vezes os garotos retribuía a saudação, mas, ainda, timidamente e com certo estranhamento.

Em uma das primeiras observações, quando sentado em um dos bancos, uma das crianças, aparentemente com 13 anos de idade, chegou próximo de mim e pediu-me moedas. Disse que não tinha. Aproveitei o momento e perguntei seu nome e ele respondeu de maneira constrangida. Logo se dirigiu até uma das lixeiras postas na calçada e procurou algo, mas sem êxito. Por fim, retornou ao sinal para ficar junto aos seus três colegas.

³⁶ A presença das crianças nos sinais se fazia mais consistente aos sábados e domingos, fato este que merece outras investigações.

³⁷ Jóia: gesto de cumprimento utilizado para indicar um sentido de positividade. Também é expresso pela fala da seguinte forma: “*Tudo jóia?*”

Neste dia considerei minha primeira conversa com o garoto – na forma de uma pergunta – uma tentativa de aproximação, todavia não suficiente para permitir minha presença junto ao grupo. Frente a isso, precisava articular uma estratégia de aproximação mais consistente e que não causasse um “estranhamento” nas crianças, permitindo “fazer das diferenças com os informantes (nativos) possibilidade de conhecimento” (FARIA, 2008, p. 41). Neste instante cabe destacar o alerta de Goldman (2003) de que para realizar uma observação participante não precisamos nos metamorfosear em nativo, “uma espécie de transformação substancial” (p. 362). Afirma o autor que “a observação participante significa, parece-me, muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo” (GOLDMAN, 2003, p. 358).

Ao perceberem minha presença as crianças cochichavam. Tinha a nítida impressão que conversavam a meu respeito. Contudo, minha presença não parecia atrapalhar o grupo, uma vez que continuaram realizando o malabares. A ansiedade em me aproximar do grupo era intensa e sabia que, dependendo da forma como chegasse próximo a eles, poderia causar certo tipo de espanto.

Diante disso, ao eleger o tema de pesquisa: *o contexto de vida das crianças nos sinais*, fiquei atento à possível rejeição à minha presença no campo de pesquisa, considerando que, assim como apontado por Marques (2001), pesquisador e pesquisado sabem que a atividade exercida pelas crianças e jovens transgride o art.60 do ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que versa: “É proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos”³⁸, e que essa alternativa de sobrevivência não é recente na nossa história social (PRIORE, 2000).

Após algumas idas ao campo, percebi que era possível uma aproximação mais direta. Senti que começavam a se familiarizar com minha presença. A retribuição dos cumprimentos entre mim e os garotos começou a ser mais espontânea. Foi observando os tempos dos semáforos do “Pontão”³⁹ e da “Viradinha” e o local onde havia um grupo de crianças (Pontão) que notei a possibilidade de tentar me envolver mais com o grupo. No “Pontão”, diferente da “Viradinha” e do “Ponto”, não há faixa de pedestre nem sinalização para travessia, mas apenas a faixa de retenção de veículos. Nessa configuração, atravessar para o outro lado da avenida era muito arriscado, pois no momento em que os semáforos da avenida principal se

³⁸ Nova redação dada, conforme Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1998. Sobre a idade mínima permitida para o trabalho destacam-se: Constituição Federal, art. 7º, XXXIII; Organização Internacional do Trabalho, Convenção 138; Consolidação das Leis do Trabalho, art. 403.

³⁹ Como veremos a seguir, sinais onde as crianças e jovens praticavam o malabares tinham nomes criados por eles.

fecham – momento em que as crianças vão à frente dos carros realizarem o malabares – o semáforo da “Viradinha” se abre, tornando inviável atravessar a avenida utilizando o canteiro central naquele ponto. Nesse caso, era preciso ir até a faixa de pedestre que fica próximo ao “Ponto” para realizar a travessia com segurança.

Ao observar algumas pessoas atravessando a avenida principal, passando pelo “Pontão”, percebi a existência de um momento em que é preciso esperar um bom tempo – no canteiro central, onde fica o “Pontão” – para conseguir atravessar até o outro lado. Após essas observações, me veio a ideia de tentar uma aproximação junto às crianças utilizando a organização do espaço e tempo do local, pois a tentativa de atravessar naquele ponto oportunizaria um momento muito próximo às crianças.

Antes de colocar em prática minha ideia, observei as crianças por mais alguns minutos. Neste instante, certa ansiedade e medo me possuíam diante da possibilidade de não ser bem recebido e/ou as crianças decidirem ir embora. Fiquei um tempo pensando o que diria às crianças. Por fim, escolhi começar pelo nome, assim como fiz anteriormente com o garoto que se aproximou de mim.

Minha tentativa teve êxito. Na primeira conversa expliquei o que fazia por ali. Muitos afirmavam ter me visto sentado na calçada nos dias anteriores. Assim, comecei a interagir com as crianças, contando o que faço e o porquê me aproximei deles. Um dos primeiros questionamentos das crianças foi logo saber, como já dito anteriormente, se eu não era do Conselho Tutelar ou da Polícia. Diante desses questionamentos, mostrar minha carteira de identidade estudantil e da biblioteca da universidade serviu para amenizar as suspeitas. Em todo caso, consegui um contato mais significativo com eles. Pedi autorização para retornar no dia seguinte e observá-los da calçada, enfatizando o trabalho que realizava no campo – “observo as crianças que praticam atividades como vocês nos sinais de trânsito”. Todos autorizaram as observações.

Por conseguinte, me despedi dos garotos e sentei-me na calçada do outro lado da avenida para realizar as anotações no caderno. Estava em estado de “choque”, muito contente por ter conseguido conversar com as crianças. Por último, observei o grupo por mais alguns minutos e retornei para casa. Após essa exposição, aponto a seguir algumas questões que envolveram o *lócus* da pesquisa.

1.3.4 O *Locus* e suas Definições a Partir dos Sujeitos

A opacidade do corpo em movimento, gesticulando, andando, gozando, é que organiza indefinidamente um *aqui* em relação a um *alhures*, uma “familiaridade” em confronto com uma “estranheza”. O relato de espaço é em seu grau mínimo uma língua *falada*, isto é, um sistema lingüístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo articulado por uma “focalização enunciadora”, por um ato que o pratica. Este é o objeto da “proxêmica”. Basta aqui, antes de ir buscar as suas indicações na organização da memória, lembrar que com essa enunciação focalizante o espaço surge de novo como lugar *praticado*. (CERTEAU, 1994, p. 217)

Vale a pena destacar que os nomes “Pontão”, “Viradinha”, “Ponto” e “Oiapoque”, citados ao longo dos escritos desse trabalho, referem-se aos quatro principais sinais de trânsito observados na pesquisa de campo. As crianças e os jovens utilizavam esses nomes para identificar os locais por onde circulavam durante a permanência na região. A princípio, para identificar os sinais onde as crianças estavam presentes, utilizei no caderno de campo os nomes “Sinal 1”, “Sinal 2”, “Sinal 3” e “Sinal 4”. Todavia, a partir do contato mais próximo às crianças e jovens, pude perceber que se referenciavam aos locais de outra forma. Em algumas das conversas entre as crianças, os jovens e eu pedi autorização para utilizar os nomes, assim como em todas as vezes que me aproximava do grupo. Este feito, além de não situar o lugar onde foi realizado o estudo, leva em consideração as questões éticas propostas pela pesquisa.

Nessa perspectiva, as questões de caráter ético atravessaram todos os momentos do estudo, uma vez que, como afirmado por Delgado e Müller (2005, p. 355) “é inegável que existe uma força adulta baseada no tamanho físico, nas relações de poder e nas decisões arbitrárias”. Assim foi fundamental abrir mão de princípios metodológicos prescritivos na construção desta pesquisa, já que as relações são atravessadas, também, por momentos educativos, pedagógicos, relacionais, afetivos, etc. Nesse aspecto, fez-se um imenso esforço em não “agir como um adulto típico”, reforçando as diferenças óbvias entre adultos e crianças em termos de maturidade comunicativa e cognitiva (CORSARO, 2005). Concomitantemente, Ferreira, M. (2008) pondera que para ultrapassar as perspectivas tradicionais de pesquisas relativas às crianças faz-se necessário romper com as noções de poder unilaterais entre adultos e crianças, construindo contextos de relações capazes de lhes permitir fazerem ouvir as suas vozes e serem escutadas. Nesse aspecto, justifica-se aqui a utilização dos procedimentos metodológicos citados anteriormente.

Nesse item, considero importante ser lembrado que o registro das vozes implica numa ação que transcende a fala. Nesse sentido, “essas ‘falas’ podem envolver língua de sinais, quando as crianças não podem ouvir ou falar, e outros sons e linguagens corporais expressivas tais como os das crianças autistas ou com graves dificuldades de aprendizagem”, pondera Alderson (2005, p. 423). Dessa forma, todas as ações das crianças durante a pesquisa foram consideradas enquanto formas de se expressarem no mundo, seja por meio das falas, do olhar, dos gestos, dos desenhos, da prática do malabares, das maneiras de lidar com os pares, nas brincadeiras, nos conflitos/desentendimentos, nas sugestões de escrita no caderno de campo e nos diferentes tempos e espaços da metrópole.

No que diz respeito à identificação das crianças e jovens busquei levar em consideração as reflexões de Kramer (2002), ao apontar que usar números, mencionar as crianças pelas iniciais ou as primeiras letras do seu nome nega a sua condição de sujeitos, desconsidera a sua identidade e as relega a um anonimato. Todavia, por estarem realizando uma atividade ilícita e de grande risco, optamos por utilizar nos escritos desta pesquisa as seguintes formas de identificação: C para crianças na faixa etária entre 9 e 12 anos; A para adolescentes na faixa etária entre 13 e 17 anos; e J para jovens na faixa etária entre 18 e 19 anos.

Constantemente, na situação de campo, me questionavam a respeito da forma como seriam identificadas. Diante disso, indicava que não seriam identificadas em nenhum momento do texto final. Assim, como sugere Marques (2001), nem mesmo nomes fictícios puderam ser utilizados, pois as crianças e jovens podem ser confundidos com outros sujeitos.

Diante dessas considerações, as idas ao campo foram baseadas nas ponderações de Graue e Walsh (2003), quando destacam:

Sugerimos que os investigadores gastem menos tempo a tentar desenvolver grandes teorias e mais tempo a aprender a retratar toda a riqueza das vidas das crianças nos inúmeros contextos em que elas se movem (p. 22).

Nessa linha de pensamento, faz-se relevante apontar que entrar na vida de outras pessoas representa a possibilidade de se tornar um “intruso”. Portanto, faz-se necessário obter “permissão”, que vai além da que é dada sob as formas de consentimento habituais. Nessa perspectiva, procurei compartilhar com as crianças todos os aspectos e etapas das investigações: “a entrada no campo e nossos objetivos, quais crianças querem realmente participar da pesquisa e contribuir com a coleta de dados” (DELGADO; MÜLLER, 2005, p. 355).

A título de conclusão deste capítulo, durante toda a pesquisa de campo, as aproximações exigiram cautela, pois estar diante de outro contexto, não familiar, poderia trazer riscos e perigos para o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Nesse ponto do trabalho de campo, aprendi que a todo momento deveria tentar discernir as ocasiões propícias das impróprias para me aproximar das crianças e jovens.

Nessa circunstância, cabe relatar uma situação que me ocorreu no campo de pesquisa, momento na qual fui surpreendido pela Polícia. Era sábado de carnaval quando uma viatura se aproximou da calçada onde eu observava algumas crianças no “Pontão” e na “Viradinha”. De dentro do veículo um dos policiais pediu para eu me levantar e colocar minhas mãos na nuca. Aproximou-se de mim e começou a me revistar e fazer perguntas, como: *“Há quanto tempo você está aqui?”*; *“O que faz aqui?”*, enquanto outro (uma policial) apontava uma arma em minha direção. Expliquei o que fazia no local, indicando o caderno de campo, que ficou no banco da calçada. Após me revistar, o policial justificou a abordagem, dizendo que houve uma denúncia de tiroteio na região e que o suspeito trajava uma peça de roupa da mesma cor que eu, uma camisa amarela. Logo que foram embora, iniciei o registro no caderno. Neste momento, duas crianças que realizavam o malabares na “Viradinha” vieram em minha direção e perguntaram-me porque os policiais me abordaram. Enquanto relatava o ocorrido, escutei uma das crianças afirmando para a outra: **“Eu disse que ele não era do Conselho!”**. relatei a situação para as crianças e durante a conversa perguntaram: **“Você ficou com medo?”**. Disse que tive uma sensação muito desagradável e que meu coração disparou. Logo uma das crianças riu, afirmando: **“Já me abordaram assim várias vezes!”**. Em seguida, a mesma criança relatou uma situação em que foi abordada por policiais no bairro.

Instantes depois o vigia do estacionamento que fica próximo à “Viradinha” se aproximou de mim e comentou a respeito da ação da Polícia. Aponta que a região é muito violenta e há grande circularidade de drogas, porém, fez o seguinte comentário: *“A gente conhece bandido no olho”*. Confesso que foi a situação mais constrangedora e tensa deste trabalho.

Essas e outras experiências foram reveladoras para este estudo, não só pelas situações que vivenciei no campo, mas também pelos relatos de vida, sentimentos, receios e expressões presenciadas nos momentos coletivos e individuais com os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, antes de passar para o próximo capítulo, gostaria de destacar a seguinte passagem de Viveiros de Castro (2002, p. 113-114), quando destaca a relação entre pesquisador e sujeito pesquisado na perspectiva da construção do conhecimento:

Mas o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos.

Assim, pondero que passar dias e dias com as crianças e jovens nos “sinais” da cidade ajudou-me a compreender diferentes aspectos do cotidiano desses sujeitos nesse *lócus* e também como fazem desse contexto – a rua – seu espaço de práticas sociais, de sociabilidade, de modos de vida, de sonhos, de aprendizagens, de sobrevivência, dentre outros aspectos que serão tratados nos capítulos posteriores desta pesquisa. Dito isto, parto para o desenvolvimento do próximo capítulo em que abordarei aspectos da organização da prática do malabares pelas crianças e jovens no espaço pesquisado.

II A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA RUA: *o malabares nos sinais e os sinais do malabares*

Este capítulo é dedicado à apresentação do primeiro eixo temático, já citado na introdução deste trabalho, intitulado: *A Prática do Malabares: algumas características do trabalho das crianças e jovens nos sinais*. Em um primeiro momento, procuro desenvolver algumas considerações referentes à exploração do trabalho infanto-juvenil no cotidiano da rua, dialogando com questões que tratam da “aproximação”/apropriação da atividade do malabares com o universo circense. Já num segundo momento, abordo questões relacionadas à organização da prática do malabares pelas crianças e jovens nos sinais, no que se refere à divisão de tarefas e estratégias de trabalho.

O levantamento da literatura brasileira que trata da realidade das crianças e jovens no cotidiano do trabalho explorado do nosso país demonstra, em termos quantitativos, que existe uma produção considerável a respeito do assunto, principalmente no que se refere às camadas populares ou miseráveis da nossa população (MARQUES, 2000; SILVA, 2007). De acordo com Silva (2007), a maioria das produções acadêmicas se posiciona criticamente contra o trabalho precoce, na perspectiva do campo e da cidade. Diversas áreas do conhecimento - majoritariamente no campo das Ciências Humanas e Sociais - abordam aspectos históricos, demográficos, políticos, jurídicos, econômicos e culturais da exploração do trabalho infantil, elencando questões das possíveis consequências na escolarização das crianças, no desenvolvimento biopsicossocial e na supressão do direito ao tempo do lazer⁴⁰. Todavia, salvo raras exceções, grande parte dos estudos “refere-se à categoria do trabalho infantil, não a diferenciando da exploração do trabalho infantil” (SILVA, 2007, p. 67). Não obstante, consagram certa “confusão conceitual, etimológica, epistemológica e ideológica, podendo, até mesmo, incidir e influenciar a produção de políticas públicas” (p. 57).

Nessa perspectiva, este trabalho optou por adotar o termo *exploração do trabalho infantil*, em consonância com as observações apontadas pelo autor, já que existe, não raro, no senso comum, tanto na academia, nas instituições e órgãos oficiais, bem como entre a mídia e a população, em geral, concernente à temática, uma idéia de que todo trabalho infantil é explorado, sem uma análise mais crítica das atividades realizadas no contexto do trabalho realizado por crianças e adolescentes. Nesse aspecto, temos que debater a distinção necessária

⁴⁰ De acordo com Silva (2003), a expressão lazer relacionada à infância “justifica-se dadas as similitudes da inserção da criança a do trabalhador adulto no processo produtivo: relações desumanas de trabalho, extensas jornadas de trabalho, salários de miséria, etc.” (p.56)

entre trabalho educativo e trabalho explorado, no que tange o universo dos pequenos trabalhadores.

Nessa linha de pensamento, quando se fala em trabalho infantil, este pode ser “confundido com qualquer tipo de ‘trabalho de crianças’ como, por exemplo, o ‘trabalho como princípio educativo’” (MARQUES, 2000; OLIVEIRA, O. 1994; SILVA, 2007). A exploração do trabalho infantil não se constitui num trabalho educativo, cujo processo deve sempre satisfazer uma necessidade social e encarnar o tempo de trabalho socialmente necessário (SILVA, 2001). Nesse aspecto, cabe destacar Oris de Oliveira (1994, p. 20), apontando que “quando o trabalho de crianças faz parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de pais para filhos, faz pouco sentido falar de trabalho infantil”. De acordo com Betty Oliveira (1996, p. 22), entende-se por trabalho educativo, como uma “atividade mediadora dentro da prática social, como um fator imprescindível do processo de passagem do ser ao dever-ser, um processo de transformação social”.

Diante desses apontamentos, a exploração do “trabalho infantil⁴¹” é assim definida pela OIT (2008) – a partir da convenção 138: “A noção de trabalho infantil deve aplicar-se a menores de 16 anos de idade que trabalham ou se empregam com o objetivo de ganhar seu próprio sustento e o de suas famílias”.

Ou ainda, de acordo com a CONAETI (2004, p. 9):

O termo “trabalho infantil” será entendido como sendo aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao trabalhador adolescente, será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos incompletos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos incompletos.

A atividade do malabares exercida por crianças e jovens nos sinais é referenciada por diferentes órgãos⁴², que fiscalizam, pesquisam e propõem ações junto a esses sujeitos e suas famílias, como uma forma de exploração do trabalho infanto-juvenil exercida nas ruas da capital Belo Horizonte.

⁴¹ Muitos documentos e fontes citados neste trabalho utilizam o termo “trabalho infantil”, todavia, como poderá observar o leitor, comungamos com o termo “exploração do trabalho infantil” proposto por Silva (2007). Nesse sentido, o termo Trabalho Infantil será destacado entre aspas.

⁴² Aqui destacam-se a Gerência de Inserção Especial da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Secretaria Municipal de Políticas Públicas e o Serviço de Abordagem de Rua da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o FECTIPA/MG, o FNPETI, a OIT e o MET, dentre outros órgãos nacionais e internacionais.

A bibliografia estudada revela que a presença do trabalho infanto-juvenil explorado nas ruas dos grandes centros constitui uma realidade presente em diferentes capitais e países, principalmente, ditos de “Terceiro Mundo” (PRIORE, 2002; MARIN, 2006; MARQUES, 2000; SILVA, 2007). Segundo Martins e Silva (2008), o trabalho infantil nas ruas da cidade de Belo Horizonte, representa uma manifestação proveniente de questões sociais, históricas, econômicas e políticas no âmbito do espaço urbano, destaca-se por seu caráter explorador, que suprime a vivência da infância, do sono, da aprendizagem e dos estudos. Dentre as formas de trabalho exercidas pelas crianças e jovens nas ruas destacam-se: mendicância (pedintes), vendedor de balas e outros produtos no sinal, engraxate, lavador e vigia de carros, limpador de para-brisas, malabares, distribuidor de panfletos/propagandas, catador de papel e latinhas, estátua viva e carregador de sacolas/compras, dentre outras (SMAAS⁴³, 2006; CAMPOS; DEBORTOLI, 2007).

De acordo com dados da SMAAS (2006), dentre as principais ocupações exercidas estão: mendicância (18,7%), vendedor ambulante (17%), guardador de carros (15,4%), e fazer malabarismo (14,6%). No que diz respeito a estas informações, cabe assinalar que algumas crianças e jovens participantes deste estudo afirmaram que abandonaram outras formas de trabalho nas ruas para realizarem, especificamente, a atividade do malabares nos sinais, como nos afirma um dos sujeitos da pesquisa: **“A gente ia lavar carro, vigiar carro. Depois eu vi um menino fazendo lá na Savassi⁴⁴. Aí ele falou: Zé, começa a fazer aí. Faz com cabo de vassoura e borracha.”** (A. 7). Nesse sentido, Tânia Ferreira (2010) destaca em seu estudo de doutorado que dezenas de crianças trocaram a limpeza dos para-brisas dos carros ou seus postos de vigia de carros pelas apresentações artísticas nos sinais de trânsito:

São crianças que ganham dinheiro como malabaristas, com espetáculos com tochas de fogo ou palhaçadas. Muitas pintam o rosto com tinta cor de prata, alimentando o anonimato, a indigência, dando-nos a impressão de ser ‘crianças de pedra’. (FERREIRA, T., 2010, p. 17)

Como observamos nos dados apresentados pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) (2006), a atividade do malabares é, mesmo não ocorrendo grande disparidade entre os dados, a quarta ocupação mais praticada por crianças e jovens. Todavia, levando em consideração as observações de campo deste estudo e as ponderações de Ferreira (2010), essas informações, de certa forma, podem ser contestadas. A autora ainda aponta que, ao realizarem as atividades de circo, esses sujeitos nos indagam a respeito dos

⁴³ Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

⁴⁴ Bairro de classe média alta, localizado na região central da cidade de Belo Horizonte.

“furos da rede de atendimento”, já que há uma apropriação do espetáculo aprendido no interior dos programas de assistência para outra finalidade, a do trabalho nas ruas. Nesse aspecto, nos diz que:

Fazendo do que aprendem no circo um trabalho que apresentam nas ruas para conseguir dinheiro, essas crianças transformam os instrumentos educativos e de lazer num modo de ganho e também nos interpelam. (FERREIRA, T., 2010, p. 17)

No que se refere às experiências circenses no contexto da rua, Lourenço Martins Marques (2004)⁴⁵ relaciona as atividades exercidas pelas crianças e jovens nos sinais com o circo. Subsidiado em estudos históricos referentes à origem do circo, o autor coloca que as atividades exercidas pelas crianças e jovens são tomadas como “práticas circenses nos sinais”. Segundo o mesmo autor, o circo traz elementos fascinantes e encantadores, sendo resultado de uma série de apropriações e de transformações que tiveram origem em diferentes épocas e lugares. Ele se manifesta em diversos contextos e espaços, como: circos de periferia, circos de grande porte, circos de rua, circos itinerantes, circos milionários como o Cirque Du Soleil, circos ligados à cultura alternativa, circos nas academias de ginásticas, circo laboral, dentre outros.

Muitas vezes é tentador atribuir o surgimento do circo no sinal a evasões e disseminações de projetos sociais – que incluem em suas atividades práticas circenses com o objetivo de realizar intervenções educativas por meio da utilização de instrumentos lúdicos, artísticos e culturais – os chamados “circos sociais”⁴⁶. Entretanto, para Marques (2004), há uma grande possibilidade de que a explosão do fenômeno do circo no sinal, talvez, tenha advindo do evento carioca “Anjos do Picadeiro”⁴⁷ e do contato com os argentinos, que representam tradições de atividades circenses nos sinais.

Dessa forma, não podemos atribuir o aparecimento do circo nos sinais a eventos isolados, como, por exemplo, os projetos sociais ou o encontro dos “Anjos do Picadeiro”, uma

⁴⁵ Com o trabalho monográfico, intitulado: **O Circo Volta às Ruas?** Lourenço Martins Marques (2004), contribui para este estudo na medida em que traz elementos e perspectivas para pensarmos o circo enquanto um fenômeno social, histórico e cultural.

⁴⁶ De acordo com Bortoleto (2008), na década de oitenta inicia-se no Brasil o surgimento das primeiras escolas de circo de iniciativa privada. Estas desenvolviam suas atividades voltadas para o público composto, na sua maioria, por alunos pagantes, mas também para uma população pobre, devido às parcerias com projetos sociais que atendiam crianças e jovens em situação de risco social.

⁴⁷ “Anjos do Picadeiro é um encontro internacional de palhaços que se realiza no Brasil desde 1986. Como num grande congresso de circo, teatro e comicidade popular, centenas dos mais importantes artistas/cômicos e estudiosos provenientes das ruas, circos, universidades e cabarês de várias partes do Brasil e do mundo se reúnem para troca de saberes”. Disponível em: <<http://www.anjosdopicadeiro.com.br>>. Acesso em: 19 out. 2009.

vez que o circo está em todo o lugar, na mídia, nas propagandas, nas pesquisas estatísticas, nas ruas, nas lonas, nas escolas etc. (BORTOLETO, 2008; MARQUES, L. 2004).

Não obstante, essas considerações levantadas são de suma importância para este estudo, pois essa “aproximação⁴⁸” da atividade do malabares – uma apropriação das crianças e jovens das práticas circenses, como nos afirma Ferreira (2010) –, com o circo nos provoca reflexões a respeito do “ocultamento” da exploração do trabalho infantil, portanto, problematiza “o trabalho clandestino e invisível” (FERREIRA, T., 2010; MARQUES, 2000; SILVA, 2007). Nesse sentido, como nos afirma Silva (2005, p. 45):

Todas essas questões estão interligadas com a inserção da criança no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no âmbito da família e da comunidade, as atividades cotidianas (brincadeiras e socializações diversas) que se diferenciam de acordo com a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica.

Não obstante, são situações que infringem a legislação brasileira que, na sua lei maior, A Constituição Federal de 1988, proíbe o trabalho infantil e, na sua esteira, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, busca a proteção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situações de vulnerabilidade e violência social (FERREIRA, T., 2010; MARQUES, 2000; SILVA, 2007). Posto isto, no próximo item procuro abordar questões que circundam a prática do malabares por crianças e jovens nas ruas da capital Belo Horizonte.

2.1 Nos “Sinais” da Cidade: o contexto do malabares

A exploração do trabalho infanto-juvenil em situação de rua, segundo Cruz e Assunção (2008), consiste num “modelo específico”, em que crianças e adolescentes exercem o trabalho ilegal, principalmente por sua presença durante um período ou mais do dia, nas ruas. Neste aspecto, podemos afirmar que a prática do malabares, evidenciada nas acrobacias sobre o corpo do outro, no uso de pinturas nos rostos e de objetos como bolinhas e bastão e, também, associada ao ato de pedinte, caracteriza-se como trabalho explorado.

⁴⁸ Também indica o sentido de semelhança.

Para as crianças e jovens desta pesquisa, a atividade do malabares nos sinais associada ao recolhimento de dinheiro não é considerado ato de mendicância⁴⁹, mas uma prática de trabalho, como nos afirma uma das crianças da pesquisa ao indagá-la a respeito do malabares: **“Isso aqui é trabalho, né!”** (C. 10).

Esta mesma associação foi constatada no artigo de Cruz e Assunção (2008), afirmando as autoras que, embora essas crianças estudadas usem de artifícios como jogos de malabares para obter renda, o ato de esmolar é típico de crianças em situação de rua. Essas considerações também são encontradas nos estudos de Graciani (2005), Marques (2000) e Oliveira (2006).

No que se refere à exploração do trabalho infanto-juvenil nas ruas de Belo Horizonte, muitos estudos têm sido desenvolvidos e, na sua essência, procuram debater a respeito das consequências no tempo de infância, mais precisamente no tempo escolar e na vivência do brincar. Nesse processo, esta pesquisa emerge como tentativa de compreensão do cotidiano dos pequenos trabalhadores nos sinais de trânsito de uma grande metrópole, como pretendo discutir a seguir.

2.1.1 Nos Finais de Semana: *tensões entre o tempo do trabalho e o tempo da escola*

Neste estudo, a permanência das crianças e jovens no cotidiano do trabalho foi averiguada, predominantemente, nos finais de semana⁵⁰. Alguns dos sujeitos pesquisados justificaram a presença nos sinais aos finais de semana ocasionados pelo tempo destinado aos estudos durante os dias ditos úteis. De início, esse dado nos ajuda a apontar que esse tipo de jornada de trabalho compatibiliza a frequência escolar dos pequenos trabalhadores, uma vez que a maioria dos sujeitos acompanhados, com exceção de dois jovens com 18 e 19 anos, afirmou frequentar a escola. Por outro lado, sobretudo, essa jornada ocupa e compromete outras experiências sociais no âmbito do lazer, do repouso, do convívio familiar e comunitário. Cabe aqui destacar que, isso não significa que as experiências no âmbito do lazer e/ou da família sejam vivenciadas somente nos finais de semana, mas predominantemente, já

⁴⁹ Derivada do latim *mendicus*, a mendicância é caracterizada por aquele que pede esmola e vive da caridade alheia (FERREIRA, A., 1986).

⁵⁰ Apenas um dia da semana consegui observar a presença de crianças no local realizando o malabares, em uma sexta-feira pela manhã. Todavia, com as observações durante os dias ditos úteis fez-se possível verificar em outros locais da cidade a presença de crianças nos sinais exercendo algum tipo de trabalho, tais como, vigias e lavadores de carros, panfletagem (pedinte); lavadores de para-brisas e vendedores de balas.

que durante a semana, nos dias ditos úteis, as jornadas escolares da criança⁵¹ e de trabalho dos familiares⁵² impedem encontros mais formais. Nesse sentido, Silva (2003, p. 56-57) afirma:

A criança pobre, ao ser explorada precocemente pelo trabalho, vivencia processos de coisificação e embrutecimento da infância através das atividades pesadas, desgastantes e humilhantes. Sua inserção alienada na malha produtiva acarreta como consequência a supressão da escolarização e do lazer. Mesmo que a criança brinque nas brechas e resíduos dos *tempos disponíveis* (Marcelino, 1992), ocorrem processos alienatórios recíprocos, culminando com a seguinte repercussão no cotidiano das crianças: *trabalho alienado gera lazer alienado*.

De acordo com Marques (2000), a ausência do pai provedor na família, ou seja, “a impossibilidade do não cumprimento do modelo patriarcal” foi apontada pelos sujeitos de sua pesquisa como a principal justificativa para a exploração do trabalho infantil. Nesse contexto, a criança participa de maneira mais efetiva para tentar preencher a lacuna da falta do pai, entendido como o único provedor da família, exigindo dela uma maior dedicação às atividades de trabalho durante a semana. Já com a presença do pai provedor ou de um adulto que auferir alguma renda para a família, a dinâmica da exploração do trabalho infantil e da família torna-se modificada, uma vez que nesses grupos, os filhos e filhas executam uma jornada de trabalho menor do que entre grupos de configuração familiar diferente desta. Dessa forma, a criança vai para o trabalho às sextas-feiras à noite e nos finais de semana, portanto, “ocupam períodos que deveriam ser destinados ao lúdico, ao repouso, e ao convívio familiar e comunitário” (Marques, 2000, p. 127). Essas considerações do autor vão ao encontro dos dados desta pesquisa, ajudando a interpretar o contexto de vida das crianças e jovens nos sinais.

Diante disso, observei, neste estudo que a exploração do trabalho infantil nos finais de semana se caracterizou enquanto atividade complementar à renda familiar, diferente daqueles tipos de trabalho explorado no qual a criança é a principal provedora o seu grupo doméstico, necessitando assim exercer uma longa jornada de trabalho durante a semana para a sobrevivência da vida familiar (MARQUES, 2000). Nesse sentido, de acordo com Graciani (2005, p. 165), “a incidência de trabalho precoce constitui um importante indicador da vida

⁵¹ Com o discurso de que a rua é o lugar da marginalidade, do perigo e da violência, frequentemente, reforça-se no cenário brasileiro o discurso de que *o lugar de criança é na escola* (GOMES; GOUVÊA, 2008). Dessa forma, ampliam-se projetos e programas sociais e educacionais com o objetivo de assegurar maior permanência da criança nas instituições educacionais. Nesse sentido, de acordo com Gomes (2008, p. 87), “embora a organização do trabalho tenha sofrido profundas alterações nas últimas décadas, não houve substancial alteração quanto à idéia de que *lugar de criança é na escola* – de fato a presença na escola tem se ampliado na maioria dos países, e continua sendo objeto de políticas públicas para sua ampliação”.

⁵² A precarização dos postos de trabalho faz com que os adultos exerçam altas jornadas de trabalho, como, por exemplo, *fazer hora extra* para aumentar a renda no final do mês (ANTUNES, 1999).

das crianças e das famílias das classes populares”, já que a entrada das crianças nesse tipo de atividade está diretamente relacionada com o nível de rendimento mensal das famílias. Não raro, em muitas situações de campo, as crianças e os jovens deste estudo justificaram o exercício do trabalho nos sinais da cidade para o complemento da renda familiar, como assinalada nas falas dos sujeitos:

“Eu ajudo em casa, quando eu faço um dinheirinho assim eu divido com minha mãe, quando faço um dinheiro maior. Que nem hoje, hoje eu fiz o quê?! Fiz R\$50,00. Chegando lá em casa, vou dar R\$20,00 para minha mãe.” (J. 1)

“Dinheiro é para ajudar em casa. Comprar um gás.” (A. 1)

Nesse processo, o trabalho de crianças e adolescentes na rua tem como objetivo o complemento da renda familiar e a inserção desses sujeitos nesse contexto circunscrevendo-se, também, de acordo com a configuração familiar, segundo Marques (2000). Outra questão a considerar é que, na maioria dos relatos, a mãe aparece como a pessoa que necessita da ajuda dos filhos. Não raro, afirmavam que a mãe passava por dificuldades, representando uma importante justificativa para estarem ali. Nos estudos da história social da família e da criança, como o realizado por Ariès (1981), percebe-se claramente o papel da mãe é de cuidadora do lar e o do pai provedor da família⁵³. Nesse sentido, parece haver uma divisão de papéis sociais estabelecidos pelo modelo cultural de origem patriarcal. Todavia, seria negligente deixar de frisar também que há mães que abdicam do cuidado exclusivo do lar e, em conjunto com seus(suas) filhos(as), passam a frequentar a rua para sustentar a família, principalmente por meio da exploração do trabalho infantil (MARQUES, 2000). Por fim, cabe destacar ainda que a presença da figura paterna não garante as condições de sobrevivência da família, pois muitos pais exercem trabalhos precários e os salários são baixos. Neste sentido, muitas famílias acabam ficando dependente do trabalho dos(as) filhos(as) e, também, dos programas e projetos de assistência (MARIN, 2006; MARQUES, 2000).

Neste momento, faz-se interessante apontar que os programas e projetos de erradicação do trabalho infantil, criados pelos órgãos governamentais e não governamentais, tem como objetivo principal proteger a população infanto-juvenil entre 7 e 14 anos de idade, vulnerabilizada pela exploração, pobreza e exclusão social. Por meio de concessão de auxílio às famílias, como, por exemplo, a Bolsa Criança Cidadã e a Bolsa Escola Federal, programas

⁵³ Não sendo objetivo deste estudo pesquisar a configuração familiar dos pequenos trabalhadores nos sinais, fica, neste momento, a indicação para novos estudos que possibilitem interpretar e compreender o contexto desses sujeitos no cotidiano do trabalho explorado na ruas.

que buscam afastar as crianças e adolescentes do mercado de trabalho e criar condições para sua permanência na escola, procurando incentivar a apropriação de novos conhecimentos através de atividades culturais, esportivas e de lazer, no período complementar aos da jornada de ensino regular (FERREIRA, T., 2010; MARIN, 2004). Todavia, apesar de desencadearem algumas mudanças neste quadro social, a presença do trabalho infantil explorado ainda representa uma realidade aviltante no contexto brasileiro.

Marin (2004) nos chama a atenção para o fato de que esses benefícios criados pelo governo, além de temporários, não são suficientes para atender as necessidades das famílias⁵⁴. Nesse sentido, há uma crítica e reivindicação por parte das famílias, afirmando que possuem condições para o exercício de trabalho digno e que suas precárias condições de vida se devem ao desemprego ou aos baixos salários. Nesse aspecto, Antunes (1999) aponta que, a cada dia, há uma precarização dos pontos de trabalho, com aumento do desemprego e do subemprego, exigindo que a população – “a classe que vive do trabalho” – busque novas alternativas para auferir renda. Por fim, as famílias comungam com a ideia de que a dignidade de cada pessoa deve ser assegurada por meio do trabalho, o que possibilitaria mudanças nas condições de vida da população que necessitam colocar seus filhos no trabalho explorado. Assim, afirma Marin (2004, p. 35):

As alternativas para a superação do problema do trabalho infantil encaminham-se pelo *direito ao trabalho*⁵⁵, que pode viabilizar-se através do acesso a terra, em programas de reforma agrária, ou do aumento dos empregos nas indústrias ou no comércio. Portanto, o repasse mensal de uma pequena quantidade de dinheiro gera uma espécie de acomodação que apenas posterga o sofrimento, mas não altera suas condições de vida.

No que diz respeito ao tempo de trabalho e o da escola, segundo os dados da SMAAS (2006), 70% das crianças que exercem atividades de trabalho nas ruas de Belo Horizonte na faixa etária entre 7 e 12 anos estudam com frequência integral e, na faixa etária de 13 a 14 anos, os indicadores são de 65,7%. Com relação ao percentual de crianças e adolescentes que não estudam, foram encontrados os seguintes dados: 7 a 12 anos: 4,8%; 13 a 14 anos: 13,9%; 15 a 17 anos: 27,1%. Nesse aspecto, na faixa etária entre 13 e 14 anos há uma inflexão para o abandono da escola, sendo que o percentual é três vezes maior do que entre a faixa etária de 7 a 12 anos. Fica claro também que na faixa etária entre 15 e 17 anos há uma tendência ao abandono ou pouca frequência em relação à escola (SMAAS, 2006).

⁵⁴ O autor coloca em destaque no seu artigo as famílias no âmbito agrícola, todavia podemos destacar as mesmas condições de concessão das bolsas para as famílias no âmbito urbano (MARQUES, 2000; FERREIRA, T., 2010).

⁵⁵ Grifos meus.

Os dados apontados pela SMAAS/PBH também indicam, no subconjunto dos pequenos trabalhadores na faixa etária compreendida entre 7 e 14 anos, uma “relação positiva” entre a frequência escolar e o receber transferência de renda⁵⁶. O número de famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda compreendeu 46,6%, entretanto, apenas o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), exigia, na época da pesquisa realizada pela SMAAS/PBH, o compromisso da família em não permitir a exploração do trabalho infanto-juvenil. Por outro lado, receber os outros tipos de benefícios estava associado somente à permanência na escola por parte das crianças e dos adolescentes (*Ibidem*).

Segundo alguns autores, como Graciani (2005), Marin (2006), Marques (2000), Silva (2003, 2007), a exploração do trabalho infantil se apresenta como uma concorrente fundamental da escola. Graciani (2005) afirma que inicialmente essa concorrência é relativa, porém, gradativamente, vai assumindo um “caráter absoluto”, ocasionado pelo fenômeno da expulsão escolar, pela inadequação curricular – mundo alheio à vida cotidiana que não consegue trabalhar/dialogar com a corporeidade, “[...], é um local desinteressante, banalizador, autoritário e discriminador para a criança de rua trabalhadora” (p. 166) – pela falta de significação das metodologias que estimulam a participação, a crítica e principalmente a criatividade. Essas considerações da autora talvez nos ajudem a compreender o motivo da evasão e baixa frequência escolar dos pequenos trabalhadores nas ruas de Belo Horizonte, na medida em que vão atingindo a faixa etária entre 15 e 17 anos.

Nas falas dos sujeitos deste estudo, a escola ganhou ênfase enquanto espaço propício ao almejo de melhores condições de vida, “lugar que oferece oportunidades para o desenvolvimento pessoal, para o aprendizado e para ter um futuro melhor”, como apontado por Marques (2000, p. 181). Este aspecto pode ser observado na seguinte declaração de uma das crianças ao falar de suas expectativas para o futuro:

“Eu vou estudar e Deus vai me dar muitas coisas. Vou trabalhar, porque ainda sou criança, depois vou trabalhar no fórum, virar advogado e ganhar dinheiro. Quero comprar uma casa para minha mãe e para mim e depois um Lamborgini⁵⁷”. (C. 8)

Na passagem acima, podemos observar também a perspectiva de que o tempo de infância não pode ser dedicado exclusivamente ao “trabalho” mas também aos estudos. A partir da pesquisa realizada por Marques (2000), torna-se possível constatar que, para os

⁵⁶ Foram considerados os seguintes benefícios: Bolsa-Escola Municipal, Bolsa-Escola Federal, Bolsa Família, Vale-gás, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros de menor incidência, segundo a SMAAS/PBH (2006).

⁵⁷ Modelo de carro importado.

pequenos trabalhadores por ele acompanhados, *ser criança* é sinônimo de brincar⁵⁸ e estudar. Para o autor foi muito interessante constatar que todas as crianças participantes da sua pesquisa frequentavam a escola (como verificado também neste estudo), todavia se surpreendeu com os detalhes acerca da convivência entre o trabalho infantil e a atividade escolar, bem como entre o mundo do lúdico da criança e o contexto institucional. Nesse sentido, destaca:

[...] ficou evidenciado que trata-se de um terreno que apresentava tensões, conflitos e dificuldades que comprometiam o desempenho dos alunos, devido tanto à forma de organização do ambiente de ensino quanto à sobrecarga física e mental que esses pequenos alunos trabalhadores levavam do seu mundo social para a sala de aula. (MARQUES, 2000, p. 171)

O mesmo autor nos relata que a escola enquanto objeto de desejo pode mostrar-se ambígua: entre o cerceamento da liberdade – enquanto locus do lúdico – e a possibilidade da alegria, da convivência e do brincar. Nessa perspectiva, como afirma Graciani (2005, p. 167):

A criança que trabalha e estuda aprende teórica e praticamente que seu divertimento precisa ser adiado além da hora do “serviço” e do “estudo”, pois “não se brinca em serviço”, e “a escola é o lugar de aprender e não de brincar”. Há uma separação, uma fragmentação da corporeidade da criança, que não é vista como totalidade.

Não podemos deixar de colocar também que, como nos alerta Müller (2006), as vivências na escola se caracterizam como um tempo de trabalho, assim como outras atividades desempenhadas pelas crianças, como assinala Sarmiento, Bandeira e Dores (2002, p. 106): “a não consideração das actividades infantis como trabalho é, aliás, homóloga do que acontece com actividades domésticas, normalmente desempenhadas pelas mulheres”. Os mesmos autores consideram que todas as crianças, independente do contexto social em que estão inseridas, trabalham. No que diz respeito ao contexto escolar, Wintersberger (2001, p. 94) afirma que:

[...] a escola é o universo do trabalho das crianças na sociedade moderna, ainda que com a diferença de que não há recompensa financeira para isso. Aqui há escolas mais e menos humanas, bem como há no trabalho infantil clássicas situações humanas e desumanas. Nós conhecemos o problema do estresse escolar, do medo escolar, do fracasso escolar e dos suicídios de alunos. [...]. A sociedade moderna não resolveu, portanto, o problema da exploração econômica de crianças, apenas o adiou.

⁵⁸ Em momentos posteriores desta dissertação, abordarei a temática do brincar no cotidiano das crianças e jovens nos sinais.

A partir dos dados desta pesquisa e das considerações que os autores citados elencaram nos seus estudos que tratam da temática escola e trabalho, pode-se afirmar que, mesmo com a inserção da criança na jornada ampliada da escola, as famílias não deixam de lançar mão do trabalho de seus filhos, ainda que estejam em desacordo com as determinações da Lei. Dessa forma, inserida na jornada ampliada da escola e com o exercício do trabalho nos finais de semana e feriados pelas ruas da cidade, pode-se afirmar que as condições de vida dessas crianças e jovens impossibilitam a dedicação de um maior tempo nas vivências sociais, seja no âmbito da escola, do lazer ou da família, precarizando, ainda mais, suas vidas, conforme veremos também no próximo item.

2.1.2 O Tempo de Trabalho nos Finais de Semana das Crianças e Jovens nos Sinais

O horário predominante da chegada dos sujeitos ao local de trabalho era por volta das 8 horas da manhã, variando entre 7 e 9 horas do mesmo turno. De acordo com Oliveira (2004), o cotidiano das crianças em situação de rua inicia-se bem cedo, devido à necessidade de auferir renda e/ou aumentar as oportunidades de conseguir alimentos e trabalho. Segundo o mesmo autor, algumas crianças em situação de rua dormem em abrigos e logo cedo, por volta de 7 horas da manhã, devem estar prontas para abandoná-los e seguirem seus caminhos pela cidade. Já Graciani (2005) assinala que muitas crianças dormem na rua devido à distância entre o centro da cidade e suas casas.

Diferentemente desses casos apontados pelos autores, os sujeitos pesquisados não conviviam em abrigos ou dormiam na rua. Esse dado comunga com as informações expressas, em termos quantitativos, pela SMAAS (2009)⁵⁹, a qual afirma que 96% das crianças e adolescentes que trabalham nas ruas da capital residem com suas famílias e dormem em casa. Nesse sentido, por residirem em um bairro próximo ao centro da cidade partiam de suas casas em direção às atividades do malabares. No entanto, essa condição não as eximia de se exporem a situações violentas.

As crianças e os jovens relataram que para chegarem juntas ao sinal marcavam um lugar de encontro comum no bairro. Ir até a casa de algum amigo para chamá-lo também era

⁵⁹ Fonte: **Cartilha Movimento Contra o Trabalho Infantil**, 2009. Realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente (FECTIPA) e Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG).

uma prática constante, como pode ser constatado na seguinte expressão: “[...]. **Quando passei no barraco dos moleques eles já tinham saído**” (C. 1). Esse indicador nos assinala também tentativas de se protegerem por meio de agrupamentos, além, obviamente, da amizade presente entre eles. Nesse aspecto, no local de trabalho, eram indagados pelos colegas: **“Passei na sua casa e você não apareceu! O que você estava fazendo?”** (C. 2)

Nessa conjuntura, ao se distanciarem de suas famílias, começam a integrar-se e a entrosar-se com outras crianças e jovens na mesma situação, muitas vezes submetendo-se às suas regras e hierarquias, a fim de obterem alguma forma de proteção, pois a rua constitui-se em uma transitoriedade permanente, não sendo possível prever o que irá acontecer na próxima hora, no próximo dia (GRACIANI, 2005; OLIVEIRA, W., 2004). Nessa perspectiva, Graciani (2005, p. 129) afirma que:

As regras são construídas a partir da convivência diária dos componentes da grupalização, são regras e normas baseadas na sobrevivência, ou seja, estabelecidas na rua e nas necessidades e possibilidades de conseguir meios de subsistência. Eles se caracterizam principalmente como normas de convivência, códigos de grupo, linguagem cifrada (gíria), modos de vestir-se, sinais ou signos com significado próprio para o grupo, como defesa e resistência à opressão da rua.

As crianças e os jovens ao relatarem o convívio com os colegas do malabares afirmam: **“Com nós não tem amarração não, sô! Tá todo mundo junto, tá to mundo junto ali”** (J. 1). Outro complementa: **“Tá todo mundo ali!”** (C. 4). Esse sentimento de pertença ao grupo fortalece as relações entre as crianças e os jovens em situação de rua, protegendo-os de possíveis roubos, violências e agressões que venham a sofrer, até mesmo de outros grupos na mesma situação, além da possibilidade de construírem novas estratégias de sobrevivência no contexto da rua. Outro aspecto é que, numa sociedade em que a cada dia o *individualismo* (GIDDENS, 1991; HALL, 2005) toma formas mais concretas, as crianças e os jovens nos sinais anunciam outro caminho: o estar com o outro (KRAMER, 2001a).

O horário predominante de saída das crianças e jovens nos sinais oscilava entre 13 e 14 horas, momento que, também, era vivenciado em grupo. Desse modo, a média diária da jornada de trabalho dos pequenos trabalhadores nos sinais era de 5 horas. Retomando os dados da SMAAS (2006), 26,4% das crianças e dos jovens que trabalham nas ruas de Belo Horizonte exercem uma jornada do trabalho semanal de até dez horas e 23,3% entre 11 e 20 horas⁶⁰. Mesmo que os indicativos da SMAAS afirmem que essas jornadas possam estar distribuídas de várias maneiras ao longo da semana, neste estudo, vale ressaltar, os sujeitos

⁶⁰ Os demais dados indicam: 19,6% entre 21 e 30 horas; 18,4% entre 31 e 50 horas; 12,0% acima de 51 horas.

cumpriam uma jornada de trabalho que pode ser considerada alta e ameaçadora à integridade física, psíquica e moral das crianças e dos jovens nos sinais, já que estão, no dia-a-dia, expostos ao sol quente ou à chuva, à sobrecarga de trabalho físico (sustentar o peso do colega nas costas, subir e descer da pirâmide), expostos a riscos de atropelamento e assaltos, além das violências sociais que podem repercutir na identidade desses sujeitos⁶¹.

A partir dos dados coletados, pode-se averiguar que, em outros momentos de trabalho na cidade, eles cumpriam jornadas mais extensas de trabalho e que, atualmente, essa situação mudou, sendo um pouco menos precária. Nos dizeres de um dos jovens: **“Porque antigamente nós íamos embora mais tarde, né. Nós íamos embora 3:00 (15 horas), 4:00 (16 horas).”** (J. 1). O mesmo jovem ainda afirma: **“Era de noite! Agora hoje em dia nós vamos embora mais cedo, para ficar mais no domingo lá. Porque antes nós não curtíamos o domingo não”** (J. 1). Nesta última passagem pode-se assinalar que a jornada extensa de trabalho não permitia ou precarizava as vivências de outras atividades no domingo, nas quais se podem incluir os momentos de lazer com a família e com os amigos no bairro.

Segundo as crianças e os jovens, o fator determinante para irem embora para casa mais cedo é a quantia de dinheiro auferida no final da jornada de trabalho. Como se percebe na seguinte afirmação de um dos jovens:

“[...] antigamente dava pouco dinheiro, agora hoje em dia dá mais. Porque a gente chega aqui, que nem hoje, nós chegamos aqui era 9:00 horas e olha o horário que estamos indo embora, 12:30, e com R\$50,00. Eu acho que o movimento aumentou mais”. (J. 1)

Uma possível interpretação dessas informações diz respeito a dois fatores: o auferir uma maior quantidade de dinheiro em um menor tempo e o aumento do “movimento”. O primeiro pode ser explicado pelo tipo de atividade de trabalho que exercem, sendo que a atividade do malabares parece ser uma atividade mais rentável do que outras, como, por exemplo, a de vigia de carro. Outro aspecto importante, como veremos mais à frente, diz respeito à possibilidade de criação/utilização de diferentes estratégias de trabalho que contribuem para auferir maior quantia de dinheiro ao fim do dia. Em consonância, cabe destacar que, segundo a SMAAS (2006), dentre os possíveis determinantes da renda do trabalho dos pequenos trabalhadores nas ruas da capital, a mais alta associação foi encontrada na variável tempo semanal de trabalho⁶². Dessa forma, não está associada a uma

⁶¹ Mais adiante dedico um item que tratará dos perigos enfrentados pelas crianças e jovens nos sinais.

⁶² De acordo com a SMAAS (2006), foram testadas as variáveis: sexo, faixa etária, número de dias de trabalho na semana; horas diárias de trabalho e frequência escolar.

“qualificação” do trabalho desempenhado, embora certas atividades se mostrem mais propícias a gerar renda⁶³.

Quanto ao segundo fator, torna-se interessante destacar que, no local pesquisado, há cinco faixas de trânsito⁶⁴ que permitem uma maior circulação de veículos no local, dando, conseqüentemente, maior probabilidade de recolherem mais dinheiro⁶⁵. Outra possibilidade seria levarmos em consideração que nos sinais de trânsito a circulação de veículos é maior do que, por exemplo, nos estacionamentos da cidade, local onde crianças realizam o trabalho de vigias e lavadoras de carro. Por fim, dados estatísticos (IBGE, 2008) afirmam que o número de veículos automotivos por habitante vem aumentando a cada dia nas cidades⁶⁶.

Essa configuração do espaço de trabalho das crianças e dos jovens nos sinais e das características que envolvem a prática do malabares como uma atividade, de certa forma, mais rentável que outras implicou em diferentes estratégias ao longo da jornada do dia para auferirem renda, conforme procuro abordar no tópico a seguir.

2.2 O Malabares nos Sinais e os Sinais do Malabares: *algumas questões referentes às estratégias de trabalho*

Minha aproximação junto às crianças e aos jovens do malabares nos sinais, possibilitou compreender diversos aspectos que circunscrevem o cotidiano dos pequenos trabalhadores em situação de rua na cidade de Belo Horizonte. Durante a análise e interpretação do material coletado para este trabalho, pude identificar que as crianças e os jovens nos sinais elaboraram diferentes estratégias para organizar a prática do malabares. Essas estratégias utilizadas tiveram como principal objetivo auferir uma maior quantia de dinheiro ao final do dia de trabalho.

Para as crianças e jovens nos sinais, o malabares, além da definição como prática de trabalho destacado por alguns, também foi considerado um show/espetáculo, muitas vezes,

⁶³ Com destaque para vendedor ambulante e malabarismo, segundo a SMAAS (2006).

⁶⁴ Antes da ampliação da avenida o local possuía três faixas de trânsito.

⁶⁵ Mais adiante coloco as estratégias de recolha do dinheiro nos sinais.

⁶⁶ Projetos do Governo Federal, como a Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos automotivos, além de incentivos fiscais que facilitam o financiamento, vêm incentivando a população a adquirir carro, aumentando o índice de veículos por habitante no Brasil. Ao reduzir as alíquotas, em dezembro do ano passado, o governo queria estimular a produção de setores atingidos pela crise econômica mundial. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas de veículos em janeiro e fevereiro somaram 434,3 mil unidades (BRASIL, 2010). Disponível em: <<http://www.brazil.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

também traduzido por eles próprios como teatro ou circo, como nos diz uma das crianças: “**É Teatro! A gente se apresenta.**” (C.7). Essa passagem expressa a apropriação de uma atividade (que pode ser tanto o circo quanto o teatro) que traz consigo aspectos culturais, históricos e sociais, implicando em questionamentos que circunscrevem a temática da exploração do trabalho infanto-juvenil no contexto da cidade, tais como, por exemplo: De que forma essa semelhança ou associação da prática do malabares nos sinais com os trabalhos artísticos, como o circo e o teatro, sugere “novas” estratégias de trabalho no contexto da cidade?

Nesta pesquisa as estratégias utilizadas pelas crianças e jovens nos sinais destacaram-se, pela criatividade e inventividade desses sujeitos, expressas nas falas, nos gestos corporais, nas brincadeiras, na percepção do tempo e do espaço, na forma como se aproximam dos motoristas e transeuntes e nas relações que estabeleceram com seus pares.

Como foi possível verificar na bibliografia consultada para a elaboração deste estudo, alguns autores, como Graciani (2005); Oliveira (2004); Marques (2000), apontam que o trabalho no cotidiano das crianças e dos jovens em situação de rua é circunscrito por variadas estratégias, expressas por meio das falas, dos gestos, dos modos de se vestir, de oferecer seus produtos aos clientes, dentre outras. Muitas dessas estratégias procuram chamar a atenção e/ou despertar algum tipo de sentimento nos “clientes”: no caso das crianças e jovens nos sinais, nos motoristas e transeuntes. Assim, podemos inferir que a apropriação da atividade do malabares – na sua semelhança com o circo – pode ser interpretada enquanto uma estratégia de trabalho realizada pelas crianças e jovens nos sinais (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008). Isso pode ser averiguado em distintos momentos na realização da atividade do malabares nos sinais, como procuro discutir nos itens seguintes.

2.2.1 “Olha o Show Pessoal!”: *a espetacularização enquanto estratégia de trabalho*

Foi interessante observar que a atividade do malabares ganha “forma” e chama a atenção pela maneira como as crianças e os jovens se apropriaram desta prática no seu cotidiano nos sinais. O malabares, que pode ser definido como a capacidade de “executar um desafio complexo, *visual* ou *fisicamente*, usando um ou mais objetos⁶⁷” (BORTOLETO;

⁶⁷ Grifos meus.

DUPRAT, 2008, p. 41 *apud* DE BLAS, 2000), configurou-se no cotidiano desses sujeitos a partir da manipulação do bastão, também chamado de “Devil Stick”, e da formação de “pirâmides”, caracterizadas pela sobreposição de um corpo no outro.

Para chamar a atenção dos motoristas e transeuntes, as crianças e os jovens utilizavam diversas estratégias no início das manobras com o bastão, tais como assobios, frases rimadas e gestos chamativos, como inclinar o tronco e balançar o bastão com as mãos, e demais artimanhas. As manobras com o bastão, executadas sozinhas ou em conjunto com a pirâmide, chamavam a atenção pela rapidez com que eram executadas. Com o bastão nas mãos, as crianças e os jovens realizavam diferentes manobras, como: a “*Catraca*” ou “*Catraquinha doida*”: giro do bastão na vertical com duas varetas, sendo utilizado na finalização das manobras; o “*Helicóptero*”: giro do bastão na horizontal com as duas varetas; o “*Avião*”: giro do bastão na vertical e na horizontal com uma baqueta; “*Debaixo da perna*”: passagem da baqueta por debaixo de uma ou das duas pernas sem deixar o bastão cair; e “*Girando o corpo*”: manobras com o bastão girando o corpo no próprio eixo. No relato abaixo tento expressar o momento em que uma das crianças acompanhadas, neste estudo, realiza algumas manobras com o bastão:

[...] Seu olhar se volta para o bastão, tentando não errar nas manobras. Quando o bastão cai no chão, logo ele o pega com as varetas e continua. Nas manobras ele passa a vareta por debaixo das pernas; primeiro uma e depois a outra, e por trás das costas também. Rapidamente, pega o bastão sem deixá-lo cair. Manobras com uma só vareta também são realizadas. [...]. (Caderno de campo, 18 de outubro de 2008, p. 48)

Segundo as crianças e os jovens, quanto maior fosse a variedade de manobras, e mais difíceis de serem executadas, maior era a possibilidade de cativar a atenção dos motoristas e transeuntes. Fato este que exigia constantes repetições e invenções de novas manobras. Outra ação que também tinha esse objetivo era a formação das pirâmides. Para os sujeitos pesquisados, realizar as manobras com o bastão em conjunto com a pirâmide dava-lhes mais visibilidade, ou seja, “**mais pessoas prestam atenção na gente!**” (C.4). Por isso, tinham a preocupação em ter que “**fazer bem feito**” (C.2), pois deixar o bastão cair ou executar manobras pouco desafiantes constituía uma possibilidade de menos dinheiro a ser arrecadado. Assim, não raro, as crianças pediam para o companheiro que estava no topo da pirâmide: “**Vê se capricha dessa fez!**”. Aqui se pode destacar a cobrança e exigência de desempenho satisfatório na atividade entre os membros do grupo, episódios que pude relacionar com questões que se aproximam do cotidiano de muitos trabalhadores no mundo. De acordo com Antunes (2006), a complexificação do trabalho no mundo atual vem exigindo cada vez mais

esforços e dedicações dos trabalhadores, para que consigam atingir metas capitalistas e garantir o emprego. Desse modo, para as crianças e jovens nos sinais era fundamental que os motoristas olhassem para o que estavam fazendo. Para ilustrar essas considerações, houve uma situação no campo em as crianças realizavam o malabares no “Pontão” e outro jovem distribuía panfletos no mesmo local. Neste dia as crianças mostraram-se incomodadas com a presença desse jovem que dividia o mesmo espaço com eles, uma vez que, de acordo com uma das crianças, **“as pessoas olham para o papel e não para gente.”** (Caderno de Campo, p. 39). Outro apontamento que não poderia deixar de destacar corresponde ao fato que, de acordo com os dados de campo e do relato cotidiano das crianças e dos jovens, realizar as manobras do bastão em conjunto com as pirâmides possibilitava uma maior quantia de dinheiro arrecadada ao final do dia de trabalho. Essas questões podem ser observadas nas falas dos sujeitos:

“Na hora que eles olham para frente. Acha bom, ficam olhando, acham interessante. Eles ficam olhando de curiosidade.” (A. 4)

“Eles olham mais no formato da pirâmide. Porque é quatro meninos, né, quatro pessoas.” (J. 1)

“Quanto mais é fazer mais bonito na pirâmide for o formato. Maior é melhor, faz dar mais.” (A. 4)

Quanto a isso, inspirado no trabalho de Marques (2000), que buscou interpretar as “imagens” das crianças e das mães como elementos estratégicos da exploração do trabalho infantil nas ruas, indaga-se: Que tipo de sensibilidade esses pequenos trabalhadores provocam nos motoristas quando realizam o malabares, em especial durante a formação das pirâmides? Ou ainda: Será que essas possíveis interpretações nos ajudam a compreender a maior adesão pelo trabalho com o malabares do que por outras formas de trabalho infanto-juvenil pelas ruas, como nos aponta Ferreira (2010)?

Uma estratégia de convencimento muito comum das crianças e jovens do malabares era o “anúncio do show”, realizado pelo jogo de palavras rimadas e assobios, como forma de chamar atenção dos “espectadores”. Assim, logo que a pirâmide já estava formada, diziam:

“Olha o show pessoal, valendo moedinha, heim! Obrigado pela atenção, colabore de coração. Deus abençoe!” (Caderno de Campo, p. 7).

Se observarmos a expressão “show”, destacada pelo dicionarista Aurélio (1986), veremos que na sua definição circunda diversos sentidos, tais como, “entretenimento,

diversão, espetáculo, representação, exibição” etc. O *show*, sinônimo da palavra “espetáculo”⁶⁸ associado ao entreter, tem como objetivo atrair a vista e prender a atenção, despertando algum tipo de sentimento no público, podendo ser ele de medo, de ansiedade, de alegria, de exaltação, de realização etc. Portanto, esses dados nos fazem apontar que a atividade do malabares nos sinais, tomada como um *show/espetáculo*, busca na sua essência uma representação pública, uma exibição, que procura impressionar e entreter os motoristas e transeuntes. Segundo os dizeres de um dos jovens:

“É uma por cima da outra. É muito difícil de você ver isso todo dia!” (A. 4)

Se levarmos em consideração que o objetivo das crianças e dos jovens com esse tipo de ação é transmitir a “imagem” de um espetáculo (teatro ou circo), expresso nas falas e nos gestos corporais, os motoristas e transeuntes são sensibilizados por meio da associação simbólica (BOURDIEU, 1998; MARQUES, 2000) com outras práticas culturais existentes, menos comuns no dia-a-dia. Outro autor que nos ajuda nesse tipo de interpretação é Debord (2003), quando aponta que vivemos na “sociedade do espetáculo”:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação. (DEBORD, 2003, p. 13)

Nesse sentido, como nos afirma Marques (2000, p. 144-145), para interpretar o contexto dos pequenos trabalhadores “não se pode perder de vista os aspectos históricos e sociais que contribuem para a produção de uma cena quando se tenta realizar uma compreensão cênica”, conforme procuro mostrar na Figura 1.

⁶⁸ Do latim *espetaculu*, *ibidem*.

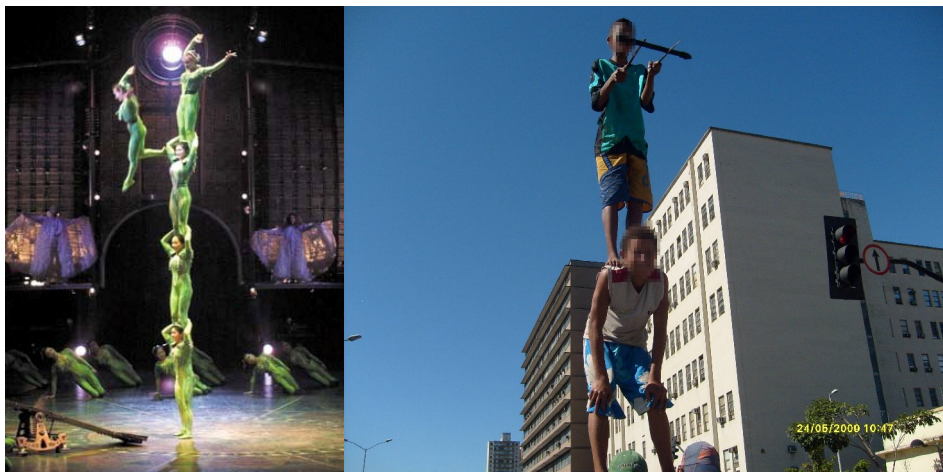


Figura 1 – Imagens do circo “espetáculo” – Circo Du Soleil – e das crianças nos sinais. “Seqüências Simbólicas”, tal como aponta Marques (2000). Arquivo do pesquisador.

De acordo com Debord (2003, p. 14), “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”. Assim, não podemos deixar de frisar que esse tipo de associação perpetua o “ocultamento” da exploração do trabalho infanto-juvenil nas ruas da cidade. Não obstante, as campanhas que tratam da temática da exploração do trabalho infanto-juvenil nas ruas da capital Belo Horizonte buscam conscientizar a população a não dar “esmolas” para crianças e jovens que exercem atividades como malabaristas e vendedoras de balas, nos sinais e nos ônibus, e como “estátuas vivas” no centro da cidade⁶⁹. Nessa conjuntura, nas idas ao campo, uma pergunta me incomodava ao observar as relações estabelecidas entre motoristas, transeuntes e as crianças e jovens no momento da prática do malabares, a qual também pode ser relacionada a outras formas de trabalho: *Não desconsiderando os diversos fatores que envolvem o contexto da exploração do trabalho infanto-juvenil, como conscientizar a população, afirmando que o ato de dar “esmola” perpetua essa prática por partes das crianças e jovens se, como nos diz Debord (2003), vivemos numa “sociedade do espetáculo”?*

Essa “imagem” ou “mensagem”, que o malabares transmite enquanto *show/espetáculo*, foi averiguada na maneira como os motoristas e transeuntes se expressavam diante do que observavam. Não raro, além de expressões como *sorrisos* e *palmas*, motoristas e transeuntes, no momento em que os pequenos trabalhadores recolhiam o dinheiro, elogiavam e exaltavam

⁶⁹ O lema da campanha é intitulado: “Esmola Não. Infância Sim. A Esmola Mantém a Criança no Sinal”. **Cartilha Movimento Contra o Trabalho Infantil**, 2009. Realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente (FECTIPA) e Delegacia Regional do Trabalho.

as manobras realizadas, com as seguintes falas: “**Aqui Artista. Parabéns!**”; “**Toma isso (dinheiro) pela arte**”; “**Gostei muito do que fizeram, por isso vou dar esse dinheiro para vocês.**” Não incomum, muitas pessoas que transitavam pelas calçadas paravam para observá-los realizando o malabares, principalmente crianças acompanhadas com seus familiares. Em uma das minhas observações, quando sentado no banco da calçada, um homem, ao olhar as crianças e os jovens realizando o malabares, dirigiu-se a mim dizendo: “**Esses meninos são cobras criadas, né!**”.

Diante dessas passagens, podemos destacar que a maior adesão das crianças e dos jovens nessas formas de trabalho mostram que esses sujeitos interpretam essas mensagens que lhe são comunicadas e apropriam-se desses mecanismos para conseguir mais dinheiro do que seria possível em outros tipos de atividade, como, por exemplo, a de lavador de carro. Dessa maneira, a criança mostra-se entendida, neste estudo, como ser histórico e social, além de pertencer a uma cultura a qual, também, produz (KRAMER, 2001a; SARMENTO, 2005; FERREIRA, M., 2008).

Além disso, Marques (2000, p. 147), baseado nas considerações de Bourdieu (1998), nos afirma que “existe um valor simbólico agregado ao produto que os pequenos trabalhadores vendem aos seus fregueses”, ou seja, traduzindo para a realidade desta pesquisa, as crianças e jovens nos sinais agregam valor simbólico ao “show” apresentado. Diante disso, fica expresso que o espetáculo sobrepõe-se ao ser criança, numa relação piramidal produzida por uma sociedade desigual, o qual apresenta coreografias do trabalho infantil explorado ocultamente nas ruas.

Em complementaridade a esses dados, outro aspecto que chamou minha atenção foi um relato de um dos jovens que, “indignado” ao ver seu companheiro ganhando mais dinheiro, me afirmou: “**Ele é pequeno! Ganha mais dinheiro. O pessoal fica doido, dá dinheiro para ele mais fácil.**” (A.5). Esse dado nos indica que quanto mais nova a criança maior sensibilidade é causada nos motoristas. De fato, a criança pequena passa uma imagem de maior “fragilidade”, de “um *vir-a-ser*”, de um ser pouco desenvolvido – contra-ponto final à fase adulta – que necessita de maiores cuidados e atenção (CASTRO, 2001a; GOUVÊA, 2002). Portanto, como destaca Castro (2001, p. 22), “cristaliza-se uma única visão da infância como modelar – aquela que estuda e brinca, aquela que aprende e se prepara para o futuro”. A título de referência, essa “visão normativa” da criança, ou ainda, de uma lógica desenvolvimentista tem sido tema de diversos pesquisadores, que criticam essa perspectiva, nas áreas de Psicologia, Educação, Filosofia, Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, dentre outras áreas do conhecimento (CASTRO, 2001; FERREIRA, M., 2008;

GOUVÊA, 2002; KRAMER, 2001; SARMENTO, 2008). Dessa forma, a criança diante daquela situação comove as pessoas, tomada como “coitadinha” (ARIÈS, 1981).

Nessa conjuntura, foi observado também que a criança foi tomada como uma “coisinha engraçadinha” (ARIÈS, 1981), nas relações que estabeleciam com os motoristas e transeuntes. Não raro, motociclistas, quando mais próximos das crianças, pediam para elas darem cambalhotas e manobras desafiantes. Esse tipo de comportamento coloca, como nos diz Marques (2000), a criança como “objeto lúdico” dos adultos. Esse contexto pode ser comparado aos estudos de Ariès (1981) quando nos aponta que antes da Idade Média as crianças já passavam por esse tipo de tratamento, sentimento que ele define como “paparicação”:

Contudo, um sentimento superficial da criança – que o chamei paparicação – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. (ARIÈS, 1981, p.10)

Acredito que esses elementos nos ajudam a compreender algumas das relações estabelecidas entre as crianças e jovens nos sinais e os motoristas e transeuntes. Mas, como nos alerta Marques (2000), não podemos tomar a realidade de forma homogênea entre os personagens que participam deste estudo e cabe colocar que estes promovem “distintos significados e distintos sentidos nesse contexto, variando desde a caridade, a piedade, a mendicância, a amizade, o assistencialismo, o paternalismo, a subserviência até a solidariedade” (p. 148), como procuro abordar no item seguinte.

2.2.2 Nos Sinais as Crianças com Seus “Sinais”

No tempo em que acompanhei as crianças e os jovens nos sinais procurava observar a aproximação das crianças junto aos motoristas e extrair possíveis interpretações que circundavam suas relações. Como destaquei no item anterior, a associação do malabares com o “espetáculo” implicou em uma das estratégias dos pequenos trabalhadores nos sinais para auferirem maior renda. Juntamente com essa estratégia, desenvolveram outras artimanhas que correspondiam à adoção de uma postura mais polida e educada diante dos motoristas e

transeuntes. Frente a isso, procurei iniciar estas análises a partir das falas das crianças e jovens.

Como já dito, no momento em que as crianças e os jovens iniciavam o malabares, ações como abaixar o tronco, balançar o bastão, assobiar e “anunciar” o início do malabares, por meio de frases rimadas, eram frequentes no dia-a-dia desses pequenos trabalhadores com o objetivo de conquistar a atenção dos motoristas. Foi possível constatar que nessas ações os sujeitos procuravam, além de cativar os motoristas, passar uma “imagem” contrária ao imaginário social que, não raro, associa a presença da criança na rua enquanto sinônimo de desagregação social, de violência e de criminalidade. Como podemos observar em Londoño (1991), Passetti (1991) e Rizzini (2002), na história social da criança pobre brasileira existe ainda uma ideologia dominante que contribui para a associação *pobreza/criminalidade*, o que contribui, em parte, na compreensão do motivo da reação de muitos motoristas que fechavam os vidros dos carros quando paravam nos sinais ou percebiam a aproximação das crianças e dos jovens, como uma presença constrangedora. Todavia, para evitar esse tipo de reação os sujeitos elaboraram diferentes estratégias, como veremos a seguir.

Na fala das crianças e dos jovens foi possível verificar a utilização de palavras formadas de um sufixo diminutivo, tais como “dinheirinho” e “moedinha”. A adoção de uma postura polida e educada, que transparecesse “bons modos”, constituiu uma estratégia para tocar o sentimento dos motoristas (MARQUES, 2000). Contudo, segundo o mesmo autor, essas expressões apontam elementos gramaticais que são utilizados para se referir ao lugar do pobre ou miserável em relação às pessoas de classe média, além de mostrar como a ideologia atribui ao pobre estereótipos de “inferioridade cultural” e atravessam a dinâmica desse contexto.

O jogo de palavras rimadas foi também utilizado pelas crianças e jovens para sensibilizar os motoristas, como podemos observar abaixo:

“Olha o show pessoal, valendo moedinha, heim! Obrigado pela atenção, colabore de coração. Deus abençoe!”

“Olha o show, valendo moedinha! Não importa a quantidade nem a variedade. Bom fim de semana para todos!”

Outra situação que me chamou muito a atenção foi o diálogo (apropriação) com os programas midiáticos utilizados enquanto recursos para enriquecer as rimas, as quais puderam

ser percebidos como estratégias de convencimento. O discurso do Faustão⁷⁰ e do Gugu⁷¹ esteve presente nesse contexto, como podemos verificar na seguinte passagem: **“Olha o show pessoal, valendo moedinha! Boa tarde e um feliz sabadão (ou domingão). Muito obrigado pelo um minuto de atenção e colabore de coração.”** (p. 10).

Outros dois artifícios observados foram a pintura no rosto e o uso de gorros de Papai Noel. A pintura no rosto foi observada somente em um único dia e, segundo as crianças, tinham dois objetivos: **“É para ganhar mais dinheiro!”** (C. 1); e **“Para ficar mais alegre!.”** (A. 4). Já os gorros de Papai Noel aparecem praticamente durante as últimas semanas do mês de novembro e no mês de dezembro, sendo utilizado **“para avisar que está chegando perto do natal. Para ganhar uns trocados a mais”** (A. 4).

No que diz respeito à pintura no rosto, da mesma forma que as pirâmides, pode-se destacar que esta estratégia procura entreter e “tocar” o motorista a partir da associação com o “espetáculo”, como dito no item anterior. Já os gorros de papai-noel procuram sensibilizar os motoristas numa época em que as pessoas se mostram mais solidárias e propícias a ajudar o próximo, devido à sensibilidade religiosa relacionada ao nascimento de Jesus. Natal tem como definição o nascimento, ou seja, a renovação. Dessa forma, essa ideia mostra uma “figura religiosa presente no campo simbólico das ruas” (MARQUES, 2000, p. 143). De acordo com Ariès (1981, p. 149), nos séculos XV e XVI já se podia observar as imagens da criança como semelhança ao menino Jesus, ou seja: “Uma devoção particular passou então a ser dirigida à infância sagrada.”

Todas as estratégias relatadas até o momento aconteciam na frente dos carros, a uma certa distância dos motoristas e transeuntes. Essa ação de realizar o malabares, seja ele na formação da pirâmide ou sozinho, pode ser definida enquanto um primeiro momento da organização das estratégias de trabalho ao longo do dia, mais especificamente relacionado à arrecadação de dinheiro. Associado a essa ação, temos o ato de pedinte, que acontece no momento posterior à “apresentação do show”. Nessas ocasiões, outras estratégias fizeram parte do contexto, como procuro descrever a partir deste momento.

Logo após terminarem o malabares as crianças e os jovens se dirigiam para mais próximos dos veículos. Nessas ocasiões, realizavam o sinal de “jóia” para os motoristas e, posteriormente, aproximavam-se da janela com a mão estendida e perguntavam aos motoristas: **“Um trocado aí?.”** ou **“Uma moedinha?.”**

⁷⁰ Referente ao Programa “Domingão do Faustão”. Programa exibido todos os domingos pela Rede Globo de Televisão.

⁷¹ Referente ao Programa “Sabadão Sertanejo”. Este programa de televisão foi exibido no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) de 1991 a 2002, por Gustavo Liberato, mais conhecido como Gugu.

Os momentos de aproximação das crianças e dos jovens junto aos motoristas foram registrados por eles, como podemos ver nas figuras abaixo.



Figura 2 – Momento de recolhimento do dinheiro: “Jóia”. Foto tirada por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do pesquisador.



Figura 3 – Momento de recolhimento do dinheiro: Estendendo a mão. Foto tirada por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do pesquisador.

Em *Narrando os Retratos*, as fotos acima foram expostas para que falassem dessas ações de aproximação aos motoristas. Quando comentam em relação ao gesto “jóia”, afirmam:

“Faz assim (jóia – polegar para cima) é se a pessoa tem e se não tiver ela já faz assim (polegar para baixo).” (J. 1)

“Ela faz assim ó, beleza (polegar para cima)!” (A. 2)

Ao comentarem da aproximação com a mão estendida:

“Pedir, ué!” (A. 8)

“Dá esmola, dá dinheiro!” (A. 2)

“Não é dá esmola, não! É pedir um trocado! Oh dona, você não tem um trocado para me arrumar, não? Aí agente para (estende) a mão, aí eles veem e colocam as moedas na nossa mão.” (J. 1)

Ainda a respeito do gesto “jóia”, indicam:

“É pedir! Aí você faz assim (polegar para cima), aí as pessoas já sabem, apontam o braço e chamam você. Agora os que não têm apontam o braço para fora e fazem assim (polegar para baixo).” (J. 1)

“Tem não aí, tá osso!” (A. 2)

Observei também as diferentes reações dos motoristas diante das atitudes das crianças e dos jovens. Nesse cenário, há motoristas que; ora aprovavam a atividade do malabares e, como vimos em passagens anteriores, elogiando e incentivando por meio de palavras e atitudes (como dar dinheiro); ora rejeitavam e constrangiam os sujeitos, fechando o vidro da janela dos veículos, “fingindo” não perceberem a presença dos sujeitos no espaço, de fato. Havia momentos em que este tipo de reação dos motoristas causava certa indignação nas crianças e nos jovens, como se pode observar no comentário de uma das crianças ao terminar de recolher o dinheiro: **“Se quisesse roubar quebrava o vidro numa só bastãozada.”**

Para as crianças e jovens, a postura de tentar aproximar dos motoristas por meio destes gestos, destes “bons modos”, representa um recado, ou seja, *que não estão ali para assaltar ninguém*. Nesse aspecto, dialogam com sua história social, na qual podemos observar diferentes jargões atribuídos a elas quando ocupam os espaços da rua, tais como “pivete”, “trombadinha”, “menor”, “desagregado social”, “marginalzinho” dentre outros, conforme nos indicam os estudos de Gouvêa (2003), Londoño (1991), Passetti (1991) e Rizzini (2002). Junto a isso, comparecem interpretações do contexto do espaço, na qual sabem que a violência está presente de diferentes formas e, portanto, precisam utilizar artifícios para “driblar” esse imaginário social. Nesse sentido, procuram também justificar a reação dos motoristas:

“Porque tem pessoas, que eu já vi muito, pessoas que desde que venho para o sinal, que vai no sinal e já chega batendo no vidro assim e quando abre o vidro vai e puxa a bolsa.” (J. 1)

Ao indagá-los com a seguinte questão: – *Se vocês não realizassem esses gestos e só se aproximassem dos carros?*, comentam:

“Os outros não iriam querer dar, não!” (A. 8)

“Porque a gente faz assim, eles já pensam assim, porra (expressão de lamentação). Aí ele vai lá e vê se tem alguma moeda.” (A. 8)

De acordo com Graciani (2005), no que se refere à análise do corpo da criança e do adolescente em situação de rua, eles aprendem a se comportar de acordo com as circunstâncias socialmente determinadas:

[...] o corpo se comunica, ele é uma mensagem em si, que anuncia ou denuncia o que somos e pensamos. Essa comunicação corporal confunde-se com a própria vida das crianças e adolescentes de e na rua, supõe alteridade e pluralidade, como instrumento para compartilhar emoções, transmitir ordens e contra-ordens, enfim, partilhar ideias e ideais. (p. 226)

Para ajudar a interpretar esse cenário, Marques (2000, p. 196) faz a seguinte explanação:

Considerando que são trocas que ocorrem num campo de interação social onde são estabelecidos critérios de reconhecimento mútuos, ora um reconhecendo o *outro* como alguém que apresenta uma certa proximidade – pela via da compaixão ou amizade –, e ora como alguém que deve ser visto e colocado numa posição de afastamento, pode-se admitir que essas experiências passam a compor aspectos da identidade desses atores sociais.

Segundo o mesmo autor, nesse contexto em que aparecem duas experiências ambíguas: uma de *admiração*, conseqüentemente de incentivo, e outra de *recusa*⁷², pode-se ter representados “elementos constitutivos na organização das identidades desses sujeitos” (p. 201).

Não muito comum, outra estratégia utilizada por algumas das crianças era a entrega de panfletos com frases, contendo aspectos da condição econômica-social da família e de necessidades pessoais, como podemos averiguar nas imagens a seguir:

⁷² Grifos meus.



Figura 4 – Panfleto distribuído nos sinais. Fevereiro de 2009. Arquivo do pesquisador.

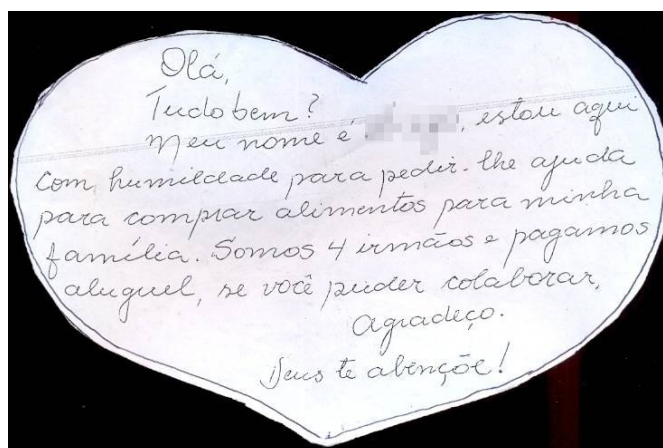


Figura 5 – Panfleto distribuído nos sinais. Novembro de 2008. Arquivo do pesquisador.

Os panfletos acima foram distribuídos nos sinais pelo mesmo grupo de crianças entremeados com a prática do malabares. Como podemos observar, pelas “imagens” apresentadas nos panfletos, há uma intenção de sensibilizar os motoristas, tanto nas frases escritas quanto no formato, como observado na Figura 5, na qual verifica-se o contorno de coração. No desenho da Figura 4⁷³ chama-nos a atenção os seus contrastes. No lado superior estão desenhados os prédios, representando a cidade, e no lado inferior a casa, ambos separados ou unidos, de acordo com os desejos e necessidades dos sujeitos.

⁷³ Segundo as crianças, os desenhos foram feitos por elas e os textos, ditados por elas, foram escritos por uma pessoa conhecida.

Nas Figuras 4 e 5 as palavras “humildade” e “Deus te abençoe”, expressas também nas falas dos sujeitos durante a pirâmide, dialogam com o que Castel (1998, p. 64-65) chama de economia da salvação *versus* a caridade, quando afirma:

Economia da salvação: desgraçado, lastimado, ou até mesmo desprezado, o pobre pode, não obstante, ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade, e para permiti-lhe, dessa maneira, que obtenha sua salvação. [...]. As “obras de misericórdia” desenvolvem uma economia política da caridade, cujo valor de troca é a esmola que “apaga o pecado”. Desse modo, estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição.

Nesse sentido, essas situações de campo ajudaram-me a compreender que, como afirma Oliveira (2004, p. 46):

As crianças de rua sabem que precisam se portar convenientemente na presença de diferentes “tipos” de pessoa. Elas aprendem como se conduzir perante assistentes sociais, policiais, voluntários da igreja, criminosos, vítimas potenciais, transeuntes, donos de negócios locais, agentes dos esquadrões de extermínio, educadores e outras crianças de rua.

Nesse contexto, sobretudo, as crianças e jovens nos sinais afirmam o seu lugar social como sujeitos, destinados a “colocar em movimento outras ações, a ampliar infinitamente os efeitos de outras ações, enfim, de participar da vida, do trabalho e da convivência com o outro” (CASTRO, 2001a, p. 34). Esses dados, além de revelar as situações de constrangimento e humilhação sofridas pelas crianças e jovens nos sinais, mostram a capacidade inventiva e criativa desses sujeitos que interpretam uma determinada ação, como, por exemplo, fechar o vidro do carro, e elaboram outras ações para dialogar com o seu contexto de vida. Nesse sentido, como nos afirma Arendt (2000, p. 191): “o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável”. Dessa forma, são nas práticas sociais que a ação humana se manifesta, tornando possível a alteridade (CASTRO, 2001a).

Para fins de conclusão desse item, acredito que as interpretações acima nos ajudam a compreender melhor a complexidade das relações envolvidas no contexto da prática do malabares nos sinais e das novas formas de exploração do trabalho infanto-juvenil nas cidades. Entremeadas com essas estratégias de convencimento e arrecadação de dinheiro, pude observar, nesse contexto, algumas formas de organização da atividade que, assim como nas ações descritas anteriormente, buscaram auferir maior renda ao final do dia de trabalho,

revelando-se numa verdadeira “logística” do tempo e do espaço dos sinais, como procuro discorrer no próximo item.

2.2.3 A Organização do Trabalho: a presença de uma “matemática” do espaço e do tempo

Neste item, passo a apontar as formas como as crianças e jovens distribuíam as tarefas entre eles próprios durante a prática do malabares nos sinais, tendo em vista questões que abarcaram a organização das pirâmides, do espaço e do tempo. Como veremos, a repartição de tarefas tinha como objetivo, assim como nas estratégias de convencimento destacadas anteriormente, arrecadar uma maior quantia de dinheiro ao longo do cotidiano nos sinais.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à formação da pirâmide, organizada de três modos: *a pirâmide de duas pessoas*, na qual uma subia sobre os ombros da outra; *a pirâmide de três pessoas*, com duas na base, uma ao lado da outra, e a última no topo com os pés nas costas de ambas; e *a pirâmide de quatro pessoas*, na qual duas na primeira base, uma na segunda base e a última no topo com os pés nas costas ou sobre os ombros do parceiro. As pirâmides de duas e de três pessoas eram mais recorrentes quando já havia outras crianças e jovens do grupo no “Pontão”. Desse modo, na “Viradinha” e no “Ponto” estas formas apareciam com mais frequência. A pirâmide de quatro pessoas era a mais praticada pelo grupo observado e acontecia, predominantemente, no “Pontão” e no “Oiapoque”.

O malabares caracteriza-se como uma atividade que exige muita força e equilíbrio de seus praticantes. Por isso as crianças e os jovens adotavam uma repartição das tarefas baseadas na estatura, na força e na capacidade de se equilibrar. Aqueles que apresentavam maior estatura e mais força muscular sustentavam outras, menores no tamanho e no peso. De certa forma, todos os sujeitos sabiam manipular o bastão, todavia somente as crianças mais novas e de pouca estatura e peso se encarregavam de realizar as manobras no alto da pirâmide. Essa divisão de tarefa ajuda-nos a perceber que certas atividades só são exequíveis por crianças, além, claro, de constituir uma estratégia de convencimento – a criança como objeto de piedade. Essa constatação pode ser averiguada em estudos, como os de Marin (2006); Moura (2002) e Rizzini (2002), que apontam a execução de determinadas tarefas por crianças devido a suas especificidades físicas, como, por exemplo, crianças e adolescentes catadoras de papel: que para recolher determinados materiais acondicionados nos contêineres necessitam entrar em aberturas estreitas, tarefa inexecutável para os adultos. Estudos da

história social da criança brasileira (MARIN, 2006; MOURA, 2002; PRIORE, 2002; RIZZINI, 2002) revelam também que essas especificidades físicas eram utilizadas como justificativa para a inserção da criança e do adolescente no trabalho nas fábricas e nos campos, não raro, insalubres, perigosas e violentas.



Figura 6 – Pirâmide de quatro Pessoas. Foto tirada por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do pesquisador.

Apesar desse pressuposto estabelecido, a tarefa mais exigente era atribuída à criança ou adolescente que ficava no “meio” da pirâmide, como podemos observar nos relatos das crianças e jovens ao comentarem a figura anterior:

“Ó véio, na hora de subir o que tem mais força fica desse lado aqui ó (momento em que indica sua posição no lado esquerdo da foto). **Porque é esse lado aqui que pesa mais, por isso os meninos sobem mais por esse lado aqui. Com o (...) era diferente. O (...) já chegava aqui pelo meio, aqui atrás aqui. [...] já sobe assim, põe as duas mãos e sobe. Aí os meninos que não tem muita agilidade ainda, aí eles têm que subir pela minha perna aqui e depois pisar nas minhas costas.” (J. 1)**

“O que fica mais no meio é o que tem mais na atividade né, véio! O meio é que segura, né!” (C. 6 – “sorrindo – é mesmo!”) (J. 1)

“[...] essa pirâmide, o que mais ela tem é equilíbrio! Porque se o do meio não segurar aqui, o de cima aqui cai em cima dos outros.” (J. 1)

A partir desses relatos faz-se possível destacar que esses sujeitos possuem conhecimento do que lhes é exigido para a realização do malabares. Observa-se também nas falas uma apropriação/expressão de elementos que constituem temas de pesquisas e estudos de diferentes áreas de conhecimento, como, por exemplo, a “Educação Física”, a “Fisioterapia”, a “Terapia Ocupacional”, dentre outras, anunciadas por meio das palavras “força”, “equilíbrio” e “agilidade”. Tudo isso implica em percepções do próprio corpo na prática do malabares. Nesse sentido, “a forma como as crianças expressam suas percepções revelam, por vezes, aspectos não explicitamente marcados, mas presentes no contexto cultural ou no comportamento dos adultos” (GOMES, 2008, p. 91).

Outro aspecto que chamou muito minha atenção foi o fato de as crianças e os jovens observarem, no transcorrer da atividade, alguns elementos importantes, relacionados ao espaço e ao tempo onde praticavam o malabares, para que tudo transcorresse da maneira como pretendiam. Situações como o tipo de veículo (ônibus, caminhão ou carro de passeio) prestes a parar no sinal eram observadas pelos sujeitos poucos instantes antes do fechamento do semáforo. Iniciado o momento de frenagem dos carros (semáforo da cor amarela), olhavam os carros parando e logo escolhiam o melhor local para formarem a pirâmide. Assim, procuravam locais onde não havia ônibus na faixa de trânsito, principalmente rente à faixa de retenção, pois, segundo as crianças, eles atrapalham a visão⁷⁴ dos motoristas que estão no carro. A título de ilustração cabe relatar uma observação do campo.

Particularmente, no ponto do ‘Oiapoque’, a circulação de ônibus era intensa, motivada por duas singularidades do espaço: a primeira, a presença de três faixas de trânsito, diferente do ‘Pontão’ e do ‘Ponto’, com cinco faixas, e da ‘Viradinha’, que possuía quatro faixas; e a segunda, a existência de uma oficina de lanternagem, especialista em troca de vidros e espelhos para ônibus e caminhões. Localizada a poucos metros do sinal, recorrentemente, os ônibus e caminhões manobravam na avenida, ocupando todas as três faixas. Não raro, essa configuração do espaço do ‘Oiapoque’ ocasionava a parada de mais ônibus próximos à faixa de retenção, irritando, de certa forma, as crianças. Nessas circunstâncias, sobretudo, ‘avaliavam’ se valeria à pena ou não realizarem o malabares naquele momento. Quando os ônibus ocupavam uma ou duas faixas próximas à faixa de retenção as crianças caminhavam até aquela em que havia somente os carros. (Caderno de Campo, Fevereiro de 2009)

Durante essas ações, percebia-se um constante diálogo das crianças e dos jovens sobre o espaço, configurando-se uma verdadeira matemática dos espaços “geométricos”, (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 1995). Esta foi percebida também na organização dos sujeitos no momento em que se dirigiam até os carros para recolherem o

⁷⁴ Novamente podemos destacar a preocupação em serem vistos pelos motoristas.

dinheiro. Nessas ocasiões, cada criança e/ou jovem caminhava em uma determinada faixa de trânsito, ou no corredor entre os carros. As crianças e os jovens caminhavam por entre os veículos indo ao encontro dos motoristas que manifestavam interesse ou não em dar o dinheiro. Dessa forma, os sujeitos observavam cada carro e a reação dos motoristas. A estratégia do grupo objetivava garantir que todos recolhessem o máximo de dinheiro possível. Não raro, alertavam uns aos outros para ocupar cada um a “sua” faixa. Essa ação pode ser observada na fotografia abaixo, registrada por um dos sujeitos:



Figura 7 – Momento de recolhimento do dinheiro (3). Foto tirada por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do pesquisador.

Nessa conjuntura, uma matemática do tempo também se fez presente, pois, na prática do malabares, “o tempo de sinal” (permanência do sinal fechado) demandava desses sujeitos variadas percepções como o tempo de realizar o malabares e o tempo de recolher o dinheiro. Segundo as crianças e os jovens, eles “cronometravam” o tempo das manobras “**de cabeça**”, ou seja, “**a gente vai e faz!**” (C.1). Isso me chamou muito a atenção, visto que, na maioria das vezes, gastavam aproximadamente a metade do tempo para as manobras e a outra metade para recolher o dinheiro. Era como se seguissem um “script”. Porém, em algumas situações, ora as manobras duravam mais tempo, não possibilitando o recolhimento do dinheiro, ora terminavam muito tempo antes do sinal abrir. Diante desse dado, pode-se inferir que essa percepção do tempo pelos sujeitos implica em um conhecimento a respeito da própria prática, na qual exige um diálogo com o espaço e com o tempo no contexto do malabares.

Realizar o malabares no momento em que o semáforo estava fechado exigia das crianças e jovens uma “administração” do tempo de trabalho, pois demorar na formação da pirâmide ou estender muito as manobras com o bastão era sinônimo de pouco tempo para recolher o dinheiro entre os carros. Desse modo, não se pode negligenciar que, para as crianças e jovens nos sinais, o “tempo é dinheiro”, uma expressão da sociedade capitalista urbano-industrial (THOMPSON, 1998).

Como observamos no estudo do autor citado acima, o que era organizado pelos processos familiares no ciclo do trabalho ou nas tarefas cotidianas ganham outras dinâmicas a partir da mediação do tempo pelo relógio, acarretando uma reestruturação rigorosa dos *hábitos de trabalho*⁷⁵. O tempo cíclico, regulado pela natureza, é substituído pelo tempo linear, mecânico, artificial. O projeto da sociedade urbano-industrial primou, entre outros aspectos, pela segmentação dos espaços e pela fragmentação do tempo, condição indispensável para seu pleno desenvolvimento. Assim, aponta Thompson (1998, p. 272) na seguinte passagem:

[...] o tempo está começando a se transformar em dinheiro. [...]. E o empregador de usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina agora não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

Mesmo tendo essa “organização” do tempo, pode-se destacar que, para as crianças e jovens nos sinais, este não ocorria de maneira estática e tão linear, já que era entremeado pela dinâmica do contexto da rua, ou seja, imprevisível (GRACIANI, 1995; OLIVEIRA, W., 2004). Como exemplo, pode-se relatar que em diversas ocasiões os sujeitos eram obrigados a interromper o malabares por causa das ambulâncias que “pediam” passagem ante o semáforo fechado. Também cabe apontar que as discussões desencadeavam desentendimentos entre os membros do grupo, ocasionando novas organizações e estratégias. Postas essas considerações, destaco a seguir como as crianças e jovens organizavam a divisão do dinheiro.

⁷⁵ Grifos meus.

2.2.4 "A-DE-DA-NHA!": *entre estratégia e solidariedade*

No momento anterior à ida diante dos veículos e à formação da pirâmide, as crianças e os jovens, cotidianamente, se reuniam para definir como o dinheiro seria dividido entre eles. Nessa ocasião, consegui observar o funcionamento do grupo por meio da *adedanha*⁷⁶, do *dois ou um* e do *par ou ímpar*. A definição variava de acordo com a quantidade de crianças e jovens no espaço e, também, das afinidades entre eles.

Cabe apontar que todas essas formas de organização tiveram como base brincadeiras populares. Logo, pode-se anunciar que o trabalho e o brincar⁷⁷ se confundem em determinadas situações do cotidiano das crianças nos sinais, como também se observa no estudo de alguns autores (GRACIANI, 2005; CAMPOS; DEBORTOLI, 2007; MARQUES, 2001; SILVA, 2003, 2005).

A organização mais frequente e que me chamou mais a atenção foi a utilização da “adedanha”. A “adedanha” é caracterizada como uma brincadeira de escolha, isto é, você brinca a fim de escolher alguém para alguma coisa⁷⁸. No cotidiano das crianças e jovens era utilizada para dois fins. O *primeiro* objetivava determinar a ordem de divisão do dinheiro, como pode ser verificado no relato feito por uma das crianças:

“É para a cada dois sinais, dividir o dinheiro. O primeiro fica com todo o dinheiro recolhido por todos durante dois sinais. Depois o segundo, o terceiro e o quarto.” (A. 1)

Nessa ocasião aparecia também o *dois ou um*⁷⁹ e o *par ou ímpar*⁸⁰, que também são brincadeiras de escolha. O *dois ou um* era utilizado após a saída do primeiro na *adedanha* e

⁷⁶ Funcionamento da brincadeira: todos os brincantes ficam com as mãos para trás. Dizem ritmadamente: "A-DE- DA- NHA!". Ao terminarem de falar, todo mundo coloca as mãos para frente indicando um número qualquer. Somam-se os números. Alguém do grupo vai contar até o número dado, começa apontando para cima, e depois para os colegas (sentido horário ou ante-horário). A pessoa em quem parar será a escolhida. Disponível em: <<http://www.cp.ufmg.br/cpantigo/BrincPages/adedanha2.htm>>. Acesso em: 16 dez 2009.

⁷⁷ Questões referentes a esse assunto serão tratadas no próximo capítulo.

⁷⁸ Na brincadeira com o nome CEP ou STOP, a “adedanha” é utilizada no sorteio/escolha de uma letra do alfabeto que é representada pelos dedos das mãos dos participantes.

⁷⁹ Funcionamento da brincadeira: para a brincadeira acontecer é necessário, no mínimo, três pessoas. Todos fazem uma roda, colocam uma das mãos para trás e todos dizem ritmadamente: “Dois ou Um”. Nesta hora, todos mostram o número escolhido com os dedos, o número “dois” ou o número “um”. Vence aquele que colocar o número diferente dos demais.

⁸⁰ Funcionamento da Brincadeira: a brincadeira acontece com duas pessoas, uma de frente para outra e com as mãos fechadas ou para trás, e optam por “par” ou por “ímpar”. Escolhem “mentalmente” o número e o expressa mostrando os dedos concomitantemente ao parceiro. Vence aquele que acertar o resultado no cálculo dos números das mãos de acordo com a opção escolhida, “ímpar” ou “par”.

definia quem seria o segundo a ficar com o dinheiro arrecadado. E por último, o *par ou ímpar*, que determinava o terceiro e o último.

Já no *segundo* objetivo, a “adedanha” era empregada para **“colocarmos outro colega nosso para poder ganhar o dinheirinho dele também”** (J. 1) (Narrando os Retratos, 07/06/2009). Aqui se destaca certa solidariedade e reconhecimento entre os colegas do malabares. Na figura abaixo está registrado o momento em que as crianças e os jovens tiram a “adedanha”.



Figura 8 – Adedanha. Foto tirada por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do pesquisador.

Na atividade “Narrando os Retratos”, ao mostrar a fotografia acima para que as crianças e os jovens comentassem, um dos sujeitos fez a seguinte colocação:

“Faz de conta: aqui tem cinco pessoas, a pirâmide é quatro pessoas, aí nós tiramos o adedanha para por o outro cara, para ele não sair, não sair sem dinheiro. Aí, por isso, nós tiramos o adedanha. Com o adedanha o que está na pirâmide sai, fica lá de fora e o que está sentado na de fora entra, por isso que nós fazemos esse adedanha”. J. 1 (Narrando os Retratos, 07 de junho de 2009)

A partir dessas considerações, pode-se apontar que as relações entre as crianças e os jovens nos sinais eram de uma amizade circunscrita, não só por esses momentos de tensão, brigas e desentendimentos, mas, sobretudo, por ações de companheirismo e de cumplicidade. Nesse aspecto, eu sempre me surpreendia com essa dinâmica da rua (GRACIANI, 2005; OLIVEIRA, 2004). Evidentemente, que cada um dos sujeitos lidava com essas situações à sua

maneira. Tais acontecimentos levantados podem ser interpretados na medida em que as relações de grupo ocasionadas no contexto da rua são mantidas à base de identificações e interesses, como destaca Oliveira (2004, p. 34):

Os grupos são formados pelas crianças de rua à base de afinidades e de outras formas de identificação. As relações de grupo se mantêm à base de interesses comuns, como o de exercer certas atividades, e alianças construídas para fins de subsistência e de vantagens individuais ou coletivas.

Essa conjuntura, de que nos fala Oliveira, foi expressa em diversas situações no cotidiano dos sujeitos pesquisados. Como nos diz Graciani (2005, p. 229-230), nesse contexto do cotidiano da rua, há uma “solidariedade orgânica” e uma “harmonia conflitual”, como podemos observar no trecho abaixo:

A ‘solidariedade orgânica’ ocorre, pela organicidade, quando as crianças e os adolescentes de e na rua, ligados entre si, agem uns em relação aos outros, imersos na experiência ética, fundada no ‘estar junto’, no compartilhar para sobreviver e na ‘estética do nós’, que privilegia o que emocionalmente é comum a todos. Nesse sentido, o que se vislumbra na rua é a presença de uma “harmonia conflitual”, armada tática e estrategicamente no jogo da complexidade e da diferença aí existente.

A título de conclusão desse capítulo, a organização do trabalho infantil apresentou algumas sistematizações no cotidiano do malabares. Dessa maneira, pode-se destacar que a organização do malabares nos sinais, circundada por meio da divisão de tarefas e da elaboração de estratégias, dialoga com o contexto histórico, social e cultural dos sujeitos envolvidos no contexto do malabares – os pequenos trabalhadores e os motoristas. Acredito que as interpretações anteriores desmitificam o sentido que a expressão “trabalho informal” transparece: “setor não estruturado”, “setor não-organizado” ou “setor não-protegido” (NETO; NEVES; JAYME, 2006).

De acordo com Neto, Neves e Jayme (2006, p. 79-80), a exploração do trabalho infantil traz a marca da informalidade. Não obstante, nos alertam:

Não se trata aqui de afirmar que o setor informal seja “um mal em si”, mas em países como o Brasil há um lado, digamos, perverso, na informalidade, especialmente quando se trata dos trabalhadores. No caso da atividade remunerada de crianças e adolescentes, a desregulamentação torna-se estreitamente vinculada à ilegalidade, a insalubridade, ao risco, à baixa (ou nenhuma) remuneração, dentre outros problemas.

Evidentemente, não há como negar as situações de violência social, humilhação e perigo vivenciadas pelas crianças e jovens nos sinais, todavia, o que se destaca neste estudo, por meio de uma tentativa de mergulho no cotidiano dos pequenos trabalhadores e dos

diálogos com a literatura, são as riquezas das suas ações diante de um contexto que se mostra complexo. Nessa perspectiva, “o mundo humano é transformado pela ação da criança, ao mesmo tempo em que esta, a criança, se constitui como um sujeito a partir de sua participação na vida social” (CASTRO, 2001a, p. 37). Mais do que tudo, afirmam seus lugares de sujeitos que complexificam e redimensionam as relações e as práticas sociais.

Posto isto, proponho discutir no próximo capítulo o segundo e o terceiro eixos temáticos apresentados na introdução desta dissertação, na qual coloco em destaque questões que se referem à rua e suas tensões.

III ENTRE TRABALHAR E BRINCAR: *a rua e suas tensões*

Este capítulo trata do *segundo* e *terceiro* eixos temáticos delineados nesta pesquisa. No segundo eixo, procuro compreender de que forma o trabalho e a brincadeira estabeleceram suas relações no cotidiano das crianças e dos jovens nos sinais, bem como o uso e a apropriação do espaço da cidade. No terceiro eixo, busco problematizar o cotidiano da rua vivenciado pelos sujeitos pesquisados, abordando os motivos que os levaram para a prática do malabares nos sinais e os perigos enfrentados esses sujeitos na atividade do trabalho infantil explorado. Procuro destacar observações referentes à rua como lócus da masculinidade, já que se fez possível evidenciar elementos que permitiram abordar a presença de uma virilidade marcante entre os participantes deste estudo.

No que tange às tensões entre o trabalho infanto-juvenil explorado e o brincar, na área rural e no âmbito urbano, o brincar constitui um assunto que mobiliza diversos questionamentos, tais como, por exemplo: *Qual a relação entre o ser criança e o brincar diante do trabalho explorado? De que forma o brincar se manifesta no cotidiano desses sujeitos? De que maneira o brincar se anuncia quando se faz presente no contexto da exploração do trabalho de crianças e jovens?* Estas mesmas indagações permearam este estudo.

De acordo com Martins (1993), as crianças e os jovens quando submetidos ao trabalho explorado vivenciam processos de *coisificação* e de *embrutecimento* da infância por meio das atividades pesadas, desgastantes e humilhantes. Nestas circunstâncias, o tempo do brincar, como também a escolarização, torna-se suprimido diante de um *tempo residual* (SILVA, 2003). Essas mesmas considerações são encontradas nos trabalhos de Marin (2005, 2006), de Tânia Ferreira (2010) e de Marques (2000).

Junto a isso, alguns autores como Martins (1993) e Silva (2001, 2003), dentre outros, afirmam que as crianças no universo do trabalho explorado podem ser caracterizadas como “*sem infância*”. Segundo Martins (1993), a concepção de criança sem infância diz respeito ao que está acontecendo com as crianças do Brasil e do outros países do chamado Terceiro Mundo. Nesse aspecto, o mesmo autor afirma que “a criança absorvida, já como mão-de-obra excedente, pelo mercado de trabalho, tem seu destino inteiramente submetido ao processo de reprodução do capital e da sociedade” (p. 16). Nas considerações de Silva (2003, p. 54), a presença da criança no trabalho explorado compromete a infância, envolvendo

“constrangimentos que desencadeiam o dilema e o impasse de ser duplamente alienado, ou seja, ser criança e ser adulto ao mesmo tempo, ser criança e trabalhar precocemente”.

Estes pesquisadores ainda enfatizam que, no sistema de produção capitalista – exaltação à produtividade e ao consumo –, o brincar e o lazer/lúdico (SILVA, 2007) tornam-se cada vez mais negados, já que passam a ser encarados enquanto um tempo improdutivo e irresponsável. Não obstante, essas argumentações são utilizadas para justificar a ocupação das crianças pobres pelo trabalho – o que chamamos de valor moral do trabalho (CAMPOS; ALVERGA, 2001; MOURA, 2002; RIZZINI, 2002) e, ainda, subsidiar explicações para o preenchimento dos tempos e dos espaços das crianças de outras classes sociais com atividades ditas mais “responsáveis”, mais “pedagógicas” e mais “profissionalizantes” para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, como nos afirma Marques (2000, p. 173).

Todavia, outros estudos também enfatizam que as crianças criam situações para viver seu ser criança, reivindicando seus direitos por meio da subversão de ordens e hierarquias que não levam em consideração suas condições de vida e sua singularidade (FERREIRA, T., 2010; MARQUES, 2000; SILVA, 2007). Nessa perspectiva, inspirado em Marques (2000, p. 172), indaga-se: *Qual a temporalidade dos pequenos trabalhadores nos sinais para vivenciarem o seu brincar e o seu ser criança?*

No cotidiano das crianças e dos jovens nos sinais, mesmo quando entremeado com o trabalho, o brincar se expressa como uma capacidade de encontrar brechas perante a realidade que lhe é imposta, trazendo a esperança de gerar alguma transformação (DEBORTOLI, 1999; MARQUES, 2000; SILVA, 2007). Nesse contexto, presenciei várias circunstâncias que evidenciaram tensões entre o trabalho e o brincar, como pretendo discorrer nos próximos dois itens deste capítulo.

3.1 A Criança que Trabalha é a Mesma que Brinca?

Ao acompanhar as crianças e os jovens nos sinais fez-se possível perceber claramente que não há uma separação nítida entre o trabalho e o brincar, apesar de constituírem universos distintos. No cotidiano desses sujeitos, o tempo do brincar e o tempo do trabalho integraram a mesma dinâmica social, estabelecendo relações dialógicas no contexto da cidade. A partir desses apontamentos, o contato com a bibliografia permitiu assinalar que “brincar em serviço” já era detectado no início do século nas indústrias de São Paulo e, também, nos demais

espaços onde se fazia presente a exploração do trabalho de crianças e jovens (MOURA, 2002; RIZZINI, 2002).

Ao averiguar a presença do brincar no contexto dos sujeitos pesquisados, as tensões entre *ser criança* e *ter que trabalhar* circunscreveram-se em relações paradoxais no dia-a-dia das crianças e dos jovens nos sinais, traduzindo-se em práticas de resistências, de formas de liberdade e de reivindicações por melhores condições de vida (MARIN, 2006; MARQUES, 2000; SILVA, 2001, 2003, 2007). No que se refere ao contexto da rua, Graciani (2005, p. 149) afirma que a partir do brincar a criança “afirma-se, constrói-se, revê-se no mundo, cria saber e conhecimento sobre seu universo, como ato de criação”. Nesse sentido, Silva (2007, p.71) pondera que:

O que realmente está em jogo, no meu entendimento, é o fato de elas brincarem numa realidade destruída pela racionalidade capitalista e, mesmo assim, se imporem como seres sociais, resistindo ludicamente, anunciando, enfim, um outro projeto de sociedade.

Durante a permanência das crianças e dos jovens nos sinais, os momentos das obrigações – auferirem determinada renda ao final do dia ou desempenhar determinações do grupo, como já relatado no capítulo anterior – foram preenchidos com momentos do brincar. Não raro, essas formas de resistência tornaram-se alvo de vigilância e fiscalização por parte de alguns colegas do malabares, para se tentar evitar que o trabalho ficasse prejudicado. Esse tipo de ação também foi constatada por Marques (2000). O autor nos indica que, durante o trabalho nas ruas, os pequenos trabalhadores estavam sob constante vigília das mães e dos irmãos adolescentes. Nessa perspectiva, afirma:

Nesse contexto a relação entre o trabalho e o brincar é permeada por uma constante tensão ante a necessidade de auferir dinheiro e a necessidade de um tempo de liberdade para viver a liberdade, ou seja, para se ter tempo livre (MARQUES, 2000, p. 177).

De acordo com Certeau (1994, p. 40), esses sujeitos “[...] pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua obra um saber-fazer pessoal (...) realiza ‘golpes’ no terreno da ordem estabelecida”. Dessa forma, fica notório que viver o brincar para esses sujeitos diz respeito à temporalidade do ser e da sua história como sujeito que participa e atua na sociedade, portanto, “precisa da atividade, da ação para compreensão do universo social e natural” (GOUVÊA, 2002, p. 21). Nesse sentido, as fotografias presentes na figura abaixo ilustram a tensão entre o brincar e o trabalho, entendendo que “a criança vai

além da realidade significada pelo mundo adulto, ao atribuir ao que a cerca um sentido próprio, transgredindo o real” (*Ibidem*).



Figura 9 – O jogo do adedanha na organização do trabalho. O brincar e o trabalho se confundem. Arquivo pessoal. Maio de 2009.

Dessa forma, ao observamos a figura acima e sua relação com o contexto das crianças e dos jovens nos sinais, podemos, a partir de Silva (2003), afirmar que é nessas situações que as crianças reivindicam o *direito do brincar*, ajudando-nos a repensar o significado social, cultural e político-pedagógico do brincar, do tempo do lazer/lúdico, na constituição da infância. Além disso, questionam a “menorização” (CASTRO, 2001) da criança, ou seja, o pensamento que as consideram seres que vivem no mundo irreal e isolado, que despreza e desvaloriza seus conhecimentos e experiências (DEBORTOLI, 1999; KRAMER, 2005). Nessa perspectiva, trago a seguinte afirmação de Graciani (2005, p. 155):

[...] produtores de cultura popular, produzem, assimilam, mas também inovam; reiteram, mas questionam o real, com seu estilo de vida, seus modos e maneiras de viver inconformados, não se submetem à subordinação e à uniformização da cultura, às suas formas mais consagradas, nem aos instrumentos impostos pela lei ou aos padrões sociais predeterminados.

Para Brougère (2001) a criança ao brincar está envolvida em um processo de aprendizagem ativa no sentido de que ela não se submete às regras e artefatos do mundo adulto, mas aprende a transformá-las ou negá-las. Diante disso, as práticas sociais desses

sujeitos permitem questionar aquilo que até o momento têm sido os grandes mitos da infância e das concepções tradicionais, como nos salienta Maria Manuela Ferreira (2008, p. 146):

i) das crianças como seres em déficit, simples objetos passivos e meros receptáculos de uma ação de socialização; ii) da socialização como um processo vertical e unívoco, conduzido exclusivamente por adultos que o lideram, de acordo com objetivos claramente definidos e em benefício da reprodução social; iii) do *brincar* como ação natural e espontânea das crianças, credo único e emblema das atividades da infância; iv) do *grupo de pares* como forma de organização heterônima e genuína, de cuja suposta homogeneidade estão isentas relações sociais desiguais.

Com o olhar voltado para as perspectivas apontadas pelos autores e, principalmente, pelas observações realizadas, neste estudo, o brincar assumiu o papel de sociabilidade, expressão e afirmação da cultura das crianças e dos jovens nos sinais (PINTO; SARMENTO, 1997; SARMENTO, 2005). Segundo Sarmento (2003), as culturas infantis radicam e desenvolvem-se em modos específicos de comunicação intrageracional e intergeracional. Sendo assim, possuem relações dimensionais, constituem-se nas interações entre os pares e com os adultos, organizando-se, nessas relações, formas e conteúdos representacionais distintos; no contexto da cultura societal em que se inserem – diferente da dos adultos –, ao mesmo tempo em que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo.

De acordo com Gomes e Gouvêa (2008), a rua constitui um dos espaços privilegiados para que se exerça a sociabilidade infantil no interior do grupo de pares na qual tem a atividade do brincar como sua expressão singular inovadora. Nesse sentido, afirmam que “a rua torna-se palco do desenvolvimento de jogos e brincadeiras coletivas, expressão de uma cultura geracional específica. Nesse sentido, assume um significado de iniciação na vida social” (GOMES; GOUVÊA, 2008, p. 56). Sendo assim, junto às evidências apontadas, trato a seguir das expressões do brincar no cotidiano das crianças e jovens nos sinais.

3.1.1 Expressões do Brincar: *imagens, sentidos e sinais*

No contexto pesquisado pude observar a presença do brincar em diversas ocasiões. As brincadeiras compartilhadas entre as crianças e os jovens nos sinais aconteciam entremeadas com a realização do malabares, mais frequentes no momento em que aguardavam o fechamento do semáforo. Entendidas aqui enquanto “práticas de espaço, às maneiras de

frequentar um lugar” (CERTEAU, 1994, p. 50), as brincadeiras presentes no cotidiano das crianças e dos jovens nos sinais implicaram em novas formas de conceber os usos e apropriações da cidade (CARLOS, 2001; SEABRA, 1996). Nesse sentido, como assinala Faria e Rosa (2000, p. 51):

Pretendemos pensar tal manifestação no âmbito da escola e *da rua*⁸¹ como forma de produção de práticas de resistência a um sistema que tende a excluir o brincar da vida infantil, por meio de coerções constantes em prol da produtividade e da constituição do tempo útil, entendendo a criança com ator social que não só não se conforma com as imposições sociais, mas que também resiste a elas e produz cultura.

No intuito de compreender as práticas de espaço das crianças e dos jovens na cidade, fez-se importante neste estudo, a partir de Certeau (1994), explicitar a distinção entre *lugar* e *espaço*, uma vez que, como nos aponta (FARIA; ROSA, 2000, p. 40): “tais conceitos são fundamentais à compreensão do significado a partir do qual ele concebe as práticas cotidianas”. Para Certeau (1994, p. 201) “um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos de coexistência. [...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”. Nesse aspecto, o lugar é onde impera uma lei, um poder organizado estrategicamente. Já o *espaço* “é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram.” (p. 202). No espaço não há univocidade nem estabilidade, há, portanto, práticas.

Diante dessas considerações, os dados coletados assinalaram para uma grande diversidade de brincadeiras, tais como brincadeiras de escolha e adivinhação, danças, músicas, jogos e brincadeiras tradicionais, manifestações esportivas, dentre outras. Nesse aspecto, a maioria das atividades observadas manifestou-se no coletivo, como nos afirmam Gomes e Gouvêa (2008), é nas brincadeiras coletivas que esses sujeitos vivenciam “conflitos, atos de solidariedade, amizade e rompimento, numa dramaticidade que teatraliza o que se observa no mundo adulto”. De maneira complementar, Gouvêa (2002, p. 25) afirma que: “esse caráter coletivo da produção infantil irá também expressar-se numa sociabilidade própria, os grupos de pares. A criança necessita do grupo para situar-se no mundo, estabelecendo uma relação diferenciada com os adultos”.

No campo pesquisado foram observadas as seguintes brincadeiras: lutas/porradinha – “*golpes de proteção*”⁸² –; futebol de prego ou moedas; brincar de cabana; futebol com coco vazio e bola de tênis; futebol com porradinha; “*chutinho*” ou embaixadinha; jogo da moeda;

⁸¹ Grifos meus.

⁸² Nome dado pelos sujeitos.

adedanha; dois ou um; ímpar-par; brincadeiras com o bastão; acrobacias (dar estrela, mortal para trás e plantar bananeira) realizadas no asfalto – no espaço disputado entre automóveis, ônibus e motocicletas –; desenhar no caderno de campo; tapão ou bafão; qual é a cor⁸³; músicas. Em muitas ocasiões, objetos como o bastão, as varetas, as garrafas tipo pet, as caixas de papelão, as bolas de tênis, o coco vazio, as pedras e folhas do canteiro central se configuravam como brinquedos para as crianças, como, por exemplo, as varetas “transformaram-se” em “espadas”, as pedras em bolas de futebol, dentre outras formas de brincar. Perante esses apontamentos, podemos destacar que, *“o brinquedo adquirir aqui uma outra função importante: a de despertar imagens que dão sentido ao mundo que cerca a criança, à vida que está envolvida, e às ações que tem que praticar”* (AMADO, 2008, p. 92).

Frente a isso, está nas mãos desses sujeitos a decisão de eleger, por meio da ação lúdica, os objetos que os ajudarão no processo de leitura do mundo, como nos afirma Benjamin (1984, p. 77):

[...]. É que as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo o local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se dê de maneira visível. Elas sentem-se irresistivelmente atraídas pelos destroços que surgem da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro. Nesses restos que sobram elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e só para elas. Nesses restos elas estão menos empenhadas em imitar as obras dos adultos do que em estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma nova e incoerente relação. Com isso as crianças formam seu próprio mundo de coisas, mundo pequeno inserido em um maior.

De acordo com Faria e Rosa (2000, p. 51), o brincar faz parte da cultura comum e cotidiana da criança e revela-se como produção, práticas de espaço e resistência: “brincar é uma ação de concordância, de alienação, de desvio, de irrupção e de criação”. No contexto desta pesquisa, o momento do brincar foi captado por uma das crianças na oficina de fotografia, como podemos ver foto abaixo:

⁸³ Brincadeira de adivinhação na qual as crianças pegavam o maço de cigarros vazio e alguém teria que descobrir a cor do papel interno.



Figura 10 – Momento em que uma das crianças brinca de “bafão” utilizando fragmentos das folhas da grama do canteiro central e uma moeda. Fotografado por uma das crianças. Arquivo do Pesquisador.

Alguns brinquedos, tais como a bola e o tabuleiro de futebol de prego/moeda, foram levados pelas crianças e jovens até o espaço. No relato abaixo descrevo um desses momentos:

[...]. Após observar as crianças no “pontão”, dirijo minhas atenções à “viradinha”. Lá estão três crianças. Uma delas está deitada no chão, enquanto, ao seu lado, outras duas brincam com um tabuleiro. Tenho a nítida impressão de ser um tabuleiro de jogo de botão, mas ao me aproximar mais das crianças vejo que se trata do tabuleiro de futebol de moeda. A brincadeira acontece no momento em que o semáforo se fecha, sendo interrompida nos instantes em que uma das crianças vai à frente dos carros realizar o malabares. [...] (Caderno de Campo, 06 de setembro de 2008, p. 24).

Segundo Graciani (2005), o jogo mais envolvente para as crianças e adolescentes em situação de rua é o da bola, podendo ser feita de papel, pano, sacola, garrafa tipo pet, coco vazio, latinha etc. Essa prática foi muito freqüente neste estudo, uma vez que as crianças e jovens utilizaram esses materiais para praticarem as brincadeiras de futebol. Numa situação de campo, observei uma brincadeira das crianças que consistia em uma “mistura” de futebol e “porradinha”. Na ausência da bola de futebol as crianças utilizaram uma garrafa tipo pet, na qual brincavam de drible. Nesse tipo de brincadeira, aquele participante que levava algum drible mais ousado, como, por exemplo, “um chapéu” ou “debaixo da perna”, recebiam “tapas”, “socos” e “pontapés” dos demais participantes da brincadeira. Para não “apanhar” demasiadamente dos colegas era preciso correr e encostar a mão no suporte do semáforo. A

atividade era realizada com muita alegria e descontração, mesmo por parte daquele que “apanhava”.

O futebol era assunto recorrente entre os sujeitos, com relatos de jogos que praticavam durante a semana no bairro. Ao comentarem das “peladas⁸⁴”, as crianças reproduziam as jogadas com as garrafas e latinhas. Cada detalhe era exposto para todos do grupo. Não raro, também me perguntavam para qual time torcia. Nessas ocasiões, participava das conversas com os sujeitos contando minhas histórias com o futebol.

Esses episódios constatados no campo revelaram que “o futebol irrompe a cidade com diferentes usos e significados” (FARIA; FONTES, 2008, p. 149). Os mesmos autores afirmam que as práticas de futebol – histórica e culturalmente situadas – com diversos contornos nos diferentes espaços urbanos alteram a dinâmica da cidade. Todavia, é no contexto do bairro que esta prática está inserida de maneira mais intensa, configurando-se numa rica rede de sociabilidade, como apontam na seguinte passagem:

Nos bairros, aglomerados e vilas da cidade, encontramos múltiplas formas de apropriação dessa prática cultural: jogos oficiais, *peladas*, *dibrinhas*, *bobinho*, *bate-bola*, *racha*, *rança* etc. Nesses contextos se intensificam as relações sociais a partir do futebol – espaços em que esses sujeitos constroem conhecimentos e significados sobre essa prática cultural e sobre si mesmos (FARIA; FONTES, 2008, p. 155-156).

Outra brincadeira que me chamou muito a atenção foi a “taca moeda”. Consegui observá-la no momento em que acompanhei as crianças e jovens até o ponto de ônibus. A brincadeira era realizada com moedas de “pequeno valor”, como as de R\$0,05 e R\$0,10. Muito semelhante à brincadeira de “bater figurinha”, as crianças organizavam a atividade “casando” moedas de mesmo valor com o lado “cara” virado para cima. Em seguida, com o objetivo de virá-las para o lado “coroa”, um dos participantes, escolhido, a partir do *dois ou um e/ou par-ímpar*, “taca” outra moeda sobre as que estão empilhadas. Para ficar com a moeda o jogador tinha que virá-la. Diante dessas evidências, podemos destacar que nas brincadeiras das crianças e dos jovens nos sinais, sejam elas criadas ou reproduzidas de outros contextos, não ocorre a ausência de regras e organização. Nessa perspectiva, Faria e Rosa (2000, p. 52) destaca que, ainda, existe uma interpretação equivocada no que se refere ao brincar na rua⁸⁵:

⁸⁴ Forma de jogar futebol em que as regras, na sua maioria, não obedecem às princípios oficiais do jogo.

⁸⁵ As autores também trazem como questionamento as práticas do brincar na escola, assinalando que há uma interpretação pautada, unicamente, nos condicionamentos espaciais, no limite da prática pedagógica e na regulação do mercado como únicas referências para a produção das práticas escolares.

[...] a rua passa a ser interpretada como espaço onde imperam a total liberdade e a falta de regras, propício à vivência do lúdico, ou ainda como lugar de ausência da ludicidade por influência das regras do mundo do trabalho. Ambas as interpretações nos parecem limitadas, pois perdem a dinâmica do cotidiano e o movimento histórico da sociedade, pautando-se em uma análise fatalista das relações humanas.

Não obstante, faz-se possível ponderar que a aceleração no ritmo de vida contemporâneo, não raro, preenchido por um cotidiano programado e previsível, configura o contexto das grandes cidades de modo fragmentado e prescritivo, onde os espaços são raramente apropriados e usados (ARANTES, 2000). Nessa circunstância:

Os lugares transformados da cidade produzem novas dinâmicas: as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo, que tende a eliminar o lúdico, transformando-as em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço urbano vai-se constituindo por meio da eliminação de antigas formas que traziam a marca da sociabilidade – pontos de encontro, o lugar da festa -, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, destruindo com isso as bases de apoio da memória social. (CARLOS, 2001, p. 53-54)

Frente a isso, as observações de campo, desta pesquisa, permitiram apontar que os processos de renovação na metrópole pesquisada acontecem de forma desenfreada e descontínua, fragmentando os espaços e os tempos dos sujeitos. Nesse aspecto, Lefebvre (2008) aponta que o tempo e o espaço da era urbana são diferenciais, devido ao caráter homogeneizante e uniforme imposto pela era industrial. As modificações provocadas pelas renovações urbanas fazem surgir novas dinâmicas nas práticas sociais, redimensionando as formas temporais e espaciais que, por fim, implicam prescrições para a vida social (CARLOS, 2001, 2007; GASTAL, 2006). Alguns autores, tais como Berman (1986); Certeau (1994); Sevckenko (2001), afirmam que é a partir do século XIX que perdemos as referências tradicionais de tempo e espaço. O momento do encontro que se dava nas cidades entre o tempo-espaço do trabalho e da casa é substituído pela lógica da velocidade, inaugurada pelo automóvel. Este permitiu que as casas e os locais de trabalho se distanciassem dos centros urbanos e as metrópoles passaram a significar apenas “lugar de passagem” (CARLOS, 2001; GASTAL, 2006; LEFEBVRE, 2002; SEABRA, 1996). Nesse sentido, a seguinte passagem de Lefebvre (1991, p. 110-111) ajuda-nos a compreender esse contexto:

Concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel. O Circular substitui o Habitar, e isso na pretensa racionalidade técnica. É verdade que, para muitas pessoas, o carro é um pedaço de sua ‘moradia’, até mesmo o fragmento essencial. Talvez fosse bom insistir em alguns fatos curiosos. No trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça.

As mudanças espaciais e temporais na metrópole Belo Horizonte, atualmente, revelam processos de fragmentação da vida social, redimensionando os fluxos, seus usos e suas apropriações. Todavia, a cidade “provê um espaço para as relações sociais inusitadas” (Castro, 2001, p. 126), de práticas sociais que a produzem e a reproduzem de maneira diversificada e múltipla, como verificado neste estudo a partir da presença das crianças e jovens nos sinais. Nessa perspectiva, o *lugar* transformou-se em *espaço* por meio das práticas e da presença dos sujeitos – aqui em especial as crianças e os jovens – que, sobretudo, com suas diferenças construíram e reconstruíram a dinâmica da vida cotidiana (CERTEAU, 1994; LEFEBVRE, 1991, 2002, 2008).

Por meio do brincar, as possibilidades se multiplicaram e outras ações foram realizadas, questionando as imposições do uso (CARLOS, 2001; FARIA; ROSA, 2000). De acordo com Graciani (2005), as crianças e os adolescentes em situação de rua, quando brincam, realizam uma ação social transformadora que aponta para dois eixos: *no primeiro*, “nega-se a abdicar de sua participação na produção da cultura”, *no segundo*, “nega-se a aceitar a discriminação sancionada pela sociedade capitalista, distinguindo e subordinando a atividade manual à atividade intelectual, quebrando a concepção classista que reafirma a condição social e a ocupação econômica” (p. 156).

Durante minha permanência no campo, meu caderno foi utilizado como artefato de expressão e apropriação das crianças e dos jovens a partir da elaboração de desenhos, portanto, “uma forma de conceber-se no espaço e no tempo” (GRACIANI, 2005, p. 157). Nos diversos desenhos realizados foi possível encontrar expressões que dialogam com o espaço e o tempo dos sujeitos na cidade. Na sua maioria, era registrada a presença da própria criança no local da prática do malabares. Nesse processo, os desenhos revelaram a presença de carros “turbinados” e “velozes”, despertando minha atenção para o constante diálogo que esses sujeitos estabeleciam com o espaço-tempo da cidade e de suas ações sociais no contexto pesquisado. Também foi possível observar nos desenhos a relação entre as crianças e os motoristas, ao apontarem algumas questões já abordadas no capítulo anterior. Nas figuras a seguir observam-se essas formas de expressão dos sujeitos.

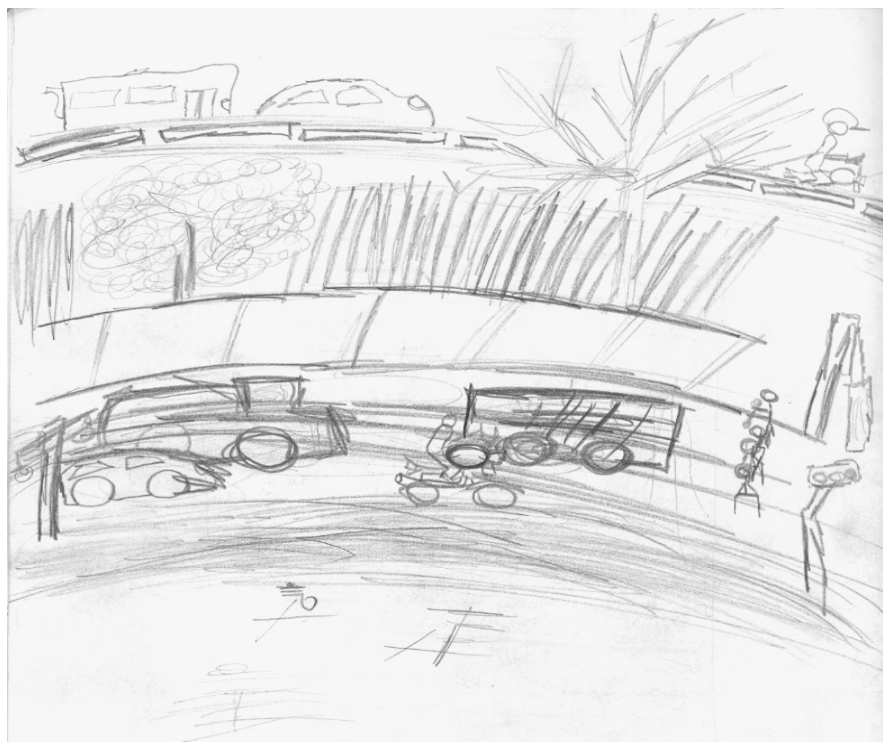


Figura 11- Desenho realizado por uma das crianças no caderno de campo, na qual revela um dos espaços onde realizavam o malabares. Arquivo do Pesquisador. Maio de 2009.



Figura 12 - Desenho realizado por uma das crianças no caderno de campo, em que ressalta aspectos presente no cotidiano nos sinais. Arquivo do Pesquisador. Novembro de 2008.

Penso que essas revelações, verificadas nos desenhos e na observação de campo, podem contribuir para compreender o mundo adulto e suas limitações, no intuito de superar uma visão adultocêntrica, ainda marcante na nossa cultura ocidental, que deprecia as ações das crianças (GOUVÊA, 2002; SARMENTO, 2005). Todas as brincadeiras observadas mostraram a capacidade inventiva das crianças e dos jovens, afirmando, sobretudo, seus lugares sociais de sujeitos da história e da cultura (BENJAMIN, 1984; GOUVÊA, 2002; KRAMER, 2002). Nesse sentido, considerando que o brincar constitui um direito assegurado pela Lei⁸⁶, esses sujeitos questionaram o “*direito ao brincar*” e o “*direito ao respeito*” (DALLARI; KORCZAK, 1986), não obstante, “*o direito à cidade*” (LEFEBVRE, 2001). Por fim, cabe assinalar que:

Os trabalhadores infanto-juvenis da rua empreendem uma luta cotidiana pela sobrevivência. Entretanto, mesmo em face no quadro geral das necessidades, carenciamentos e inadequações institucionais, incluindo a escola, as crianças das classes populares buscam satisfazer o que consideram uma verdadeira necessidade socioontológica: a liberdade da realização da corporeidade, do jogo e do prazer no lúdico (GRACIANI, 2005, p. 172).

Em consonância com as evidências apontadas a partir da presença das expressões do brincar, foi possível verificar que a rua constitui um espaço de sedução e perigo para os pequenos trabalhadores nos sinais. Em termos gerais, a “sedução” esteve relacionada aos fascínios da rua, ou seja, a necessidade ou vontade de ganhar dinheiro, a enturmação, a sensação de liberdade, entre outros aspectos. Já o “perigo”, como as inúmeras circunstâncias ameaçadoras à dignidade pessoal e à própria vida desses pequenos trabalhadores, tais como: assaltos, furtos, brigas, humilhações, assédio sexual, sobrecarga de trabalho e atropelamentos por veículos. Diante disso, são essas questões que procuro abordar no próximo item.

3.2 Permanecer na Rua: *entre vínculos, aprendizados, riscos e seduições*

Como ressaltado no capítulo anterior, a necessidade de complemento da renda familiar configurou-se o argumento que enunciou a presença das crianças e jovens nos sinais. Nessa conjuntura, as maneiras como esses sujeitos se referiram ao contexto da necessidade foram expressas de variadas formas, tais como: “**minha mãe está passando dificuldades**”;

⁸⁶ Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990.

“comprar um gás!”; “para ajudar em casa”; “porque o dinheiro não dá!”, dentre outras expressões. De acordo com Vogel e Mello (1996), esse tipo de circunstância surge de forma generalizada quando as crianças e/ou famílias expõem os distintos motivos que ultrapassam ou justificam este tipo de estratégia para tentar garantir a sobrevivência familiar. Nesse sentido, diante do quadro pesquisado, surgiu a seguinte indagação: *Que outros significados as crianças e os jovens dos sinais na rua assinalam nessa forma de trabalho infantil explorado?*

A partir do contato com a bibliografia, pode-se assinalar que em diversos contextos onde o trabalho explorado de crianças e jovens constitui uma realidade, faz-se possível constatar argumentos que sustentam a idéia de que o trabalho é bom e fortalece (CAMPOS; ALVERGA, 2001; MOURA, 2002; RIZZINI, 2002). Nesse aspecto, o “valor moral do trabalho” prevalece em alguns cenários enquanto justificativa para a inserção desses sujeitos no trabalho explorado. Nesse sentido, “o trabalho passa a ser socialmente percebido como algo natural, necessário e imprescindível na socialização da criança, com vistas à preparação para a vida futura” (MARIN, 2006, p. 50-51). De acordo com Vogel e Mello (1996, p. 138), ao debaterem essa questão no âmbito do trabalho nas ruas, o reconhecimento de que é chegada a hora de trabalhar se atualiza de forma diferenciada para os responsáveis familiares e para os filhos. Assim, afirmam que “a atuação dos pais varia ao longo de um gradiente que vai desde o sugerir, incentivar e orientar , até o constatar e impor”. Não obstante, podemos, ainda, destacar casos em que os próprios pais utilizam as imagens dos filhos para auferirem renda, como no estudo realizado por Marques (2000). São questões que complexificam a realidade da exploração do trabalho infantil.

Noutros casos, a ação pode partir da própria criança e/ou jovem, ao perceber que de algum modo deve ajudar no lar, tomando iniciativa de procurar trabalho “espontaneamente”. Nesse sentido, Vogel e Mello (1996, p. 138) afirmam que:

Algumas vezes as crianças simplesmente interpretam, de forma conseqüente, determinados sintomas, como, por exemplo, a falta de coisas em casa, ou a recorrência dos conflitos em torno da alocação de recursos financeiros.

Em consonância com essas questões, a necessidade ou vontade de ganhar seu próprio dinheiro tornou-se recorrente nessa retórica dos motivos para as crianças e jovens dos sinais. A partir dos dados contatou-se que os sujeitos formulavam certas demandas de consumo que se relacionavam com seus desejos e que, de certa forma, não podiam ser atendidas pelas figuras parentais. Nesse aspecto, como nos afirma Marin, (2006, p. 62), “diante das privações, as crianças percebem o trabalho como uma saída moralmente aceitável para a aquisição dos bens materiais e simbólicos necessários”.

Nessa perspectiva, ao perguntá-los a esse respeito, os sujeitos afirmaram que o dinheiro arrecadado nos sinais possibilitava-os frequentar espaços e momentos de lazer nos finais de semana, tanto no âmbito do bairro quanto em outros locais da cidade, como podemos observar nas seguintes passagens (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“Dinheiro né, para nós no final de semana né!” (A. 6)

“Lá tinha um parque, e todo dia nós fazíamos lá no sinal lá e dava de tardinha nós gastávamos o dinheiro tudo no parque. Nós arrumávamos dinheiro. Só para o parque nós arrumávamos dinheiro!” (J. 1)

“Para o parque e comprava churrasco.” (A. 4)

Mesmo diante de um profundo quadro de restrições orçamentárias presentes na vida dessas crianças e jovens, observei que as práticas de lazer desses sujeitos não são consideradas por eles como algo supérfluo ou passageiro (MARCELLINO, 2005), como relatam novamente:

“Tipo que, quando tem uma festinha assim nós viemos! Nós viemos para o sinal pra arrumarmos um trocadinho pra nós curtirmos a festa lá uai!” (J. 1)

“Curtir o baile funk”. (A. 4)

“Quem nem ontem, teve quadrilha ontem na Igreja lá.” (J. 1)

“Eu tinha dinheiro, eu tinha dinheiro! Comprei umas coisas lá.” (A. 6)

“Comprei um quentão, comprei uma cachaça.” (A. 4)

Esses relatos acentuaram outras vivências de lazer, como o encontro com os amigos, a paquera com as garotas e a construção de novas amizades. Não raro, aos domingos, quando estavam nos sinais, comentavam a respeito das festas, das músicas e das paqueras. Nesse sentido, mesmo ponderando que as vivências de lazer das crianças e dos jovens possam estar, de certa forma, relacionadas ao consumo (ISAYAMA e WERNECK, 2001), não se pode deixar de considerar que essas práticas proporcionam momentos de alegria, sociabilidade e realização de desejos.

Além dos argumentos citados, verificou-se o uso do dinheiro para outros fins tais como: a compra de *roupas* e *calçados*, principalmente acessórios para o futebol, como, por exemplo, meião, chuteira e camisas de time: **“vou comprar um conjunto de time e ajudar minha mãe”** (A. 8); *quitar dívidas*, como relatou uma das crianças: **“Estou com o dinheiro certo para pagar o T. Eu comprei uma bicicleta na mão dele por R\$40,00 e paguei só**

R\$30,00” (C. 2); e consertar e/ou comprar acessórios para a bicicleta. Em uma situação de campo uma criança relatou que com o dinheiro arrecadado no dia de trabalho iria comprar uma **“roda completa para a bike”** (Caderno de Campo, p. 143).

Diante dessas evidências, o trabalho com o malabares nos sinais abre a perspectiva de ter suas próprias configurações, pois **“ficar duro”⁸⁷ é osso né**” (A. 4). Nesse sentido, como nos aponta Vogel e Mello (1996, p. 138):

Na medida em que se possa “ganhar o próprio dinheirinho”, entretanto, ganha-se não só a possibilidade de complementar o consumo da família e de garantir as suas próprias necessidades ou desejos, mas, graças a isto, além de acostumar-se a trabalhar desde pequeno, aprende-se a sentir “o gosto do dinheiro na mão” e dar valor ao que se ganha com o próprio esforço.

Junto a isso, não raro, as crianças e os jovens nos sinais manifestavam seus desejos de comprar produtos de marca, como brinquedos e calçados, como nos diz um dos sujeitos: **“Semana que vem vou comprar um Kenner⁸⁸. Custa R\$60,00.”** (A. 4) (Caderno de Campo). Nesse aspecto, Vogel e Mello (1996, p. 145), ao abordarem a questão do consumo das crianças e adolescentes em situação de rua, destacam:

Esta não se distingue, apenas, pelo fato de “pedir”, furtar ou roubar, distingue-se, sobretudo, pela natureza dos objetos de consumo a cuja obtenção se dedica. Ao negar a produção em favor da pirataria, não se contenta com qualquer botim. Não se interessa, apenas, pelo que é útil. Ambiciona, ao contrário, as coisas não “falsificadas”: os tênis, bermudas, relógios, blusas, vestidos, calças, camisas e cosméticos legítimos. Não basta ser útil, tem de ser “da marca”. Com isso se estabelece, com nitidez, uma pauta de consumo onde o valor simbólico ultrapassa qualquer consideração de ordem funcional.

Podemos com essa constatação afirmar que usar a sandália de uma determinada marca passa a ser sinônimo de *status social*, ou seja, “a posse dos objetos, a marca desses objetos passa a ser critério de construção de relações sociais, passa a ser uma forma de identidade” (PEREIRA et. al., 2000). Nesse sentido, Sarlo (2000, p. 25) também destaca que:

Somos livremente sonhados pelas capas de revistas, pelos cartazes, pela publicidade, pela moda: cada um de nós encontra um fio que promete conduzir a algo profundamente pessoal, nessa trama tecida com desejos absolutamente comuns. A instabilidade da sociedade moderna se compensa no lar dos sonhos, onde com retalhos de todos os lados conseguimos operar a “linguagem da nossa identidade social”.

⁸⁷ Expressão utilizada que significa estar sem dinheiro.

⁸⁸ Marca de Sandália.

As crianças e os jovens nos sinais, envolvidos com a *cultura do consumo* (PEREIRA, et. al., 2000; SARLO, 2001), depositaram no trabalho a perspectiva de alcançar seus desejos, além é claro de adquirir outros bens simbólicos e materiais. “Além disso, a lógica que preside esse tipo de economia surpreende pela sua adequação à própria ideologia da sociedade de consumo” (VOGEL; MELLO, p. 145-146).

Concomitantemente, outro aspecto que chamou a atenção foi o fato de algumas crianças e jovens darem “valor ao que ganham”, ou seja, saber cuidar do próprio dinheiro. Nessa perspectiva, foi possível averiguar que parte do dinheiro ganho com o trabalho nos sinais era utilizada para a compra de drogas, por alguns sujeitos pesquisados. Todavia, esta atitude era criticada por determinados colegas do malabares, como nos diz um dos jovens ao afirmar o destino que dá para o dinheiro ganho: **“Aqui ó. Olha o que faço com meu dinheiro!”** (A. 7). Ou seja, nesse momento, o jovem apontava para sua bermuda, argumentando para seu amigo que o dinheiro deve ser usado para comprar roupa, comida e ajudar em casa, e não para comprar drogas. Acredito que esses indicativos merecem estudos mais aprofundados, já que essa questão demanda mais atenção e discussões acerca da sua complexidade.

No cotidiano dos sinais as crianças e os jovens tinham o hábito de comprar alimentos, tais como salgados, churrasquinhos, hambúrgueres, vitaminas, sucos e refrigerantes nas lanchonetes próximas ao espaço onde estavam. Parte do dinheiro também era destinada à compra do almoço, que ocorria em algumas ocasiões. O “lanche” era fundamental para prolongar a presença na cidade e, constantemente, o dinheiro para comprá-lo era dividido entre o grupo. Eles chamavam esse momento de dividir o dinheiro para o lanche de **“fazer a inteirinha”**. A esse respeito afirma um dos jovens (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“Porque de vez em quando a gente faz a inteira né. Faz uma inteira para comprar um refrigerante, comprar alguma coisa para nós comermos, nós fazemos a inteira, para comprar um salgado. Ai nós juntamos os quatro aqui, nós damos o grito né. Cada um coloca o dinheirinho. Nós ficamos bacana véio!” (J. 1)

A partir dessas constatações, fica evidenciado que esses sujeitos criam estratégias para dividirem as despesas provenientes da permanência no local de trabalho, além de indicar a solidariedade presente no grupo, como já apontado no capítulo anterior.



Figura 13 – Momento em que uma das crianças fotografa o seu dinheiro: “O gosto pelo dinheiro”, tal como apontam Vogel e Mello (1996). Maio de 2009. Arquivo do Pesquisador.

Além desses interesses internos ao grupo familiar e à própria criança, a decisão de ir para os sinais pode sofrer influência de certos co-agentes que lhe são socialmente próximos (GRACIANI, 2005; VOGEL; MELLO, 1996). Todas as crianças e os jovens que participaram deste estudo residiam no mesmo bairro, constituindo, nesse sentido, laços de vizinhança e até mesmo parentesco entre eles. Dessa forma, há grande possibilidade de que as crianças tenham sido convidadas pelos amigos a engajar-se na atividade do malabares, ou que tenham tido a idéia de realizar uma atividade comum a seu grupo de pertencimento, já que, como nos assinalou um dos sujeitos, **“vim para o sinal sem ninguém é ruim, o lugar fica sem ninguém, fica chato, morto.”** (A. 7) (Caderno de Campo). A esse respeito, Vogel e Mello (1996, p. 139) apontam que:

Quer tenham servido de conselheiros, ou apenas estímulo e exemplo, muitas vezes os vizinhos, amigos, parentes ou conhecidos participam da decisão, ajudando, portanto, a determinar esse ponto estratégico para a reprodução da família em que se destina ao mercado de trabalho um novo membro.

Assim, ir para a rua com os colegas ascendeu, ainda, à perspectiva da enturmação/grupalização (GRACIANI, 2005; VOGEL; MELLO, 1996). Para algumas das crianças e jovens estar no sinal configurava-se em momentos de **“zoar⁸⁹ com os meninos e ganhar uma grana”** (A. 11). Outro afirma: **“Zoeira. Nós zoamos pra caralho!”** (A. 10) (Caderno de Campo). Nesse sentido, no grupo de pares esses sujeitos estabelecem novos vínculos sociais, se apropriam dos espaços da cidade, aprendem a lidar com as diversidades e

⁸⁹ Zoar – atividade que constitui vários sentidos, por meio de brincadeiras, no intuito de estabelecer fronteiras e códigos de convivência.

elaboram estratégias de sobrevivência, constituindo, sobretudo, uma “experiência que possibilita diferentes formas de convivência e alterização” (CASTRO, 2001a, p. 39).

Além de estar com o Outro, frequentar o espaço da rua para as crianças e jovens dos sinais representou possibilidades de conhecer novas pessoas, como nos assinala os sujeitos (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“Ah veio, eu achei, desde o dia que comecei com esse negócio eu achei legal Zé. Eu conheci muita gente, eu conheci muita gente.” (J. 1)

“Conhecemos muita gente aqui nessas vendas aqui, por aqui.” (A. 4)

Ao circular pela rua, as crianças e os jovens resistem ao “domínio privado da casa”, permitindo o exercício da sociabilidade no interior do grupo de pares, possibilitando uma outra “construção/exploração do espaço” (GOMES; GOUVÊA, 2008, p. 38). Nesse aspecto, Vogel e Mello (1996, p. 145) contribuem com a seguinte passagem:

A vida ativa das turmas contém, ainda, atividades que gratificam em uma outra dimensão, nem por isso menos valorizada. Todos os meninos e meninas de rua gostam de mencioná-las entre os seus passa-tempos favoritos: “andar para cima e para baixo”, em duplas ou bandos, “pegar rabeira” nos ônibus, “fazer bagunça”, passear, namorar, frequentar festas ou até promovê-las.

No relato das crianças e dos jovens, tornou-se possível verificar que a mobilidade na cidade permitiu-lhes conhecer novas maneiras de praticar o malabares, contribuindo no aspecto da aprendizagem, para a realização de novas coreografias, como se pode observar abaixo (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“Foi na Pampulha⁹⁰ que nós aprendemos a fazer aqui no ombro.” (J. 1)

“Essa pirâmide de quatro aqui, nós aprendemos a fazer ela foi com os meninos lá do Nova Pampulha⁹¹.” (J. 1)

Diante desses apontamentos, de acordo com Castro (2001a, p. 39), crianças e jovens na metrópole contemporânea parecem submetidos ao entrelaçamento de dois processos complementares: o *primeiro* é o de *guetificação*, na qual se traduz no encerramento espacial desses sujeitos no bairro onde vivem, seja nos shoppings e nas escolas, alijando-se de experiências mais amplas que a cidade pode oferecer vendo reduzidas suas disposições

⁹⁰ A Pampulha é uma região administrativa (regional) de Belo Horizonte. A região da Pampulha possui 34 bairros e 10 vilas agrupados em cinco micro-regiões, as chamadas Unidades de Planejamento. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

⁹¹ Nova Pampulha é um bairro localizado na Regional da Pampulha. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

afetivas e de ação; o *segundo* é o de *deslocamento*, “que se constitui num capital – no seu sentido amplo de valor de troca – já que possibilita o acesso à diversidade que a cidade oferece”. É neste deslocamento onde residem as oportunidades para esses sujeitos de *aprendizagem*⁹² na e da cidade. Nessa perspectiva, a autora aponta:

Mesmo que invisíveis e negativizados na sua atuação social na cidade, crianças e jovens parecem participar efetivamente na vida cultural, econômica e social da cidade. Através da mobilidade e o deslocamento que conseguem ter, assim, como da apropriação dos mais diversos espaços, crianças e jovens se utilizam da cidade como recurso e fonte de novas percepções, conhecimentos e afetos, criando possibilidades ilimitadas de ação social frente a outros sujeitos humanos. (*Ibidem*)

Essas ações das crianças e dos jovens no contexto da rua questionam aquilo que vem sendo um dos grandes dilemas nos estudos que tratam da temática *Infância-Espaço*, já que na sociedade contemporânea o cotidiano da criança torna-se associado ao domínio da vida social, circundada aos espaços da família e da escola, ou seja, temas associados aos aspectos da “privatização da infância” (GOMES; GOUVÊA, 2008) ou, nas palavras de Sarmiento (2002), a “institucionalização moderna da infância”.

Esses apontamentos revelam questões importantes para este estudo, pois, nas últimas décadas, a violência urbana vem mobilizando diversos questionamentos e diálogos multifacetados, influenciando diretamente nas relações que as infâncias estabelecem com o contexto da rua. Nesse cenário, a rua afirma-se no imaginário social apenas como espaço de perigo, violência, caos e exploração, sendo, portanto, alvo de discursos e práticas que objetivam “retirar as crianças da rua”. Este tipo de visão parte do pressuposto de que “o lugar de criança é na escola”, a vida pública das crianças torna-se cada vez mais limitada - rompendo o vínculo da infância com o espaço e o tempo na cidade, restringindo, portanto, as possibilidades de relacionamentos inter e intra-geracionais (GOMES; GOUVÊA, 2008). Dentro desse quadro, a casa também conota o espaço do “refúgio seguro”, alternativa de insulamento aos inúmeros transtornos de se permanecer na rua, “a escola do mal” (DEBORTOLI, 1997, p. 336). Todavia, esses aspectos apresentam ambiguidades, uma vez que a própria casa pode configurar-se também enquanto lócus da violência. Nesse sentido, o mesmo autor assinala que:

As possibilidades surgem por deslocamento. Se a casa é um refúgio da vida nas ruas, o oposto também é verdade. As crianças “fogem” para o espaço da rua para, muitas vezes, se verem livres das chateações e brutalidades que acontecem dentro de casa. (*Ibidem*)

⁹² Grifos meus.

Outra questão importante destacada por Gomes e Gouvea (2008) corresponde ao fato de que a criança na escola é representada como atrasada, baderneira, ou desviante dos processos pedagógicos propostos. Nesse espaço, seu comportamento faz-se associado ao *déficit de aprendizagem*, não dando conta de elaborar conhecimentos ditos necessários para a educação e o convívio social. Todavia, neste estudo fez-se possível averiguar que as crianças e jovens dos sinais são possuidoras de “competências corporais e simbólicas que subvertem o lugar social desqualificado assumido em outros espaços” (Ibidem, p. 57). A partir dessas evidências, podemos assinalar que a apropriação que as crianças e jovens fazem na/da cidade “revela uma sutil complexa re-significação e re-invenção dos processos de *aprender*, que já não acontecem apenas em casa, na escola, ou em frente à televisão” (CASTRO, 2001a, p. 39).

Além desses aspectos apontados, outras evidências ainda chamaram minha atenção ao tratar da rua enquanto uma “sedução”. Não raro, no cotidiano nos sinais, as crianças e os jovens recebiam dos motoristas e transeuntes diversos tipos de alimentos, cobertores e bonés. Na análise dos dados, constatou-se que esses “suportes de permanência” (FELIZARDO JUNIOR, 2007) ou “pontos de apoio” (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008) constituíram elementos sedutores para a constância dos sujeitos no espaço.

Segundo as crianças e os jovens dos sinais, essas atitudes que partiam das pessoas que transitavam pelo espaço ajudavam a “**matar a fome**” (A. 4) (Caderno de Campo). Em quase todas as observações consegui constatar que esse tipo de “**ajuda**” contribuía para a permanência no local, como relata um dos sujeitos: “**Dá uma forcinha né, dá uma descansadinha. Dá para tampar um buraco no dente!”** (A. 4) (Narrando os Retratos, 07/06/2009). Além de alimentos, como biscoitos, balas, pipocas, marmitex, sanduíches, queijos, bolos e frutas, as crianças e os jovens recebiam cobertores e bonés.

A atitude por parte dos motoristas e transeuntes acontecia, de certa forma, “espontânea”, uma vez que as crianças e os jovens realizavam o ato de pedir objetivando ganhar algum dinheiro. Contudo, esses dados denotam questões que colocam as crianças e os jovens, na condição de pedintes, configurando *objetos da piedade alheia* (MARQUES, 2000; CASTEL, 1998). Essa situação decorre da associação que a atividade do malabares tem com a mendicância, como observamos no capítulo anterior. Segundo Cruz e Assunção (2008), no grupo de crianças e adolescentes que trabalham nas atividades do jogo de malabares e de catador de papel observa-se a aparência de abandono e higiene precária, os quais foram verificados nesta pesquisa. Nesse aspecto, Castel (1998, p. 67), ao assinalar os estudos da iconografia cristã, nos afirma que “o pobre mais digno de mobilizar a caridade é o que exhibe em seu corpo a impotência e o sofrimento humanos”.

Outro elemento rotineiro que contribuiu para a permanência das crianças e dos jovens nos sinais era a possibilidade de beber água e lavar os pés, e se refrescarem nos dias de muito calor. Curiosamente, o local mais comum para realizar este expediente era no posto policial, que ficava próximo ao “Pontão”, à “Viradinha” e ao “Ponto”, já que os pequenos trabalhadores realizam uma atividade que transgride a Lei. Nessas ocasiões os sujeitos atravessavam a avenida principal e se dirigiam para o portão, onde próximo havia um guarita com constante presença de um policial. A torneira que as crianças e os jovens usavam localizava-se ao lado dessa guarita. Para utilizá-la era sempre necessária a autorização do policial, que sempre atendi sem quaisquer restrições. Outro local utilizado para esse tipo de ação, era no estacionamento que também se fazia presente nas imediações. Essa estratégia usual de permanência na rua é definida por Cruz e Assunção (2008, p. 136) como “pontos de apoio”. Longe do laço de proteção familiar, as crianças e jovens em situação de rua necessitam encontrar alternativas que prolonguem a permanência na cidade, buscando “repouso” e “conforto”. Nesse aspecto, as mesmas autoras destacam que “o trabalho infantil em situação de rua é estruturado, estando presente, inclusive, laços consolidados com outros trabalhadores e com os próprios clientes” (*Ibidem*).

Diante desse quadro exposto acima, podemos inferir que esses sujeitos estabeleciam novos vínculos de acordo com suas necessidades, fundamentais para uma constância no espaço onde as atividades aconteciam (GRACIANI, 2005; MARQUES, 2000; VOGEL; MELLO, 1996). Além disso, cabe problematizar que nesse cenário mesclaram-se questões que envolvem tanto a caridade, proveniente da condição social na qual se encontram as crianças e os jovens, quanto a convivência com o trabalho explorado, que se mostra, na maioria das vezes, *oculto*, como já explicitado neste estudo e verificado por Tânia Ferreira (2010). Junto a isso, as crianças e os jovens nos sinais estavam expostos as inúmeras situações de perigo nas ruas do centro da cidade, como destaco no próximo item.

3.2.2 Cuidado, perigo! O cotidiano nos sinais

Neste item, passo a apontar as situações de perigo enfrentadas pelas crianças e jovens no cotidiano dos sinais, tendo em vista que, nessas circunstâncias, a integridade física, psíquica e moral desses sujeitos se apresentaram expostas, devido às condições de vida que na maioria das vezes, se revelaram como arriscadas e danosas. A partir das observações e dos

relatos das crianças e dos jovens que participaram deste estudo, foi possível averiguar que eles passaram por constrangimentos de todo tipo: assalto, furto de mercadorias, brigas, humilhação, sequestros, assédio sexual, sobrecarga de trabalho, quedas, exposição ao sol, à chuva e ao asfalto quente, como também atropelamentos por veículos. Nesse sentido, a exploração do trabalho infantil nas ruas, como salienta Marques (2000, p. 149), “trata-se de uma realidade que confronta um dos pontos básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990”. Dentro dessa perspectiva, cabe aqui destacar o art. 17 e o art. 18 encontrados nessa Lei, que tratam do *respeito* à criança e ao adolescente e do *dever* que todos têm de velar pela sua dignidade, como apresento respectivamente:

Art. 17 O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

A análise dos dados pesquisados revelou diversas situações de vulnerabilidade e de desproteção social vividas por essas crianças e jovens em decorrência das precárias condições de vida que enfrentam (GRACIANI, 2005; MARQUES, 2000). Sendo assim, se analisarmos o que dita a Lei acima citada, parece que a possibilidade desses sujeitos serem respeitos nos seus direitos a uma cidadania mais digna “apresenta-se com um horizonte que parece distante”, como nos afirma Marques (2000, p. 150). Diante desse quadro, os sujeitos recorrem às alternativas de sobrevivência que conseguem organizar de acordo com suas experiências de vida, em muitos casos, para tentar amenizar o sofrimento, o desgaste e os perigos nas jornadas pela cidade.

Nesta pesquisa, na atividade do malabares nos sinais pude observar que o risco das crianças e dos jovens serem atropelados por veículos era constante. Ao indagá-los a respeito dos riscos de vir para os sinais, uma das crianças afirma: “**ser atropelado, né não!**” (A. 14) (Narrando os Retratos, 07/06/2009). Essas situações ocorriam nos momentos em que os sujeitos iniciavam a formação da pirâmide, poucos instantes depois que o semáforo ficava vermelho, e durante a recolha do dinheiro. No primeiro caso, o risco se revelava pelo “hábito” de alguns motoristas não respeitarem a sinalização do semáforo, provocando várias freadas bruscas próximo da faixa de retenção e, também, por uma certa ansiedade por partes das crianças e dos jovens em iniciar o malabares, ao atravessarem antes dos carros pararem. Já na

segunda situação verificada, ficou evidente que, logo que o sinal ficava verde, os carros iniciavam a arrancada e os enquanto sujeitos ainda recolhiam o dinheiro. Nesse procedimento, atravessavam de uma faixa de trânsito para outra com os carros em movimento, ficando expostos ao enorme perigo de não enxergarem possíveis veículos vindo nas outras faixas. Nessas situações, os membros do grupo procuravam alertar os demais colegas sobre essa possibilidade com a seguinte expressão: **“toma cuidado com o carro aí ó!”** A. 2 (Caderno de Campo). No estudo realizado por Marques (2000) pode-se constatar a mesma situação de risco vivenciada pelos pequenos trabalhadores e seus familiares nas ruas da cidade.

Não obstante, outro aspecto que cabe interpretações se refere ao “viver perigosamente” no cotidiano da rua (GRACIANI, 2005; OLIVEIRA, W., 2004). Em muitas ocasiões, os sujeitos sabiam dos riscos aos quais estavam expostos, todavia insistiam em permanecer na situação, como se desafiassem o espaço. “Conquistar a cidade, porém, implica em repudiar a ética do trabalho para assumir a da *aventura*⁹³” (VOGEL; MELLO, 1996, p. 145). Este tipo de ação esteve circunscrita nos momentos em que as crianças e os jovens aguardavam o fechamento do semáforo, ficando sentados no meio-fio. A proximidade com que os veículos passavam nesse espaço ameaçava constantemente os sujeitos. Em algumas observações vivenciei esses riscos, ao sentar ao lado das crianças e dos jovens no espaço do meio-fio, e pude perceber que qualquer desatenção poderia ter consequências desastrosas. Nessas horas de distração, os colegas procuravam alertar uns aos outros quanto ao perigo de ser atingido por algum veículo.

Nesse sentido, diante da ausência da família naquele espaço, como possível referência de “proteção” da criança em situação de rua (MARQUES, 2000), a “turma” passa a assumir esse papel de tentar cuidar de todos (VOGEL; MELLO, 1996). Não é por menos que afirmaram: **“Tá todo mundo junto, tá to mundo junto ali.”** (J. 1). Na figura a seguir, os sujeitos retratam o momento em que uma das crianças deita nas proximidades do asfalto para ser fotografada.

⁹³ Grifos meus.



Figura 14 – Momento em que uma das crianças fotografa o colega deitado próximo ao asfalto: “O viver perigosamente”. Maio de 2009. Arquivo do Pesquisador.

Outra situação que chamou a minha atenção foi o perigo de sequestro e possível assédio sexual, aos quais estavam expostos as crianças e jovens nos sinais. Em uma outra situação de campo, observei um motorista que parou seu veículo do outro lado da avenida e chamou uma das crianças que estava no “Pontão”, para caminhar até onde estava. Ao retornar, a criança relatou aos demais membros do grupo que o homem necessitava de duas pessoas para ajudá-lo a descarregar algumas mercadorias na CEASA⁹⁴. Neste instante, duas crianças recolheram seus pertences e acompanharam o motorista.

Diante desse episódio, há duas situações que precisamos problematizar: a *primeira* diz respeito à exploração da mão-de-obra das crianças em formas de trabalho que deveriam ser executados por adultos. Esse “recrutamento” ocorre devido ao baixo custo do valor pago ao trabalho a ser realizado por uma criança ou jovem em comparação com os serviços prestados por adultos. São situações de exploração das crianças, não raro, em diversas localidades do nosso país, que necessitam de maior fiscalização dos órgãos competentes (FERREIRA, T., 2010; MARIN, 2006; MARQUES, 2000; OLIVEIRA, O., 1994; SILVA, 2007). Já a *segunda*, pode-se considerar que, nessas situações, as crianças e os jovens ficam expostos ao risco de serem sequestrados e/ou sofrerem algum tipo de abuso. Nesse aspecto, sabe-se que a exploração e a violência sexual contra crianças e adolescentes das camadas populares não representam situações novas na história brasileira (PRIORE, 2002; RIZZINI, 2002;

⁹⁴ Central de Abastecimentos, localizada na cidade de Contagem - Minas Gerais – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

PASSETTI, 1991), como nos afirma Marques (2000, p. 152), esse fenômeno trazem resquícios históricos e sociais do período escravocrata e “revelam aspectos culturais, imaginários e simbólicos que necessitam ser des-construídos para que se tente estabelecer princípios de uma respeitabilidade em relação ao ser criança na sociedade brasileira”.

O risco de serem assaltados, também, se fez presente no cotidiano desses sujeitos. A literatura estudada revelou que as crianças e adolescentes em situação de rua estão expostos à ação de “maloqueiros” (VOGEL; MELLO, 1996), “ganguês”, transeuntes e até mesmo outros sujeitos na mesma situação (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008; GRACIANI, 2005). Não raro, as crianças e os jovens relatavam episódios de assaltos que vivenciaram no cotidiano nos sinais. A esse respeito, presenciei uma circunstância de campo em que observei a tentativa de roubo de um motorista, como relato na passagem a seguir:

*(...). No momento em que mostro para as crianças o prédio onde resíduo, um motorista, cujo veículo está parado na faixa de trânsito rente ao canteiro central, abriu a sua porta e pegou a latinha com moedas de um dos sujeitos. Este, indignado, ao ver a ação de roubo do motorista grita: “ô **chegado, tem dono!**”. Neste instante, o motorista coloca a latinha no lugar e diz: “achei que não tinha dono”. Em seguida, entra no veículo e segue seu caminho. As crianças comentam que ele foi “folgado”, “maloqueiro”. (...) (Caderno de Campo, 13 de dezembro de 2008)*

Uma prática constante do grupo era ficar de olho no dinheiro. Cada criança elaborava diferentes estratégias para tentar evitar que o seu dinheiro fosse roubado, não só por pessoas “estranhas”, mas também pelos membros do grupo. Nessas circunstâncias, o dinheiro era guardado dentro de latas e garrafas de refrigerantes e garrafas de água mineral. Cotidianamente, as crianças discutiam muito entre elas, sendo que o motivo principal se referia a suspeita de roubos. Não raro, indagavam um para o outro: “**Deixa eu ver a outra mão aí. E esse seu bolso aí!**”; ou “**Você está malocando né!**” (Caderno de Campo, p. 65). Em algumas situações de campo, as crianças e os jovens, no momento em que discutiam a respeito do dinheiro arrecadado, me perguntavam se eu havia visto alguns deles roubando. Mesmo tendo visto situações de roubos entre eles, que não foram poucas, procurava não revelar. Nestes momentos, procurava ficar mais imparcial para não deixar que o clima entre eles ficasse mais tenso e para não influenciar nas decisões de grupo. Em um dos locais da observação, ocorreu-me uma situação de campo em que fiquei muito apreensivo, como relato abaixo:

Uma das crianças suspeita que o companheiro esteja pegando seu dinheiro. Neste momento, começaram a discutir e, em poucos instantes depois, iniciam uma briga no meio da calçada. Os demais colegas e eu ficamos

olhando. Por um instante, penso que a situação irá se resolver rapidamente, mas não ocorre dessa forma. Os dois se pegam pelo pescoço e caem no chão, trocando socos e pontapés. Nessa circunstância, quando o mais novo consegue se soltar, pega o bastão e ameaça bater no companheiro, a qual se distancia. Trocam ameaças por alguns minutos, até que a situação se ameniza. Logo depois, o mais novo, juntamente com os demais, retorna para o “Pontão”, deixando o outro para trás. (Caderno de Campo, 22/03/2009, p. 136)

Apesar desse cenário se caracterizar como algo dinâmico, como é próprio da realidade da rua, as relações entre as crianças e jovens eram de uma amizade circunscrita, não só por esses momentos de tensão, brigas e desentendimentos, mas, sobretudo, por ações de companheirismo e de cumplicidade, como já fora enfatizado. Essas evidências apontam o quanto o contexto de vida desses sujeitos está envolto em ambiguidades (GRACIANI, 2005; VOGEL e MELLO, 1996).

No cotidiano dos sinais pude observar, ainda, que a prática do malabares expunha as crianças e os jovens a uma sobrecarga de trabalho. Referente a isso, os sujeitos relataram que ao final do dia de trabalho o corpo ficava “**todo dolorido**” A. 8 (Narrando os Retratos, 07/06/2009). A atividade do malabares, evidenciada nas acrobacias sobre o corpo do colega, exigia de seus praticantes muito esforço físico. Não raro, algumas crianças se queixavam de dores nas costas, na nuca, nas pernas, nos joelhos e nós pés, acarretadas pelas descidas da pirâmide e/ou quedas sofridas. Em vários momentos, os sujeitos relatavam histórias de quedas sofridas e suas consequências no corpo, como podemos observar nas seguintes passagens (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“Uma vez um menino foi subir na de seis, caiu e quebrou o braço. (J. 1)

“(…). A pirâmide estava fazendo, não sei o que aconteceu lá, na hora que pulou, ele caiu em cima do braço.” (A. 8)

“Ele pulou do modo errado sô. Na hora que ele pulou tudo mundo saiu aí ele desceu direto. Caiu em cima do braço. O braço dele virou assim!” (J. 1)

“Um dia que eu pulei, que tava lá em cima, já subi lá em cima aí pulei e caí e pisei no tornozelo, meu tornozelo destroncou” (A. 14)

Além do risco de quedas, as crianças e os jovens relataram que as dores nas costas não ocorriam somente pelo peso sobreposto, mas porque na região onde os colegas “pisavam forte” dava uma “ferida” (Narrando os Retratos, 07/06/2009):

“É porque os meninos vão subindo, vai dando tipo um vermelho nas costas da gente, vai queimando, queimando, queimando. Aí acaba dando

tipo uma queimadurinha assim, aí de vez em quando é que dói! (...). Tem hora que os meninos dão umas pisadas forte!” (J. 1)

“Dá tipo uma queimadura mesmo!” (A. 8)

“O meu só na hora que vou tomar banho na água quente queima! Queima para caralho! Nuh queima, queima demais!” (A. 14)

Outro aspecto a ser citado, diz respeito à constante exposição desses sujeitos à luz solar, à chuva e ao asfalto quente. Esses aspectos ficaram mais evidenciados pelas marcas de expressão presentes no corpo. Os pés rachados e a pele manchada de sol, foram algumas dessas manifestações observadas. Frente a isso, a literatura que tematiza a exploração do trabalho de crianças e jovens, seja ele urbano ou rural, revela diversas situações que colocam em risco a integridade física, moral e psíquica desses sujeitos (MARIN, 2006; MARQUES, 2000; SILVA, 2007), corroborando com os dados encontrados nesta pesquisa. São atividades que podem gerar comprometimentos para a vida das crianças e dos jovens que passam por esse tipo de experiência nos sinais da cidade. Dentre outros aspectos, ficou caracterizada a precocidade com que esses sujeitos deparam com circunstâncias tão aviltantes na fase da vida em que se encontram, preenchidas por realidades que, na sua maioria, pertencem ao mundo adulto. Nesse aspecto, Marques (2000, p. 161) aponta que a exposição a esse tipo de atividade pode afetar a identidade desses sujeitos:

Uma identidade que se torna ameaçada não apenas pela capacidade intelectual de compreender e de reconhecer as circunstâncias emocionais em que se encontram expostos, mas também pela própria constituição física de suportar sobrecargas de trabalho e de violências ou abusos contra sua pessoa. (*Ibidem*, p. 161)

Nesse sentido, ficou evidente que se faz necessário uma maior atenção das políticas sociais voltadas para os desafios que a realidade vivenciada por essas crianças e jovens, no intuito de gerar intervenções mais pertinentes.



Figura 15 – Momento em que as crianças e os jovens fazem a formação da pirâmide. “Sobrecarga de trabalho” - Fotografado por uma das crianças. Maio de 2009. Arquivo do Pesquisador.

Busco assinalar que essa é uma realidade que deve ser vista nas suas ambiguidades, pois inúmeras contradições foram reveladas. Nem sempre a rua representou um lugar apenas de perigo, mas “como um espaço lúdico e fascinante para quem vive confinado em becos ameaçados por ‘balas perdidas’ ou por moradias como dimensões mínimas e precárias” (MARQUES, 2000, p. 161). Portanto, o contexto da rua revelou-se “entre a sedução e o perigo” (GOMES; GOUVÊA, 2008) para as crianças e os jovens nos sinais. Diante dessas considerações, apresento, no último item deste capítulo, aspectos encontrados referentes à rua como espaço predominantemente masculino.

3.3 A Rua e a Construção do Masculino: *a lei do mais forte*

Na experiência compartilhada, neste estudo, ficou evidente que a atividade realizada pelas crianças e jovens nos sinais da metrópole pesquisada se caracterizou como um território predominantemente masculino. Curiosamente, no mapeamento realizado, desde os momentos iniciais da pesquisa de campo, o grupo pesquisado apresentou-se compostos apenas por meninos. Todavia, alguns estudos apontam que determinadas formas de exploração do trabalho infantil nas ruas da cidade envolvem, na sua maioria, crianças e adolescentes do sexo

feminino (DIMENSTEIN, 1992; MARQUES, 2000). Diante disso, avaliamos que as relações de gênero que se estabelecem nestes contextos necessitam ser mais debatidas para que se tente compreender as tramas histórico-sociais que contribuem para a configuração desse fenômeno. Nesse sentido, pretende-se levantar, neste item, alguns aspectos observados durante o trabalho de campo, no intuito de tentar evidenciar a relação estabelecida entre *rua e virilidade* no âmbito do mundo do trabalho infantil explorado executado nos sinais de trânsito.

Esse diálogo se torna possível quando se constata que a construção social da masculinidade⁹⁵, desde os primórdios da Idade Média até a instalação da Modernidade, se pautou em dois pilares que foram colocados como definidores da identidade masculina patriarcal - ser *trabalhador e guerreiro* (OLIVEIRA, B., 2004). Ser trabalhador para prover a família e fornecer mão-de-obra para uma sociedade industrial que se expandia; e ser guerreiro para invadir territórios para enriquecer a própria pátria e defende-la de possíveis invasores, tal como os portugueses e demais colonizadores se comportaram na América Latina, dentre outras regiões do planeta (CARRETEIRO; MARQUES, 2007).

Os registros na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI, analisados por Ariès (1981), também nos ajudam a entender esse processo. Segundo o autor, nos séculos XVIII e XIX é que se configura a afirmação da privatização da vida social, do delineamento das fronteiras entre os espaços públicos e privados e dos sujeitos que vivenciaram seu cotidiano. Nesse cenário, de acordo com Gomes e Gouvêa (2008), não apenas os espaços da casa e da rua – representados nessa conjuntura como opostos – são ressignificados, mas também os sujeitos que os ocupam. No âmbito privado, no interior do espaço doméstico, destinou-se à mulher e à criança papéis e funções sociais específicos, de uma maneira prescritiva. Já no âmbito público, representado pelos espaços de circulação da rua, foi definido como lócus masculino, associado ao mundo do trabalho, para o incremento da produção e do consumo.

Essa concepção fomentada pela burguesia dominante engendrou visões dicotômicas entre homens e mulheres, ao instituir bipolaridades que caracterizam a masculinidade, entendida como ser ativo, destemido, corajoso, violento, honesto e trabalhador; e a feminilidade, vista como passiva, dócil, submissa, afetiva e doméstica, entre outras prescrições. Nessa perspectiva machista, trabalhadores devem transitar pela rua em direção ao

⁹⁵ Segundo Carreteiro e Marques (2007, p. 63), a palavra masculinidade se apresenta como uma produção da modernidade: “deriva do termo latino *masculus* e surge em meados do século XVIII em um momento marcado pela expansão da sociedade ocidental mercantilista que, com a finalidade de dominar territórios, acumular riqueza, defender a pátria e auferir lucros, produziu a concepção de um homem trabalhador e soldado, provedor da família e patriota”.

trabalho em busca do provimento familiar. Aqueles que buscam ociosidade nas ruas se tornam suspeitos de estar praticando vagabundagem. Nesse processo, a presença da criança na rua, fora do âmbito da família nuclearizada, era sinônimo de desvio e desordem, uma vez que a criança deveria ser protegida dos perigos do espaço público, reduzido a um local de passagem e não mais de realização de uma sociabilidade intergeracional, portanto, nocivo à formação moral da criança. Esta deveria estar inserida no espaço escolar e/ou doméstico sob os cuidados da mãe e, não raro, no cotidiano do trabalho (ARIÈS, 1981; GOMES; GOUVÊA, 2008; LONDOÑO, 1991; RIZZINI, 2002).

Como se observa, apesar de algumas mudanças geradas pelo movimento feminista, desde a década de 1960, ainda constatamos a presença da construção social e histórica de um etos viril associado à violência e à dominação, ancorado nos pilares da guerra e do trabalho explorado (CARRETEIRO; MARQUES, 2007). Nesse cenário, fatores econômicos compõem essa realidade material e simbólica. Um homem desempregado se vê extremamente abatido quando não consegue executar sua tarefa de provedor, reagindo, muitas vezes, de maneira violenta perante a sociedade. Essas prescrições identitárias necessitam ser questionadas com veemência por pesquisadores e educadores sociais. De acordo com Carreteiro e Marques (2007), as discussões acerca da identidade masculina são escassas, tanto no âmbito acadêmico quanto no bojo dos movimentos sociais. A realidade da exploração do trabalho infantil deve ser debatida na sua complexidade, não se reduzindo aos sinais, apesar de passar por estes territórios metropolitanos. Existe uma trama complexa que, dentre outros elementos, traz dimensões das relações de gênero construídas no contexto histórico-cultural que compartilhamos.

No cotidiano das crianças e dos jovens foram recorrentes as tensas disputas entre territórios/pontos ocupados para a prática do malabares, nos quais se postavam como verdadeiros “guerreiros” (CARRETEIRO; MARQUES, 2007) em defesa dos seus espaços de sobrevivência conquistados, sempre perante uma pequena platéia de colegas. Nessas ocasiões, falas de afirmação do domínio do espaço eram expressas da seguinte forma: **“Eu cheguei primeiro, o ponto é meu! Quero ver você me tirar daqui!”** (A. 8). Essa imposição configurava uma tentativa de afirmar sua permanência no local.

Apossar de um espaço ocupado por outro colega (membro viril) representa fato grave, considerando que fere as demarcações inscritas no etos da rua, podendo gerar uma guerra entre os defensores dos territórios delimitados. Não é à toa que, na nossa cultura, é comum ouvir dos trabalhadores, nos distintos ciclos etários, quando vão se referir à marcha para o seu

local de trabalho utilizar frases como: “Estou indo ralar” (na guerra); “Vou batalhar”; “Sou guerreiro, estou indo trabalhar”, dentre outras (CARRETEIRO; MARQUES, 2007).

Essas disputas se misturavam também com a competitividade própria de um sistema capitalista, muito marcado pela lógica patriarcal, o qual propaga que o aumento da produtividade e da lucratividade se traduz em probabilidade de maior capacidade de consumo de mercadorias. Nesse sentido, os pequenos trabalhadores dos sinais de trânsito da cidade competiam a ocupação de espaços territoriais para tentar auferir maior volume de dinheiro. A demonstração dessa capacidade representa a agregação de capital simbólico (BOURDIEU, 2003), no campo da dominação masculina. Por outro lado, a tentativa de roubar dinheiro do colega era punida por todos com rigor e censura, tendo em vista que desrespeita os códigos de honra da virilidade. Como se sabe, um verdadeiro trabalhador é um homem honesto e quando lesado aciona seu etos guerreiro. Essas premissas constituem a subjetividade masculina instalada na nossa cultura, as quais se manifestam nas permanentes tensões e reações violentas observadas no nosso cotidiano. Todavia, não podemos banalizá-las, mas problematizá-las, com o objetivo de procurar reduzir o quadro de violência verificado no mundo atual.

A rua concebida como dimensão associada ao etos viril estabelece códigos de honra que devem ser respeitados entre trabalhadores-guerreiros (MACHADO, 2004), já que a transgressão de determinadas normas e fronteiras implica na convocação de um duelo. Dentro da lógica viril, um homem se torna macho quando consegue subjugar outro homem, tanto por meio da força física quanto simbólica. Nesse aspecto, as representações da cultura viril, associadas ao etos guerreiro, compuseram o imaginário da rua, afetando a subjetividade dos pequenos trabalhadores que atuam nos sinais da metrópole. Nesse contexto, a denominada “zoação” constituiu uma atividade muito presente entre esse público, no sentido de utilizar-se de chacotas, apelidos, gestos de intimidação, zombarias e gozeiras para tentar subjugar o Outro, visto como possível oponente.

Nesse cenário surgiam ações como realizar *gestos atrás do colega, beliscar a bunda, chamar o outro de olho gordo, mexer com a irmã e com a mãe do outro, contar piadas e elaborar músicas colocando o colega em cena*, dentre outras práticas. Essa configuração, de acordo com Oliveira (2004), se instala por meio de relações assimétricas que procuram sustentar uma hierarquia mantida às custas de poder, potência e posse. Como nos afirma Graciani (2005), “na rua vale a lei do mais forte”. De acordo com Nogueira (2006), num estudo desenvolvido no ambiente escolar, essa postura falocêntrica dos meninos produz um protagonismo masculino constante que tenta se legitimar utilizando-se do artifício da zoação.

Obviamente, que este expediente indica outros elementos constitutivos do universo simbólico e material da realidade que compartilham.

No que se refere à sexualidade, as brincadeiras entre as crianças e os jovens nos sinais são frequentes, configurando-se por meio de gestos e objetos que, metaforicamente, simbolizam desejos e fantasias que compõem a sua vida cotidiana. Em vários episódios os sujeitos pegavam o bastão indicando aos demais colegas o tamanho do órgão genital, com encenações e dizeres. Em uma situação de campo, pegaram o biscoito de polvilho recebido de um motorista e começaram a fazer encenações eróticas com o objeto, dizendo um para o outro: “**Olha aqui meu salsichão!**” (A. 4); **Toma esse salsichão para você!**” (A. 8). Nesse instante, faziam, ainda, os gestos na frente dos veículos.

Diante dessas evidências, pode-se pontuar que a erotização de acenos e movimentos corporais, dentre outras manifestações, revela o campo relacional desses sujeitos que entre si recorrem a zoações entorno dessa temática, aproveitando cenas dos transeuntes ou de expressões que acontecem no próprio grupo. Contudo, essas atividades se tornam marcadas pelo etos viril quando tentam afirmar a própria masculinidade e questionam a virilidade do colega. Nesse ponto, o caráter homofóbico presente na nossa cultura machista, se manifesta de diversas formas, seja de uma maneira explícita ou velada (CARRETEIRO; MARQUES, 2007). Essas observações denotam a complexidade do fenômeno aqui debatido. Diante disso, esperamos que essa breve discussão a respeito da rua enquanto lócus do masculino possa contribuir para a inclusão dessa temática na pauta dos debates acerca da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

Como destaquei, ao longo deste capítulo, o cotidiano do trabalho das crianças e jovens nos sinais traz elementos importantes para discutirmos questões referentes à presença desses sujeitos no contexto da rua. No entanto, a rua, muitas vezes, representada apenas enquanto espaço impróprio para o uso e apropriação por diferentes sujeitos, revelou-se neste estudo o lócus que complexifica e redimensiona as relações e as práticas sociais, seja como possibilidade de brincadeira, de trabalho, de conseguir seu próprio sustento e de seus familiares, como também de realizar desejos, de sociabilidade e demais possibilidades. Essas questões aqui debatidas merecem ser mais aprofundadas e ampliadas, considerando que ainda temos poucos estudos referentes à realidade dos pequenos trabalhadores no contexto da rua, na tentativa de contribuir para a formulação de políticas públicas mais abrangentes para o enfrentamento deste fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o diálogo com a literatura que trata da realidade das crianças e jovens no cotidiano do trabalho explorado do nosso país demonstrou a existência de uma produção considerável a respeito do assunto, principalmente no que se refere às camadas populares ou miseráveis da nossa população. Além disso, no contexto brasileiro há importantes trabalhos científicos que destacam a tensão entre o tempo de ser criança e sua relação com o mundo do trabalho, na perspectiva do campo e da cidade. As pesquisas relacionadas à temática – Infância e Trabalho – destacam que a presença da criança no cotidiano do trabalho explorado compromete o tempo de sua infância, afetando o tempo para a vivência do lúdico e a escolarização e, consecutivamente, expondo esses sujeitos a situações de constrangimentos que repercutem na construção de sua identidade. Todavia, ainda são poucos os estudos que enfatizam os significados históricos e sociais das representações, das concepções, dos valores e dos ideais que participam da manutenção, da exploração e do uso da força de trabalho de crianças e jovens na nossa sociedade, dados que compatibilizam com as considerações apontadas por Ferreira (2010), Marin (2006), Marques (2000), Silva (2007), dentre outros.

A bibliografia estudada revelou que a presença do trabalho infanto-juvenil explorado nas ruas constitui uma realidade presente em diferentes capitais do nosso país e do mundo. Essa configuração representa uma manifestação proveniente de questões sociais, históricas, econômicas e políticas no âmbito do espaço urbano, nas quais circunscrevem aspectos relacionados às desigualdades sociais e a pobreza. Essa configuração permite apontar que novos estudos ainda necessitam ser construídos, buscando compreender melhor a realidade dos pequenos trabalhadores no contexto da cidade.

Diante da complexidade dos aspectos que envolvem a exploração do trabalho infanto-juvenil, que teve como base questões norteadoras que emergiram das temáticas: *Infância*, *Trabalho* e *Espaço Urbano*, observou-se a necessidade de aproximação com os estudos da Antropologia, da Sociologia, da Educação, da Psicologia, da História, da Geografia, da Filosofia e do Lazer, em especial os estudos da Sociologia da Infância e da Antropologia Urbana, envolvendo um olhar interdisciplinar no qual essas áreas do conhecimento estabeleceram suas contribuições de forma complementar e contraditória, no sentido de possibilitar a ampliação do debate acerca de uma questão tão complexa. Nesse sentido, o estreitamento desses campos teóricos foi de grande valia para a coleta, análise e interpretação dos dados da investigação proposta. Entretanto, algumas questões foram brevemente tratadas

devido aos objetivos traçados e à limitação do tempo destinado para o término do estudo, indicando a possibilidade de pesquisas futuras.

Cabe apontar que os estudos da Antropologia Urbana e da Sociologia da Infância foram essenciais para a construção de ricos encontros com as crianças e jovens nos sinais. Na perspectiva da Sociologia da Infância cabe destacar que sua contribuição para este estudo partiu do desafio e da necessidade de ressignificar a visão e o lugar ocupados socialmente pelas crianças na sua formação e desenvolvimento, bem como nas suas aprendizagens e compreensão de mundo, considerando as crianças como atores sociais, diferentemente de abordagens que as concebem como um dado universal e natural. Dessa forma, considerou-se fundamental uma visão de socialização que não abordasse somente as adaptações e internalizações dos processos de socialização, mas também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução que são realizados por esses sujeitos, sendo que negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares.

Já a perspectiva antropológica, tendo a cidade como um dos temas de estudo, permitiu, não só o reconhecimento e registro da diversidade cultural, mas principalmente a busca do significado das experiências humanas que, não raro, aparecem de forma exótica, estranha ou até mesmo perigosa quando seu significado é desconhecido, como nos assinala Magnani (2000). Nesse aspecto, antropologia teve uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade presentes nas grandes cidades contemporâneas.

Diante disso, o ponto de vista sócio-antropológico assumido permitiu, assim, a consideração dos aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais presentes no contexto de vida das crianças e jovens nos sinais, além de revelar aspectos que circunscrevem a exploração do trabalho infanto-juvenil nas ruas da metrópole pesquisada. Nesse sentido, a opção pela etnografia, como metodologia de aproximação dessa realidade, possibilitou novos olhares e interpretações nas relações estabelecidas entre as crianças e os jovens, os transeuntes e os motoristas no tempo-espço de suas ações no contexto do malabares nos sinais.

O contexto da rua, *locus* deste estudo, mostrou-se imprevisível e dinâmico, exigindo do pesquisador a criação de estratégias de aproximação junto aos sujeitos. Nesse aspecto, foi acompanhando o cotidiano das crianças e jovens nos sinais por meio de caminhos que foram sendo trilhados de acordo com a realidade estudada. Como relatado no primeiro capítulo, um grande desafio durante este estudo foi a criação de vínculos com os sujeitos pesquisados, uma vez que muitos deles frequentavam por pouco tempo os espaços, além das complexidades que envolvem o contexto da rua. Frente a isso, o caderno de campo elaborado possibilitou o

estreitamento das relações que manteve com as crianças e com os jovens, configurando-se, portanto, num importante instrumento mediador das relações entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados.

A partir da identificação de uma série de questões presentes nas observações de campo, senti a necessidade de aprofundá-las, elaborando a oficina de fotografia e a “entrevista”, possibilitando um rico diálogo com as crianças e jovens a partir dos seus registros fotográficos. Nesse desenho metodológico, pude aprofundar e enriquecer os dados do caderno de campo, como explicitado ao longo do primeiro capítulo. Entendo que o caminho construído na metodologia proposta permitiu alguns avanços na compreensão das práticas sociais de crianças e jovens em situação de rua, ponderando que as reflexões elaboradas neste estudo representam aproximações de uma realidade complexa.

Tendo como objetivo principal as experiências das crianças e dos jovens no cotidiano da prática do malabares nos sinais de trânsito, verificou-se que este contexto se mostrou marcado por um universo de acontecimentos tais como: o ocultamento do trabalho explorado, associado à espetacularização deste tipo de atividade estudada; a organização do trabalho por meio da utilização de estratégias de venda e arrecadação de dinheiro; a rua enquanto um espaço de sedução e perigo e também como um ethos constitutivo de uma masculinidade guerreira; a tensão entre o brincar e o trabalho; a subversão de ordens e hierarquias e a ressignificação dos tempos e espaços da cidade.

Como observado no capítulo 2, a permanência das crianças e dos jovens nos sinais deu-se de maneira mais efetiva aos sábados e domingos, compatibilizando a frequência escolar dos pequenos trabalhadores. Entretanto, nessas circunstâncias outras experiências sociais são comprometidas, tais como o acesso às atividades de lazer, ao repouso, ao convívio familiar e comunitário. Essa configuração apontou que o trabalho do malabares, desenvolvido pelos sujeitos pesquisados, se caracterizou a atividade que complementa a renda familiar, diferente daqueles tipos de trabalho explorado nos quais a criança se torna a principal provedora do seu grupo doméstico. Esse contexto ainda circunscreveu-se de acordo com o arranjo familiar; configurado nas relações familiares compartilhadas por cada sujeito participante deste estudo. Nesse aspecto, cabe destacar que, para tentar compreender as dinâmicas familiares deste contexto, uma aproximação junto à família dos pequenos trabalhadores dos sinais, seria muito relevante, a qual se apresentou inviabilizada pelo tempo determinado para a conclusão desta pesquisa. Nesse sentido, faz-se relevante a elaboração de novos estudos que busquem diálogos e laços mais estreitados com os grupos familiares desses

sujeitos para se buscar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno, principalmente no que se refere às condições de trabalho e de vida dessa população.

Outra questão que merece mais atenção, quando se trata da exploração do trabalho infanto-juvenil, diz respeito à escola. Neste estudo, para as crianças, ela representa um espaço propício para a projeção de melhores condições de vida, bem como para o desenvolvimento pessoal e de novas aprendizagens e que representam elementos para a constituição de um futuro melhor. Todavia, essas questões trazem complexidades para os estudos que tratam do cotidiano das crianças e jovens no mundo do trabalho explorado, já que a escola pode também representar um lugar pouco desejado pelos próprios infantes, pois ela pode se apresentar de maneira tensionada: entre o cerceamento da liberdade e a possibilidade da alegria; e da convivência e do brincar.

Os significados conferidos à prática do malabares nos sinais mostraram que a aproximação/associação desta atividade com o circo e/ou teatro, não raro, tomado enquanto espetáculo pelos diferentes sujeitos que compõem o contexto pesquisado, provocou reflexões referentes ao “ocultamento” da exploração do trabalho infantil. A “imagem” ou “mensagem” que o malabares transmite por meio de um show/espetáculo foi entendido aqui como uma das estratégias de trabalho desenvolvidas pelos sujeitos. Neste aspecto, destacou-se que a maior adesão das crianças e dos jovens nessas formas de trabalho se processa por meio das interpretações das mensagens que lhe são comunicadas, as quais são apropriadas como estratégias para se tentar auferir mais dinheiro que, em relação a outros tipos de atividades, são mais rentáveis, como, por exemplo, lavador de carro.

Essa “invisibilidade” das atividades exercidas por crianças e jovens no cotidiano do trabalho explorado necessita de mais atenção dos órgãos públicos que procuram erradicar as situações de constrangimento e perigo que esses pequenos trabalhadores vivenciam no seu cotidiano. Nesse sentido, sugere-se que as políticas públicas desenvolvam olhares mais amplos diante do fenômeno em questão, não se reduzindo, muitas vezes, a ações que priorizam medidas assistencialistas e paternalistas, ainda, presentes em suas propostas.

Minha permanência no campo, os registros etnográficos, a bibliografia consultada e as análises e interpretações do material coletado permitiram-me identificar diversas estratégias de trabalho exercidas por esse grupo pesquisado. Além da espetacularização apresentada na performance do trabalho infantil nos sinais, desenvolviam outras artimanhas que corresponderam à adoção de uma postura mais polida e educada diante dos motoristas e transeuntes. Essas ações foram interpretadas como estratégias que as crianças e os jovens desenvolviam, no intuito de cativar os motoristas, como tentativa de desconstruir uma

“imagem” contrária ao imaginário social produzido na nossa história sócio-cultural e econômica que, não raro, associa a presença da criança na rua à desagregação social, à violência e à criminalidade. Nesse aspecto, elaboravam no seu cotidiano dos sinais de trânsito seus “sinais” a partir de diferentes linguagens expressas nos gestos, nas falas, nas posturas e nas expressões corporais, que denotavam simpatia e honestidade representadas por alguém que vive do trabalho.

A organização dessas atividades nos sinais mostraram-se de forma muito intensa no cotidiano desses sujeitos. Na prática do malabares, foi possível também observar que diante a repartição das tarefas se dão baseadas na estatura, na força e na capacidade de se equilibrar de cada membro do grupo de trabalho. Além disso, outro aspecto que chamou muito minha atenção foi a cronometragem e a distribuição do espaço e do tempo onde praticavam o malabares para que tudo transcorresse da maneira como pretendiam, diante dos veículos, dos motoristas, do tempo dos semáforos e das formas de recolher o dinheiro, configurando-se como uma verdadeira matemática dos espaços “geométricos” (CARRAHER, CARRAHER; SCHLIEMANN, 1995).

Essas evidências nos ajudam a desmitificar o sentido que a expressão “trabalho informal”, referida a este tipo de atividade realizada por este público, não raro, tomado como uma atividade desorganizada.

Vimos no último capítulo que o brincar constitui um assunto que mobiliza diversas indagações aos estudiosos que dedicam à temática do trabalho infantil explorado. Nesse aspecto, os estudos têm mostrado que as crianças, mesmo expostas a situações de constrangimentos, violência, insalubridade e perigo, criam situações para viver seu ser criança, reivindicando seus direitos por meio da subversão de ordens e hierarquias que não levam em consideração suas condições de vida e sua singularidade. Neste estudo, não foi diferente, posto que os dados coletados assinalaram para uma diversidade de brincadeiras são compartilhadas entre as crianças e os jovens, a exemplo das brincadeiras de escolha e adivinhação, danças, músicas, jogos, manifestações da nossa cultura, atividades esportivas, dentre outras. Nesse sentido, ao acompanhar esses sujeitos foi possível perceber claramente que há uma tensão nítida entre o brincar e o trabalho, que se expressa por relações dialógicas no contexto dessa atividade. Ficou claro que viver o brincar para as crianças e os jovens dos sinais diz respeito à temporalidade do ser e da sua história como sujeito que participa e atua na sociedade, reivindicando seu direito ao brincar.

Não obstante, as observações de campo permitiram apontar que a metrópole pesquisada passa por processos de renovação, de uma forma desenfreada e descontínua,

revelando processos de fragmentação da vida social, ao redimensionando seus fluxos, seus usos e suas apropriações. No entanto, como nos afirma Castro (2001), a cidade provê o espaço das relações inusitadas, de práticas sociais que a produzem e a reproduzem de maneira diversificada e múltipla. A presença da brincadeira/do brincar nas suas diferentes manifestações no cotidiano das crianças e dos jovens nos sinais imprimiu novas formas de usos e apropriações dos espaços urbanos, afirmando, sobretudo, sua condição de sujeito, construindo e reconstruindo a dinâmica da vida cotidiana. Diante desses apontamentos, acredito que estudos futuros possam trazer novas interpretações referentes às práticas sociais de crianças e de jovens no espaço urbano contemporâneo.

Neste estudo, a rua também constituiu um espaço de sedução e perigo para os pequenos trabalhadores nos sinais. A “sedução” esteve relacionada aos fascínios da rua, ou seja, à necessidade, à vontade de ganhar dinheiro, como também a possibilidade de propiciar consumo e compartilhar a enturmação/grupalização, a sensação de liberdade, o viver perigosamente, entre outros aspectos. Já o “perigo” esteve representado nas inúmeras circunstâncias ameaçadoras à dignidade pessoal e à própria vida desses pequenos trabalhadores, tais como: assalto, furto, brigas, humilhações, assédio sexual, sobrecarga de trabalho e atropelamentos por veículos.

Esses apontamentos revelam questões importantes para este tipo estudo, pois, nas últimas décadas, a violência urbana vem mobilizando diversos questionamentos e diálogos multifacetados, influenciando diretamente nas relações que as infâncias estabelecem com o contexto da rua, restringindo, portanto, as possibilidades de relacionamentos inter e intra-geracionais. Nesse cenário, a rua, associada à violência e ao caos, torna-se alvo de discursos e práticas que objetivam “retirar as crianças da rua”. Frente a isso, como assinala Gomes e Gouvêa (2008, p. 64-65),

[...] a hipótese de uma efetiva ocupação da rua, e não somente a hipótese de retirada das crianças dela. Hipótese como possível horizonte na forma de pensar a articulação infância e mundo urbano que projeta essa possibilidade para todas as formas de presença na rua, e não somente referida às crianças.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que as instâncias públicas priorizem políticas voltadas para a ocupação dos espaços da cidade e não somente para a circulação de veículos, segurança e privatização, como temos observado nos últimos tempos.

Além desses apontamentos, a atividade realizada pelas crianças e jovens nos sinais da metrópole pesquisada se caracteriza como um território predominantemente masculino. Dessa forma, evidenciou-se a relação estabelecida entre *rua e virilidade* no âmbito do mundo do

trabalho infantil explorado executado nos sinais de trânsito. Diante disso, avalio que as relações de gênero que se estabelecem nestes contextos necessitam ser mais debatidas para que se tente compreender as tramas histórico-sociais que contribuem para a configuração desse fenômeno.

Para finalizar, este estudo aponta possíveis desdobramentos de pesquisas a partir da realidade estudada, como, por exemplo: *(a) Infância na metrópole contemporânea: usos e apropriações do espaço urbano; (b) O “viver” na rua e seus apontamentos para a análise da lógica adulta e a experiência infantil nas camadas populares urbanas; (c) A rua e as relações de gênero; (d) A exploração do trabalho infantil nas ruas e sua relação com o contexto da escola/da aprendizagem; (e) Sujeitos e mudanças na configuração dos espaços públicos; (f) Vivências de lazer no contexto do bairro de crianças e jovens inseridos no cotidiano do trabalho; (g) Crianças, trabalho e políticas públicas*, dentre outras.

Por fim, enfatizo que aprendi muitas coisas com as crianças e os jovens nos sinais, uma experiência inesquecível e marcante para minha vida pessoal e profissional. Espero que esse estudo com os pequenos trabalhadores nos sinais provoque outros pesquisadores e novas discussões em relação ao tema tratado aqui, considerando que ainda temos poucos estudos referentes às experiências de infância no contexto da rua, no intuito de contribuir para a formulação de políticas públicas mais consistentes para a infância e a juventude.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, Priscilla. *As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa*. Educação e Sociedade, Ago 2005, vol. 26, n. 91, p. 419-442.

AMADO, João. *Brinquedos populares: um patrimônio cultural da Infância*. In: DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M.; MARTINS, S. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 87-127.

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho*. In: GOMES, C. L.(org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 227-232, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 7. ed. São Paulo, Boitempo, 1999.

ARANTES, Otília B. F. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: Vainer, Carlos; Arantes, Otília; Maricato, Ermínia. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-74.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª Edição. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro. 1981.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Summus, 1984.

BORTOLETO, M. A. C. (Org.). *Introdução à pedagogia das atividades circenses*. 1. ed. Jundiaí - SP: Editora Fontoura, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Ministério da Justiça. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BURGESS, Robert G. *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001.

CAMPOS, Antônio Carlos. *A cidade, espaço de convivência*. Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Serie documental de Geo Crítica, Universidade de Barcelona, v. IX, n. 546, Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-546.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

CAMPOS, T; DEBORTOLI, J. A. O. *Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências do lazer nas ruas de Belo Horizonte*. In: Revista Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abril de 2007. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV10N01_a7.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2010.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. *Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho*. Estudos em Psicologia, 2001. p. 227-233.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARRAHER, T; SCHLIEMANN, A. L; CARRAHER, D. *Na vida dez, na escola zero*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CARRETEIRO, Maria Teresa; MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Juventude e virilidade: a construção social de um etos guerreiro*. Pulsional. Revista de Psicanálise (São Paulo), v. 191, p. 63-73, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, L. R. *et al.* *A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com a diferença*. Psicologia em Estudo, 2006. v. 11, p. 427-436.

CASTRO, L. R. *Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania*. In: CASTRO, L. R. de (Org.) . Subjetividade e cidadania - um estudo com crianças e jovens de três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ, 2001, v. 1, p. 113-156.

CASTRO, L. R; CORREA, J. *Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social*. In: Lucia Rabello de Castro e Jane Correa. (Org.). Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais. I ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005, v. 1, p. 09-26.

CASTRO, L. R. *Da invisibilidade à ação: crianças e Jovens na Construção da Cultura*. In: CASTRO, L. R (Org.) Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001a, p. 19-46.

CASSAB, M. A. T. *Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade*. In: Lucia Rabello da Castro. (Org.). Crianças e jovens na construção da cultura. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001, v. 1, p. 209-226.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vozes: Petrópolis, 1994.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – *Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente* – Plano Nacional. Brasília/DF, 2004.

CORRÊA, C. P.; GOMES, R. S. *Trabalho infantil: As diversas faces de uma realidade*. Petrópolis: Viana e Mosley, 2003.

CORSARO, William A. *Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago, 2005.

CRUZ, Maria Núbia Alves; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. *Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil*. Saúde e Sociedade. 2008, vol. 17, n. 1, p. 131-142. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902008000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Editora Summus, 1986.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M.; MARTINS, S. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DEBORTOLI, J. A. et al. *As experiências de infância na metrópole*. In: DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M.; MARTINS, S. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 19-46.

DEBORTOLI, J. A. O. *Com olhos de crianças: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana*. In: Revista Licere, Belo Horizonte, v.2, n.1, 1999, p. 105-117.

DEBORTOLI, J. A. O. *Infância e Ludicidade de Meninos e Meninas que Moram no Alto Vera Cruz*. In: SOUSA, E. S; VAGO, T. M. (Orgs.) *Trilhas e Partilhas: Educação Física e cultura escolar e nas práticas sociais*. Gráfica e Editora Cultura, Belo Horizonte, 1997, p. 327-339.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, F. *Apresentação/Organização do Dossiê Sociologia da Infância: pesquisa com crianças*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia social*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando máscaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 226-244.

FARIA, Eliene Lopes. *A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*. 2008. 229 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

FARIA, Eliene Lopes; FONTES, Júlio César M. *Os jovens e a produção do futebol na cidade: apropriações, sociabilidades e aprendizagens*. In: DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M.; MARTINS, S. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 147-173.

FARIA, Eliene Lopes; ROSA, Maria Cristina. *Produzindo espaços, apropriando-se de lugares: o brincar da rua e da escola a partir das contribuições de Certeau*. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 3, n. 1. 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. São Paulo: Positivo, 1986.

FELIZARDO JUNIOR, Luiz Carlos. *Socialização e educação: um estudo com jovens negros num espaço público de lazer de uma grande metrópole*. 2007. 146 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “Branco demais” ou... *Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças*. In: Manuel Sarmento; Maria Cristina Soares de Gouvea. (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p.143-162.

FERREIRA, Tânia Aparecida. *A criança e o trabalho infantil: nos bastidores da favela, da televisão, do cinema e das passarelas, um estudo de Psicanálise e Educação*. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOLDMAN, Márcio. *Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia*. Ponto Urbe. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana. USP, v. 3, p. 1-11, 2008.

GOLDMAN, Marcio. *Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 46, n. 2, p. 446-476, 2003.

GOMES, A. M. R; Gouvea, M. C. S. *A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo*. In: Debortoli, José Alfredo; Martins, M. Fátima Almeida; Martins, Sérgio. (Orgs.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 47-69.

GOMES, A. M. R. *Outras crianças, outras infâncias?* In: Gouvea, Maria Cristina Soares; Sarmiento, Manuel. (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 82-96.

GOUVÊA, M. C. S. *Infância cultura e sociedade*. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. (Orgs.). *Desenvolvimento e aprendizagem*. 1. ed. BELO HORIZONTE: UFMG, 2002, p. 5-36.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua*. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. *Investigação etnográfica com crianças: teoria, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HALL, Edward. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; WERNECK, Christianne Luce G. *Lazer, cultura, indústria cultural e consumo*. In: Christianne Luce Gomes; Edmur Antonio Stoppa; Hélder Ferreira Isayama. (Orgs.). *Lazer e mercado*. 1. ed. Campinas: Papirus, 2001, v. 1, p. 45-69.

KRAMER, S. *Crianças e adultos em diferentes contextos - Desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação*. In: Manuel Sarmiento; Maria Cristina Soares de Gouvea. (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1, p. 163-189.

KRAMER, Sônia. *Pesquisando Infância e educação: um encontro com Walter Benjamin*. In: Sonia Kramer; Maria Isabel Leite. (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2005, v. 1, p. 13-38.

KRAMER, Sônia. *Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com criança*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), n. 116, p. 41-59, 2002.

KRAMER, Sônia. *Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie*. Teias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 135-146, 2001.

LARROSA, Jorge Bondía. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. Revista brasileira de educação. Tradução de João Wanderley Geraldi. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística. n. 19, jan. – abr. 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade e o Urbano*. In LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Tradução - Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Editora UFMG, 2008, p. 79-88.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A origem do conceito menor*. In: PRIORE, M. L. M. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991, p. 128-145.

MACHADO, Lia Zanotta. *Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. In: SCHPUN, Mônica Raisal (Org.). Masculinidades. São Paulo-SP: UNISC, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 26 out. 2007.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole*. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, Jose Guilherme Cantor; TORRES, L. L. (Org.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

MALLET, R. D; BORTOLETO, M. A. C. *Malabares: bolas*. In: Marco Antonio Coelho Bortoleto. (Org.). Introdução à pedagogia das atividades circenses. 1. ed. Jundiaí: Fontoura, 2008, v. 1, p. 37-49.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da animação*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

MARIN, J. O. B. *Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social*. 1. ed. Brasília/Goiânia: Plano Editora e Editora UFG, 2006.

MARIN, Joel O. B. *Crianças do trabalho*. 1. ed. Goiânia e Brasília: Editora da UFG e Editora Plano, 2005.

MARIN, J. O. B. *Os programas de erradicação do trabalho infantil em questão*. Revista da UFG: ensino, pesquisa, extensão e cultura, Universidade Federal de Goiás, v. 2, 2004, p. 33-36.

MARIN, J. O. B. *O trabalho infantil na agricultura moderna*. Revista da UFG, v. 7, n. 1, jun. 2004a. Disponível em <http:// www.proec.ufg.br>. Acesso em 12 de novembro de 2008.

MARQUES, Lourenço Martins. *O circo volta às ruas?* Monografia de Graduação. Arquivo Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Belo Horizonte, 2004.

MARQUES, E. M.; NEVES, M. A.; NETO, A. C. *Trabalho infantil: a infância roubada*. In: Maria Elizabeth Marques, Magda de Almeida Neves e Antônio Carvalho Neto (Orgs.). Trabalho infantil: a infância roubada. Belo Horizonte: SEGRAC, 2006.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Tese (Doutorado em Psicologia) Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Trabalho infantil*. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. Dicionário da educação profissional. Belo Horizonte. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000a.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2. ed. 2003.

MARTINS, J. S. *O massacre dos inocentes – a criança sem infância no Brasil*. MARTINS, José de Souza (Org.). 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, A. B; SILVA, N. S. C. *O trabalho Infantil nas ruas de Belo Horizonte*. Encarte/Espaço Aberto. Conexão Geraes. Órgão informativo do CRESS/MG. Maio-Julho, 2008. Disponível em: <<http://www.cressmg.org.br/upload/conexao/arquivo/0a04fe9f3989fe5d826254a8bc8eeeff.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MARX, K. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, v. 1, Livro I, t. 1, 1983.

MEDEIROS, Ligia de. *A criança da favela e sua visão de mundo: uma contribuição para o repensar da escola*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed., 1986.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2004.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

MOURA, E. B. B. *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*. In: PRIORE, M. L. M. A história das crianças no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 259-288.

MUMFORD, L. *A Cidade na história*. 2v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NETO, Antônio Carvalho; NEVES, Magda de Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga. *Setor informal: abrigo para o trabalho infantil*. In: MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda; CARVALHO NETO, Antonio. (Orgs.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto de Relações de Trabalho da PUC Minas, ICA, 2006, v. 1, p. 79-98.

NETO, Otávio. C. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEVES, Magda Almeida; JAYME, Juliana Gonzaga; ZAMBELLI, Paulina. *Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte*. In: Daisy Moreira Cunha; João Bosco Laudares. (Orgs.). *Trabalho: Diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 98-123.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. *Identidade juvenil e identidade discente: processos de escolarização no terceiro ciclo da Escola Plural*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2006. (Tese de Doutorado)

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Erradicação do trabalho infantil*. 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/ipec/errad_trabin.php>. Acesso em: 18 abr. 2009.

OLIVEIRA, Betty. *As relações entre conhecimento e valoração no trabalho educativo*. In. O trabalho educativo: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, p. 5-23, 1996.

OLIVEIRA, Oris de. *O trabalho da criança e do adolescente*. São Paulo, LTR; Brasília, DF, 1994.

OLIVEIRA, W. F. *Educação social de rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ONU. *Declaração dos direitos universais do homem*. Genebra, Assembléia Geral da ONU, 10 de dezembro de 1948. Impresso.

PASSETTI, E. O menor no Brasil republicano. In: PRIORE, M. L. M. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, v. 1, p. 146-175.

PBH. Prefeitura de Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social. Políticas Sociais, 2006.

PEREIRA, R. M. RIBES. *Tudo ao mesmo tempo agora! Considerações sobre a infância no presente*. In: José Gonçalves Gondra. (Org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002, v. 1, p. 131-148.

PEREIRA, R. M. R. *et al. Ladrões de sonhos e sabonetes: considerações sobre os modos de subjetivação da infância na cultura do consumo*. In: Jobim e Souza, Solange (ORG). (Org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, v. 1, p. 99-116.

PINTO, Manuel. *A Infância como construção social*. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Orgs.). *As crianças: contextos e identidades*. Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho. Portugal: Bezerra, 1997. (Coleção Infans).

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. *As crianças e a infância – definindo conceitos, delimitando o campo*. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Orgs.). *As crianças: contextos e identidades*. Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho. Portugal: Bezerra, 1997. (Coleção Infans).

PRIORE, M. L. M. *A História das crianças no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, I. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORE, M. L. M. *A História das crianças no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SMAAS – Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. *O trabalho infanto-juvenil nas ruas de Belo Horizonte: complexidades e desafios*. Belo Horizonte. Revista Pensar BH, n. 12, 2006.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, artes e videocultura na Argentina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 196p.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Sociologia da Infância: correntes e confluências*. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina S. (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. *Revista Educação e Sociedade*, Ago 2005, vol. 26, n. 91, p. 361-378.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Orgs.). *Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto; BANDEIRA, Alexandra; DORES, Raquel. *Trabalho e lazer no cotidiano das crianças exploradas. Crianças, essas conhecidas tão desconhecidas*. Regina Leite Garcia (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Notas sobre a problemática do espaço da criança na urbanização contemporânea*. São Paulo, 2004. 8 f. Mimeografado. Texto compartilhado pela autora por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, ocorrido em Goiânia, de 18 a 23 e julho de 2004.

SEABRA, O. C. L. *A Insurreição do uso*. In: José de Souza Martins (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo. Hucitec, 1996, v. 1, p. 72-86.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, M. R. *Trabalho infantil ou exploração do trabalho infantil*. In: REDIN, E.; MÜLLER, F.; REDIN, M. M. (Orgs.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007, p. 57-75.

SILVA, M. R. *Infância empobrecida no Brasil, o neoliberalismo e a exploração do trabalho infantil: uma questão para a educação física*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 26, p. 41, 2005.

SILVA, M. R. *Trama doce- amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2003.

SILVA, M. R. *Eventos-Campos: Um relato de experiência do fazer investigativo com crianças da Zona da mata canavieira pernambucana*. In: Ana Lúcia Goulart de Faria; Demartini, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, p. 131-153, 2002.

SILVA, M. R. *A exploração do trabalho infantil e suas relações com o tempo de lazer/lúdico: quando se descansa se carrega pedra!* *Revista Licere*, Belo Horizonte, 2001, v. 4, n. 1, p. 9-20.

SILVA, M. R. *Sonhos de criança: Trabalho ou lazer*. In: Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). Lúdico, educação e educação física. Ijuí - RS: UNIJUÍ, 1999.

SIROTA, Régine. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 7-31. Mar 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNICEF. *Fundo das Nações Unidas para a Infância*. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/>>. Acesso em: 18 mai. 2009.

WINTERSBERGER, Helmut. *Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças*. In: Lucia Rabello da Castro. (Org.). Crianças e jovens na construção da cultura. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001, v. 1, p. 93-120.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: Vainer, Carlos; Arantes, Otilia; Maricato, Ermínia. (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

VIVEIROS de CASTRO, E. *O nativo relativo*. Mana (UFRJ. Impresso), v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Da casa à Rua: a cidade como fascínio e descaminho*. In: Ayrton Fausto; Ruben Cervini. (Org.). O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996, v. , p. 133-150.

Sites Visitados:

<<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em. 18 abr. 2009.

<<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti>>. Acessado em: 29 ago. 2009.

<<http://www.unicef.org/brazil/pt/>>. Acessado em: 03 out. 2009.

<<http://globominas.globo.com/GloboMinas/Noticias/MGTV/0,,MUL1252741-9033,00-REPORTAGEM+ESPECIAL+MOSTRA+O+TRABALHO+INFANTIL+NAS+RUAS+DE+BELO+HORIZONTE.html>>. Acesso em. 19 out. 2009.

<<http://globominas.globo.com/GloboMinas/Noticias/MGTV/0,,MUL601647-9072,00-TRABALHO+INFANTIL+AFETA+EDUCACAO+E+APRENDIZADO+DE+CRIANCAS+E+ADOLESCENTES+Q.html>>. Acesso em. 19 out. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Crianças entre 7 e 12 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Crianças entre 7 e 12 anos

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Título do Projeto: Nos “Sinais” da Cidade: experiências de infância entre o trabalho e o lazer no espaço urbano.

Convido, seu(sua) filho(a) _____, a participar como voluntário do projeto de pesquisa que tem como objetivo: Conhecer crianças e adolescentes que trabalham nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte.

Constatam-se, ainda, poucos estudos preocupados com a realidade de crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos. Esperamos que este estudo contribua com a discussão de questões relacionadas à infância e ao trabalho infantil, ajudando a refletir sobre as condições de vida de crianças em situação de risco.

Por meio deste documento, dou permissão ao(à) meu(minha) filho(a) para ser acompanhado pelas ruas da cidade de Belo Horizonte, ser ele(a) entrevistado(a) e para estas entrevistas sejam gravadas em cassetes ou mp4, sem que seu nome seja identificado e/ou associado à pesquisa;

Dou permissão para que seja fotografado(a), sem que seu rosto seja identificado e/ou associado à pesquisa.

Pesquisadores poderão conhecer o conteúdo para discutir os resultados, mas sempre submetidos às normas do sigilo profissional. E que ao final do estudo os resultados serão publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que meu(minha) filho(filha) seja identificado(a).

Quaisquer dúvidas ou para fins de esclarecimentos, favor entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal de Minas Gerais – **COEP-UFMG**.
Unidade Administrativa II (prédio da Fundep), 2º andar, sala 2005. Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG Cep: 31.270-901. Telefone: 31- 3409-4592.

Pesquisador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Faculdade de Educação UFMG

Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.270-901

Tel. 3409-4176

Túlio Campos

Mestrando em Lazer pela EEFFTO/UFMG

Rua Pedro Carvalho Mendes, nº. 14 / 202, Floresta, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.110-100

Tel. 3421-1196 / 8624-8237

NOME

ASSINATURA

Pesquisador: _____

Pesquisador: _____

Entrevistado: _____

Pais ou Responsáveis: _____

Testemunha: _____

Entrevista nº. _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Pais ou responsáveis das Crianças entre 7 e 12 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pais ou responsáveis das Crianças entre 7 e 12 anos

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Título do Projeto: Nos “Sinais” da Cidade: experiências de infância entre o trabalho e o lazer no espaço urbano.

Convido, seu(sua) filho(a) _____, a participar como voluntário do projeto de pesquisa que tem como objetivo: Conhecer crianças e adolescentes que trabalham nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte.

Constatam-se, ainda, poucos estudos preocupados com a realidade de crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos. Esperamos que este estudo contribua com a discussão de questões relacionadas à infância e ao trabalho infantil, ajudando a refletir sobre as condições de vida de crianças em situação de risco.

Por meio deste documento, dou permissão ao(à) meu(minha) filho(a) para ser acompanhado pelas ruas da cidade de Belo Horizonte, ser ele(a) entrevistado(a) e para estas entrevistas sejam gravadas em cassetes ou mp4, sem que seu nome seja identificado e/ou associado à pesquisa;

Dou permissão para que seja fotografado(a), sem que seu rosto seja identificado e/ou associado à pesquisa.

Pesquisadores poderão conhecer o conteúdo para discutir os resultados, mas sempre submetidos às normas do sigilo profissional. E que ao final do estudo os resultados serão publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que meu(minha) filho(filha) seja identificado(a).

Quaisquer dúvidas ou para fins de esclarecimentos, favor entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal de Minas Gerais – **COEP-UFMG**.
Unidade Administrativa II (prédio da Fundep), 2º andar, sala 2005. Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG Cep: 31.270-901. Telefone: 31- 3409-4592.

Pesquisador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Faculdade de Educação UFMG

Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.270-901

Tel. 3409-4176

Túlio Campos

Mestrando em Lazer pela EEFFTO/UFMG

Rua Pedro Carvalho Mendes, nº. 14 / 202, Floresta, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.110-100

Tel. 3421-1196 / 8624-8237

NOME

ASSINATURA

Pesquisador: _____

Pesquisador: _____

Entrevistado: _____

Pais ou Responsáveis: _____

Testemunha: _____

Entrevista nº. _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Pais ou responsáveis dos adolescentes entre 13 e 17 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pais ou responsáveis dos adolescentes entre 13 e 17 anos

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Título do Projeto: Nos “Sinais” da Cidade: experiências de infância entre o trabalho e o lazer no espaço urbano.

Convido, seu(sua) filho(a) _____, a participar como voluntário do projeto de pesquisa que tem como objetivo: Conhecer crianças e adolescentes que trabalham nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte.

Constatam-se, ainda, poucos estudos preocupados com a realidade de crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos. Esperamos que este estudo contribua com a discussão de questões relacionadas à infância e ao trabalho infantil, ajudando a refletir sobre as condições de vida de crianças em situação de risco.

Por meio deste documento, dou permissão ao(à) meu(minha) filho(a) para ser acompanhado pelas ruas da cidade de Belo Horizonte, ser ele(a) entrevistado(a) e para estas entrevistas sejam gravadas em cassetes ou mp4, sem que seu nome seja identificado e/ou associado à pesquisa;

Dou permissão para que seja fotografado(a), sem que seu rosto seja identificado e/ou associado à pesquisa.

Pesquisadores poderão conhecer o conteúdo para discutir os resultados, mas sempre submetidos às normas do sigilo profissional. E que ao final do estudo os resultados serão publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que meu(minha) filho(filha) seja identificado(a).

Quaisquer dúvidas ou para fins de esclarecimentos, favor entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal de Minas Gerais – **COEP-UFMG**.
Unidade Administrativa II (prédio da Fundep), 2º andar, sala 2005. Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG Cep: 31.270-901. Telefone: 31- 3409-4592.

Pesquisador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Faculdade de Educação UFMG

Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.270-901

Tel. 3409-4176

Túlio Campos

Mestrando em Lazer pela EEFFTO/UFMG

Rua Pedro Carvalho Mendes, nº. 14 / 202, Floresta, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.110-100

Tel. 3421-1196 / 8624-8237

NOME

ASSINATURA

Pesquisador: _____

Pesquisador: _____

Pais ou Responsáveis: _____

Testemunha: _____

Entrevista nº. _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

ANEXO 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Adolescentes entre 13 e 17 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Adolescentes entre 13 e 17 anos

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Título do Projeto: Nos “Sinais” da Cidade: experiências de infância entre o trabalho e o lazer no espaço urbano.

Convido, _____, a participar como voluntário do projeto de pesquisa que tem como objetivo: Conhecer crianças e adolescentes que trabalham nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte.

Constatam-se, ainda, poucos estudos preocupados com a realidade de crianças e adolescentes nos grandes centros urbanos. Esperamos que este estudo contribua com a discussão de questões relacionadas à infância e ao trabalho infantil, ajudando a refletir sobre as condições de vida de crianças em situação de risco.

Por meio deste documento, dou permissão para ser acompanhado pelas ruas da cidade de Belo Horizonte, ser eu entrevistado e para estas entrevistas sejam gravadas em cassetes ou mp4, sem que meu nome seja identificado e/ou associado à pesquisa;

Dou permissão para que eu seja fotografado(a), sem que meu rosto seja identificado e/ou associado à pesquisa.

Pesquisadores poderão conhecer o conteúdo para discutir os resultados, mas sempre submetidos às normas do sigilo profissional. E que ao final do estudo os resultados serão publicados em forma de uma dissertação e também artigos acadêmicos, sem que eu seja identificado(a).

Quaisquer dúvidas ou para fins de esclarecimentos, favor entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal de Minas Gerais – **COEP-UFMG**.
Unidade Administrativa II (prédio da Fundep), 2º andar, sala 2005. Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG Cep: 31.270-901. Telefone: 31- 3409-4592.

Pesquisador: Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Faculdade de Educação UFMG

Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.270-901

Tel. 3409-4176

Túlio Campos

Mestrando em Lazer pela EEFFTO/UFMG

Rua Pedro Carvalho Mendes, nº. 14 / 202, Floresta, Belo Horizonte – MG

Cep: 31.110-100

Tel. 3421-1196 / 8624-8237

NOME

ASSINATURA

Pesquisador: _____

Pesquisador: _____

Entrevistado: _____

Testemunha: _____

Entrevista nº. _____ Local: _____ Data: ____/____/____.